Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Dep. de História

A "Árvore do Urbanismo de Luiz de Anhaia Mello"

Dissertação de Mestrado

por

Claudio Hiro Arasawa

Orientação:
Profº. Dr.
Elias Thomé Saliba

novembro de 1999

Sumário:

Resumo 4

Résumé 5

Agradecimentos 6

I. Uma Apresentação: Luís de Anhaia Mello, o negativo de Prestes Maia? 7

II- Vista de São Paulo pela janela do escritório do professor no alto da colina *c*entral: plantando a Árvore do Urbanismo 21

II.1. Raízes: a conquista da opinião pública 28

II.2. Tronco": a Comissão do Plano da Cidade 42

II.3. COPA: O Problema legal 61

III. São Paulo: transformações materiais e a experiência da metropolização 68

IV. Urbanisme, city planning, town planning, civic art, der Städtebau: a árvore do urbanismo acolhe a técnica *e*strangeira 89

V - A "Árvore do Urbanismo" como lance no jogo da engenharia paulista 109

V.1. A engenharia na república dos bacharéis 110

V.2. A especificidade de São Paulo 117

V.4. O que se espera de um engenheiro paulista? 125

V.4. O Setor de Obras Municipais cont. a a "árvore do urbanismo": o surgimento de uma posição divergente no pensamento urba ístico paulistano 135

Anhaia Mello 140

VI. Fontes Básicas 152

VII. Bibliografia - Livros e artigos consultados 160

Resumo:

Compreender o modo como ocorre a recepção das idéias urbanísticas estrangeiras na cidade de São Paulo, entre os anos de 1920 e 40, este é o objetivo central do trabalho ora apresentado. Para tal, a pesquisa tomou como eixo as propostas de urbanismo defendidas pelo engenheiro-arquiteto Luís Ignácio de Anhaia Mello, situando-as em relação ao que havia de mais significativo no conjunto das concepções urbanísticas de então. Muito embora as posições que ocuparia - Escola Politécnica, Instituto de Engenharia -, investissem suas idéias de um grande reconhecimento, Anhaia Mello se defrontaria com grave oposição: a das instâncias que possuiam o maior poder de intervir sobre o espaço da cidade - setor de obras municipais, Câmara Municipal, prefeitura, etc. Em meio a tal conflito, Anhaia Mello recorreria a todo um conjunto de estratégias que visavam instituir como "verdade" e como "poder" sua visão particular de urbanismo - a "Árvore do Urbanismo" -, tanto quanto retirar legitimidade ou rebaixar as prerrogativas das demais posições. Ao longo dessa luta por legitimidade e poder, motivos, argumentos e concepções não equivalentes e heterogêneos - relativos a consensos vigentes no interior das elites intelectuais brasileiras -, se agregariam às idéias urbanísticas importadas.

Résumé:

Comprendre la façon dont l'on a fait la réception des idées urbanistiques étrangères à São Paulo, entre 1920 et 1940, c'est le motift central du travail que l'on présente maintenant. Ainsi, la recherche a pris en tant que son axe, les propositions urbanistiques defendues par l'ingénieur-architecte Luís Ignácio de Anhaia Mello, en les situant par rapport à ce qu'il y avait de plus significatif parmi les points de vue sur l'urbanisme à ce moment là. Malgré les positions qu'il occupait - l'Ecole Politechnique, l'Institut de Génie de São Paulo, etc. -, qui rendaient toutes une grande reconaissance à ses idées, Anhaia Mello se heurterait avec grave opposition: celle des instances qui disposaient du plus grand pouvoir d'intervenir sur l'espace urbain - la section d'oeuvres municipales, "prefeitura municipal", "Câmara Municipal", etc. Au milieu de ce conflit, Anhaia Mello recourirait à toute une série de stratégies qui visaient à instituer comme vérité et pouvoir, son conception particulière d'urbanisme - "l'Arbre d'Urbanisme" - tant que retirer la légitimité et rébaisser les prérogatives des autres positions. Tout au long de cette lutte pour la légitimité et le pouvoir, des motifs, des arguments et des conceptions non équivalents, hétérogènes - concernés aux consensus établis dans les élites intéllectuelles brésiliennes -, s'agrégeraient aux idées urbanistiques importées.

Agradecimentos:

Antes de tudo, devo isentar de responsabilidades pelos erros eventuais presentes neste trabalho, todos aqueles que citarei e a quem agradeço, a partir de agora, embora deva a todos muito dos méritos pelos eventuais acertos. Ao professor Elias Thomé Saliba pela orientação sempre sutil, muitas vezes através de "máximas" e "sentenças", ou então por meio daquelas inevitáveis citações de seus macarrônicos - ou ainda, de Flaubert, de Sérgio Buarque -, às quais tenho hoje - depois de concluída esta dissertação e por causa disto - a pretenção de compreender, ao menos em parte. Pouca gente conseguirá adivinhar o quanto que os rumos tomados na redação como na própria pesquisa derivaram diretamente dessas "máximas". Aos meus amigos e compagnons de route Janes Jorge, Marisa Midori, Lincoln Secco, Paulo Koguruma, Mônica Konrado, Patrícia Raffaini - que gastaram tempo e paciência na leitura de versões deste texto, sugerindo aqui e ali correções, adições e cortes. Eles contribuiram ainda com um inestimável encorajamento sem o qual, para o bem ou para o mal, teria sido mais difícil colocar um término neste estudo sobre o urbanismo paulistano. Com encorajamento também, mas principalmente com sugestões valiosas, Murilo Marx foi presença fundamental, seja à época em que freqüentava seu curso de pós, ou em momentos posteriores. A professora Raquel Glezer, de quem fui aluno também, impediu-me de cometer vários equívocos. Suas sugestões me foram igualmente inestimáveis. Tenho uma dívida de gratidão com eles. Já os professores Nicolau Sevcenko e Maria Inês Borges Pinto, além de terem sido meus professores durante a graduação - em não poucos cursos -, fizeram anotações fundamentais para o encaminhamento deste texto, compondo minha banca de qualificação de mestrado. Muito do que aprendi, devo a eles. Por fim, agradeço formalmente ao financiamento da pesquisa concedido pela CAPES, na ausência do qual nada teria sido possível.

I. Uma Apresentação: Luís de Anhaia Mello, o negativo de Prestes Maia?

"Com efeito, a familiaridade aumenta a aparência falsamente positiva de nossa experiência. Diante do mundo lento e obscuro da experiência grosseira, desaprendemos rapidamente de nos espantar."
Gaston Bachelard *A **Dialética da Duração***, 1988, p. 56.

"J'espère dissiper le préjugé qui consiste à penser que les villes sont une sort de grand accident, au delà de l'influence de la volonté et qu'elles subissent de lois inéluctables. Je prétends que la volonté humaine peut efficacement agir sur la destinée de nos villes actuelles, de manière que leur aspect soit l'exacte expression des plus hauts aspirations de notre civilisation.

"Eblouis par les énormes progrès de l'utilisation mathématique des ordinateurs électroniques appliqués aux réalisations du passé, nous courrons le risque de nous abandoner à la chimère d'un avenir préfiguré par les moyens mathématiques, illusion qui peut tout ou plus aboutir au prolongement de ce qui existait auparavant"

BACON, ***Une Histoire de l'urbanisme***, 1967, p. 13.

I

A 8 de novembro de 1951, Dia Mundial do Urbanismo, o professor Luis Ignácio Romeiro de Anhaia Melo pronunciaria uma conferência com o título "Urbanismo... esse desconhecido", defendendo a necessidade urgente da confecção de um grande plano nacional de ordenamento do espaço. Tal evento, que fazia parte do programa de comemorações na cidade de São Paulo, não poderia ter um palco mais apropriado ou óbvio. Afinal, pouco mais de três anos antes, Anhaia Melo fora um dos maiores responsáveis pela criação e montagem da instituição onde era professor e onde se desenrolaria a comemoração: a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. No entanto, o tom no qual seria vazada a conferência tinha muito menos de triunfalismo ou contentamento que de decepção e advertência. Logo de saída, após os agradecimentos de praxe e breves comentários sobre a ocasião e o lugar, Anhaia Melo situaria a conferência na continuação de

> "(...) uma campanha que data de mais de 20 anos, com escassos resultados, é certo.
> "O que se deve necessariamente atribuir aos deméritos do conferencista e jamais ao valor das teses enunciadas e defendidas, todas elas da mais alta transcendência para a redenção material e espiritual de incontáveis milhões de seres humanos" ("O urbanismo... esse desconhecido". In: ***Acrópole***, nº. 163, 1951, p. 243).

Não é o propósito aqui examinar as questões de 1951, com exceção talvez de duas delas referidas pelo trecho: aquela que diz respeito aos mais de 20 anos de escassos resultados - o que remete a meados dos anos de 1920 - e o sentimento

confessadamente messiânico, quase demiúrgico com o qual Anhaia Mello reveste sua "campanha" em prol do urbanismo. Interessa portanto a visão de Anhaia Melo acerca de um tempo bastante significativo de sua trajetória e as esperanças que a recobriram de sentido. No espaço de pouco mais de duas décadas, apesar de o Urbanismo conseguir reconhecimento suficiente para dar nome a uma faculdade - que passava a fazer parte do ensino universitário oficial do Estado de São Paulo - falhava na opinião do "urbanista", já que não conseguira (até aquele momento e jamais naquela cidade) controlar o real que proporcionava seu objeto de estudos: os processos explosivos de urbanização relacionados então, principalmente, ao êxodo rural. Não obstante, ele não permitia que tais "escassos resultados" lhe tirassem a fé no valor das teses que defendia e defendera.

Como compreender tal percepção que flagra algo como uma incompletude na implantação dos paradigmas urbanísticos em São Paulo? A essa altura, o então sexagenário Luís de Anhaia Melo (nasce em 23 de agosto de 1891 em São Paulo) podia falar com autoridade sobre assuntos de urbanismo. Este era o nome da cadeira que ele passara a reger a partir de 1948 na FAU-USP, depois de um longo trabalho de recepção e difusão das experiências urbanísticas estrangeiras, em especial para os círculos de engenheiros paulistanos, bem como, de montagem de organismos como a Sociedade Amigos da Cidade (1933), da qual foi presidente e conselheiro perpétuo. Graças a essa autoridade tida como indiscutível em matéria de urbanismo, Anhaia Mello pôde desempenhar um papel central nas lutas pela legislação de zoneamento e limitação do coeficiente de aproveitamento do solo, que marcarão os debates urbanísticos dos anos de 1950 a 1970[1], bem como no processo de montagem do departamento de urbanismo do município, na mesma época.

É nesse momento, incidentalmente, de *boom* do mercado imobiliário, que os conflitos com o engenheiro Francisco Prestes Maia[2] tornam-se evidentes. Via de regra

---

[1] Um relato bem sintético desses combates encontra-se em SOUZA, *A identidade da metrópole* (1994 pp. 222-239). O nome de Anhaia Mello não aparece citado, mas sim o da Sociedade Amigos da Cidade. Esta acabava expressando a posição de Anhaia. Já em ROLNIK, *A cidade e a lei* (1995, pp. 181 a 210), encontram-se mais detalhes as ações de Anhaia Mello nesses anos.

[2] Francisco Prestes Maia iniciaria sua carreira logo ao diplomar-se engenheiro-arquiteto pela Escola Politécnica em 1917. Começaria montando empresa própria de negócios imobiliários e ingressando nos quadros técnicos da Diretoria de Obras Publicas da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Publicas do Estado. Pouco depois iniciaria magistério na Escola Politécnica, mantendo-se nessa função entre 1924 e 1937, mas como "professor de aula" (mais especificamente, de "Desenho arquitetônico e Esboço do Natural"). Isso diz muito do prestígio acadêmico de Prestes Maia. Chamava-se "professor de aula", aquele que ministrava as aulas de caráter mais prático, de

Anhaia defenderia medidas de contenção do crescimento urbano, da densidade populacional e dos investimentos industriais. Prestes Mais, o estímulo às inversões de capitais na cidade com conseqüente expansão das atividades urbanas. Tais conflitos e lutas acabaram por aprisionar a imagem de Anhaia Mello, no miolo de uma memória que o tornava uma espécie de negativo de Prestes Maia. Situado no mais da vezes no grupo dos "pais fundadores" do "pensamento urbanístico paulistano" - ao lado de personagens como Victor da Silva Freire, João Florence de Ulhoa Cintra, e, claro, do próprio Prestes Maia - Anhaia permanece ligeiramente deslocado.

Se sua importância é continuamente afirmada, observa-se um certo incômodo na hora que se deve qualificá-la. A centralidade raramente lhe é contestada, mas diante das "obras de Prestes Maia", notáveis pelo modo como confundem-se com a própria configuração que a cidade veio tomar, as conferências de Anhaia Mello, seus cursos na Politécnica, sua luta por instrumentos urbanísticos no final das contas, malogrados, ganham um certo ar de irrelevância. Tal distinção entre um urbanismo cujas marcas seriam percebidas no tecido urbano - o de Prestes Maia -, e outro, que elegia a palavra como seu principal instrumento, levou Flávio Villaça a propor, o ano de 1930 como um marco que indicaria a passagem do período "do planejamento que era executado - o Plano de Avenidas - para o planejamento discurso"[3], no qual se notam as marcas das intervenções de Anhaia Mello. Quando muito, a Anhaia é atribuída uma "influência", a partir dos anos de 1940, nas idéias e práticas incorporadas pela administração

---

exercitação, não demandando para tal, profissionais dipomados em escola superior. Na hierarquia do corpo docente, era o de menor prestígio, atrás dos professores catedráticos e dos professores substitutos que ministravam suas aulas segundo as determinações dos catedráticos. (FISCHER, 1989, pp. 4-5) Na gestão de Firmiano Moraes Pinto, na prefeitura de São Paulo (1922-1926), Prestes Maia trabalharia ao lado do chefe da 7.a secção da Diretoria de Viação e Obras da prefeitura, João Florence de Ulhoa Cintra, na Comissão Técnica do Plano da Cidade (incorporada à Diretoria). Essa comissão seria responsável por uma série de estudos que procuravam melhorar a circulação de veículos no centro da cidade e lhe fornecer algo como um "esqueleto" de articulação centro-bairro e bairro-bairro. Esses estudos seriam aproveitados posteriormente, quando o prefeito Pires do Rio, que assume o cargo em 1926, encomenda a Prestes Maia um projeto de remodelação do sistema viário da cidade. É apresentado então, o ***Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo***. Com a revolução de 30, Prestes Maia seria afastado da administração pública, retornando a ela como prefeito de São Paulo, nomeado pelo interventor Adhemar de Barros, em 1938. Apesar, portanto, de não ser funcionário de carreira dos quadros técnicos da prefeitura, Prestes Maia teria seu nome vinculado à Diretoria de Viação e Obras Municipais, criando relações de solidariedade com os engenheiros da municipalidade. Sobre o projeto de 1930, escreveria PrestesMaia: "A nossa contribuição é mínima, tudo o que esta síntese tem de bom cabendo aos engenheiros da Prefeitura. Seria injusto destacar nomes. Cito apenas o doutor Ulhôa Cintra, com quem tivemos maior contato e a quem a cidade nunca saberá o que deve (...) A ele pertence em particular a concepção do Perímetro de Irradiação, que exaustivamente estudou e que é ainda a pedra angular desta coordenação". (cit. por FREIRE jr, 1942, p. 76, apud. FISHER, 1989).

municipal através de seu departamento de Urbanismo, que fariam referência ao urbanismo norte-americano dos anos de 1920[4].

Ora, para além das discordâncias tópicas em relação às opiniões de Prestes Maia - limitação ou não do crescimento urbano, vantagens ou desvantagens da taxa de benefício, maior ou menor coeficiente de aproveitamento do solo, densidade maior ou menor do centro -, a trajetória de Anhaia Mello parece permitir o exame de alguns problemas relacionados tanto à situação dos engenheiros frente às elites dirigentes, quanto, em um plano mais particular, aos dilemas de uma "posição" de urbanismo que busca enraizar-se na sociedade paulista dos anos de 1920, incorporando os discursos correntes nesse meio cultural, o que a obrigava a se deslocar da problemática da estrutura física da cidade, para aspectos da organização do poder, do Estado e da sociedade. O sentido da tentativa de Anhaia Mello parece revelar-se, de preferência, quando suas propostas são situadas lado à lado com a atmosfera intelectual de criação institucional que marca as décadas de 1920 e 1930, as quais coincidem razoavelmente com as demandas responsáveis pela instituição do chamado "Estado Novo" em 1937. Situado ao contrário, no interior de uma história do urbanismo que toma como espaço privilegiado o setor de obras municipais de São Paulo, Anhaia é destituído da maior parte de seu interesse.

Luís Ignácio Romeiro de Anhaia Mello era filho do engenheiro civil, pela Politécnica do Rio de Janeiro, Luiz de Anhaia Mello (1854/ 1899). Este, herdeiro e diretor da tecelagem Anhaia Fabril[5], seria ainda um dos fundadores da Escola Politécnica de São Paulo (1893), ocupando nessa instituição, até sua morte, os títulos de vice-presidente e professor catedrático de 'Mecânica racional'.

Realizado seu curso secundário no colégio São Luiz de Itú - cidade que sediava originalmente a Anhaia Fabril - (1904/ 1908), Luiz Ignácio ingressaria como aluno na Escola Politécnica, formando-se engenheiro-arquiteto em 1914. Após isso, vincular-se-ia a vários empreendimentos de propriedade de Francisco de Paula Ramos de Azevedo, amigo pessoal do "velho" Luís de Anhaia Mello, professor e protetor do

---

[3] VILLAÇA, 1995, p. 21) citado por FELDMAN, 1996, p. 7.
[4] Caso de FELDMAN, 1996, pp. 5-12.
[5] Originalmente sediada na cidade de Itu, a Anhaia Fabril (Anhaia S/A. Cia) se transferiria para São Paulo, onde seria relançada e instalada em 1890 (boom da especulação ocasionada pela política do

jovem: a F. P. Ramos de Azevedo e Cia, a Companhia Iniciadora Predial (financiadora e construtora) e a Companhia Cerâmica Vila Prudente. Ocupou ainda posições na política, sendo eleito vereador à câmara municipal de São Paulo; nomeado prefeito do Município de São Paulo, em 1930 (6/12/1930 a 25/07/1931) e em 1931 (14/11/1931 a 4/12/1931). Seria nomeado ainda, dentre outros cargos, diretor da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo (1941).

Na Escola Politécnica, assume o cargo de professor substituto da IV secção, em 1917, faz-se nomear em 1919 e efetiva-se em 1922. Em 1926, torna-se catedrático da cadeira n.º 20, de Estética, Composição Geral e Urbanismo I e II, iniciando o ensino institucionalizado de Urbanismo na Escola Politécnica, cadeira que ele ocupa até 1948, quando se transfere para a recém fundada FAU-USP. Data dessa época de implantação do ensino de urbanismo na Politécnica, o início de suas principais atividades de divulgação e recepção das experiência urbanísticas que se haviam desenvolvido na Europa ocidental e Estados Unidos, quer através de sua cátedra na politécnica, quer por meio de conferências que se tornariam famosas nos círculos técnicos, ou de artigos nas revistas da área. Tal campanha ganhou força adicional em 1929, ano no qual Anhaia Mello seria eleito presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo para o biênio 1929-30, o que significou uma guinada na orientação do Instituto, passando este a principal propagandista das teorias urbanísticas em São Paulo.

Em um primeiro momento, pode-se dizer que a trajetória de Anhaia Melo aparece marcada tanto pelas vicissitudes do paradigma urbanístico que ele lutou para implantar em São Paulo quanto pelo próprio processo de metropolização acelerada, desordenada, tumultuária observado a partir dos anos de 1920. Para Anhaia Mello, a tensão entre de um lado, um certo paradigma de ordenamento do espaço urbano (o urbanismo tal como ele entendia) e, de outro, um processo descontrolado de expansão urbana (com todos os rebatimentos sócio-econômicos que isso significa) , fazia parte de algo que se poderia chamar de sua experiência formadora.

De algum modo, isso tem a ver com as próprias motivações que envolveram o trabalho ora apresentado, relacionadas a experiências de incerteza, fragmentação, dissolução e indeterminação radical, traços que estariam presentes no próprio cotidiano das populações paulistanas, submetidas às mais variadas formas de desastres

---

Encilhamento), incorporada com o nome de Fiação de Tecidos Anhaia Fabril, ocupando edifício desenhado e construído por Ramos de Azevedo na atual rua Anhaia.

imponderáveis para o indivíduo, estatisticamente previsíveis para a coletividade. Poucos têm a certeza se não serão os próximos desempregados, os próximos a serem tragados pela correnteza na próxima enchente, os próximos a experimentar diretamente o choque da violência urbana, etc. - Mas que tudo isso vai ocorrer com alguém, não se saberia duvidar. De qualquer modo, a cidade parece levar ao paroxismo a contradição existencial que faz da morte a um só tempo, inevitável, posto que a vida é naturalmente finita; e imprevisível, posto que o cotidiano urbano é particularmente rico em possibilidades de acidentes fatais.

Pois esta é a história de uma proposta de ordenamento do espaço urbano - referida aqui como a "Árvore do Urbanismo de Luis de Anhaia Melo" - que apresentava como características básicas o domínio sobre uma "opinião pública", "educada" segundo os princípios do urbanismo; a aliança entre determinações "éticas" (uma noção de bem comum) com a autoridade técno-científica, contra os interesses econômicos particulares; o controle social da propriedade privada do solo urbano; a reivindicação de proeminência para as instituições urbanísticas sobre todos os agentes envolvidos no processo de urbanização da cidade. Tal proposta é tanto mais interessante na medida em que apresentava como corolário o tema da unidade na construção de uma comunidade de cidadãos, unidade esta que domesticaria e estabilizaria o processo de evolução urbana, cobrindo-a com um manto de previsibilidade.

A partir de meados dos anos de 1920, portanto, o engenheiro-arquiteto Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello[6], efetivamente trabalhou pela implantação de um

[6] A literatura que toma como objeto o chamado "pensamento urbanístico paulistano" (o termo aparece em LEME, Maria Cristina "A formação do urbanismo como disciplina e profissão: São Paulo na primeira metade do século XX". In: PECHMAN & REBEOUL, 1994.) tendeu a situá-lo como um contraponto para a figura do engenheiro Francisco Prestes Maia. Tomando-se como base as décadas de 1920 e 1930, Anhaia contrapõem-se a Prestes Maia como o "teórico", o "professor" formador de opinião ao "prático", àquele que "efetivamente transformou a cidade" (SOMEKH, 1995, p. 83). Essa oposição do "teórico" e do "prático" repete-se aos milhões como atestam os depoimentos colhidos por Fischer em se "Ensino e Profissão..." (1989). Esses depoimentos, colhidos de seus alunos e auxiliares, descrevem Anhaia como "(...) o professor de maior influência do curso de engenheiro-arquiteto nas décadas de 30 e 40: homem de grande cultura, era um **teórico** e não se preocupava muito com a prática de projetos, mas suas aulas eram verdadeiras conferências sobre urbanismo que entusiasmavam os estudantes". Villanova Artigas, citado no mesmo estudo, vai além lembrando algumas disposições interessantes que estariam presentes em Anhaia, sua despreocupação sobre a estética dos edifícios, a concentração nos problemáticas da cidade, o que fazia das suas aulas "sempre, mais ou menos, uma crítica à Light, que era quem tinha formado a cidade a partir de seus interesses suspeitos (...)". Robert Mange, por outro lado, tece críticas às propostas de Anhaia Mello, considerando-as genéricas, globalizadoras e sem instrumentalização. Elas teriam através do

certo regime de verdade sobre o espaço urbano, que se convencionou chamar de "Urbanismo". Nesse processo, há vários indícios de que a justiça e a verdade das posições do urbanismo de Anhaia Mello foram reconhecidas por um leque de agentes históricos[7]. Por que e quais contingências determinaram a desconsideração de uma e outra na trajetória urbana de São Paulo é, no final das contas, a questão que se procura responder.

Para tal, ao longo do trabalho, buscou-se o entendimento do modo como ocorreu a recepção de idéias e práticas do "urbanismo moderno", na São Paulo dos anos 20 e 30. Esta questão desenvolveu-se através de dois eixos de pesquisa: a) leituras de escritos de autoria do engenheiro-arquiteto Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Melo, concentradas nas séries de palestras proferidas pelo autor, entre 1928 e 1933; e b) busca das estratégias utilizadas por Anhaia Mello para fundar o "Urbanismo" como uma posição legítima e reconhecida pelos agentes que compunham os quadros técnicos paulistas.

Entre os anos de 1928 e 1933, Luís de Anhaia Mello profere três séries de conferências que seriam publicadas posteriormente em três volumes, com o nome genérico de "Problemas de Urbanismo" (ver Fontes). Nessas conferências o engenheiro-arquiteto, além de realizar a divulgação das experiências urbanísticas internacionais nos meios técnicos e intelectuais paulistanos, propunha formas de "enraizar" isso que ele denominará a "Árvore do Urbanismo" nos desejos e aspirações da "opinião pública" paulista. Tratava-se não de oferecer amplos projetos de intervenção espacial, expressos em croquis, plantas e aquarelas, mas de constituir uma instância de poder capaz de, a um só tempo, educar as massas, interpretar seus desejos e elaborar um "plano da cidade", ao qual as demais esferas de poder municipais se deveriam subordinar. Os textos giram em torno de três temas que em conjunto formariam o "ciclo completo e ordenado do desenvolvimento urbanístico": "conquista

---

"planejamento urbano", apenas aberto "campo para os cabides de emprego, os relatórios e os planos integrados de desenvolvimento, as empresas consultoras e muito papel" (FISCHER, 1989, pp. 177-8).

[7] Um desses indícios é oferecido pelas memórias de Paulo Duarte, em especial o quarto volume. Segundo Duarte, vários projetos de lei promulgados durante a gestão de Armando Salles, como interventor do Estado de São Paulo (1934-37), e de Fábio Prado, na prefeitura da capital, foram escritos em colaboração com Anhaia Mello e apresentadas por deputados do Partido Democrático, como o ato 1074 de 25 de março de 1936, estabelecendo a cobrança de Taxa de Melhoria. O que é interessante, visto que Anhaia Mello era homem relacionado ao PRP. (DUARTE, 1977, pp. 131-4).

da opinião pública", "a comissão do plano da cidade" e criação da "legislação necessária"[8].

Foi privilegiada a leitura do volume da 1ª. série de conferências, ***Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico***, editado pelo ***Boletim do Instituto de Engenharia*** em 1929[9], tudo o mais é, de certo modo, secundário, peças utilizadas para estabelecer os nexos de significados que envolviam as conferências. Os temas agrupados sob a forma de princípios no primeiro volume de conferências, seriam posteriormente retomados e detalhados, quer em artigos, quer em novas séries de palestras. No mesmo ano, um 2°. volume com o nome de ***Problemas de Urbanismo: o recreio ativo e organizado nas cidades modernas,*** viria à luz pelo mesmo Instituto de Engenharia. Por fim, em 1933, apareceria ***Novos subsídios para a regulamentação dos serviços de utilidade pública***, reunindo conferências realizadas parte no próprio Instituto, parte no Club de Engenharia do Rio de Janeiro, no ano de 1931. A brochura seria reeditada pela prefeitura municipal de São Paulo com o nome de ***O problema econômico dos serviços de utilidade pública***, em 1940. Uma apreciação exaustiva desses dois últimos volumes foge aos limites modestos do presente trabalho. Certamente, eles mereceriam melhor avaliação em estudos acerca das propostas de sistemas de parques em São Paulo, para o caso de ***O recreio ativo e organizado...*** ou em pesquisas que tomem como objeto a regulamentação dos serviços de utilidade pública, tema aliás, bastante oportuno, tendo em vista a tendência atual de privatização geral desses serviços.

Um pequeno parêntese: foi necessário, evidente, a utilização em vários momentos de textos contrapontísticos em relação às conferências de 1928/9, para a boa compreensão das posições em oposição às quais Anhaia Mello constitui a sua própria. É o caso particular da consulta a textos de Victor da Silva Freire, Francisco

---

[8] Veremos que a diferença do urbanismo de Anhaia em relação aos seu rivais, é justamente essa integração da engenharia ao cabo do ciclo completo e ordenado do desenvolvimento urbano. Significa toda uma ruptura com uma concepção de cidade que faz dela produto da engenharia, concepção essa parte integrante da identidade profissional dos engenheiros paulistas.

[9] Sobre essa iniciativa, o Boletim de março de 1929 (n° 46) ao mesmo tempo em que trazia a última da 1ª. série das "brilhantes palestras" proferidas por Anhaia Mello, - o texto "Urbanismo - o problema financeiro", - veiculava uma nota a qual fazia saber que "(d)ado o grande interesse que despertaram essas conferências resolveu o *BOLETIM DO INSTITUTO DE ENGENHARIA* reuni-las em volume ao qual foi incluída também a palestra inicial realizada no Rotary Club"[9]. Dizia a nota ainda que o volume seria publicado em poucos dias e encontrar-se-ia à venda na Secretaria do Instituto e nas "principais livrarias do país". E concluía: "O seu preço bem módico, para a perfeita divulgação dos

Prestes Maia, Hulha Cintra, Christiano Stocker das Neves. Artigos ou conferências de Anhaia Mello como "A verdadeira finalidade do Urbanismo" e "A Sociedade Amigos da Cidade e sua importância..." serviram para a objetivação de desdobramentos e ajustamentos na posição do Urbanismo de Anhaia Mello. Artigos esparsos de revistas da área indicaram os delineamentos básicos do modo como se deu a constituição da "esfera técnica", nas três primeiras décadas do século.

Já os textos de Carlos da Silva Prado, Catulo Branco e Villanova Artigas permitiram, no momento da pesquisa, a definição dos limites temporais deste estudo sobre o urbanismo de Anhaia Mello. O surgimento de uma postura de critica radical ao capitalismo e ao regime de propriedade privada, a partir de fins dos anos de 1930, bem como a fortuna internacional merecida pela arquitetura moderna da "Escola Carioca", aparentemente serviram para deslocar exatamente aquilo que na proposta de Anhaia Mello era seu nexo interno - a idéia da conquista da opinião pública. Esta, paulatinamente, tende a ocupar o lugar das idéias ingênuas e ou irrealizáveis, incompreensíveis até. Tal discussão não caberia entretanto nos limites deste texto, tendo em vista outras prioridades. Muito mais importante para o corte cronológico eleito por este estudo foi a relação entre as idéias de Anhaia Mello e a máquina estatal. A incorporação de parcelas do discurso de Anhaia Mello, às práticas rotineiras das repartições técnicas municipais, principalmente a partir dos anos de 1940 - fenômeno frequentemente entendido como da emergência de um "urbanismo de idéias" - contraditoriamente auriu-se da legitimidade da qual Anhaia se fazia portador e o condenou a uma marginalização paulatina. É possível que a colonização do discurso urbanístico de Anhaia Mello pelos procedimentos burocráticos, passava por uma depuração exatamente das caracteristicas que faziam a especificidade da posição de Anhaia Mello ao longo das décadas de 1920 e 1930. Daí o privilégio conferido a esses anos neste trabalho.

Partindo do primeiro volume de conferências, referidas pela literatura como das mais influentes no debate urbanistico paulistano[10], ao invés de descrever

princípios gerais do Urbanismo, será de 5$000. Desde já receberemos encomendas e pedidos." (*BOLETIM DO INSTITUTO DE ENGENHARIA*, março de 29, nº 46, p. 134).

[10] A determinação de traços da recepção das conferências embora abundantes, são extremamente dificultadas pelo estilo de composição de textos vigente até a consolidação de normas acadêmicas, com o surgimento das primeiras universidades brasileiras, a partir dos anos de 1930, estilo esse no qual se

exaustivamente a "substância" da versão de urbanismo defendida por Anhaia Mello, o eixo do presente trabalho deslocou-se para aquilo que talvez pudesse ser chamado de "pressupostos" do discurso, aqueles pontos consensuais mínimos, sem os quais nenhuma disputa é possível. Desse modo, tentou-se reconstruir em um primeiro momento, como o engenheiro-arquiteto constitui um tecido de conceitos com os instrumentos mentais de sua época, sejam eles originários das revistas e livros especializados em Urbanismo, que proliferavam nos EUA e em certos países europeus, ou dos debates ideológicos que circulavam pela imprensa paulistana, nos textos de autores variados como Oliveira Vianna ou Azevedo Amaral, enfim, por todos os espaços de produção cultural nativos, estimulados um pouco pela proliferação de movimentos nacionalistas, de firme retórica cívica, surgidos no imediato pós-I guerra.

Com isso, o próximo passo foi entender as propostas de urbanismo de Anhaia Mello, como parte de uma estratégia que visava fundar uma posição proeminente no interior da camada de engenheiros, para transferir posteriormente esse reconhecimento específico "inter-pares" para o conjunto do espaço social, isto é, para utilizar esse reconhecimento como modo de constituir um "regime de verdade" socialmente aceito.

Por outro lado, uma questão fundamental intriga logo de saída: como se pôde imaginar que com idéias, todo um tecido de práticas de espoliação urbana poderia ser desfeito? Primeira impressão: para Anhaia a enunciação dos princípios do urbanismo visaria não os objetivos enunciados, mas outros, não enunciados. O discurso visaria transformações no urbano, mas o "ato" de enunciar, uma acumulação de poderes e "capitais sociais" que poderiam passar muito bem sem que suas propostas encontrassem algum rebatimento no "espaço concreto". Desse modo, em um estudo feito para subsidiar a escrita da primeira versão do projeto que originou este trabalho, com o título de "O urbanismo ético de Luiz de Anhaia Mello" (1998), Anhaia aparecia como alguém para o qual a derrota das idéias enunciadas, não significa uma derrota pessoal. A enunciação da cidade ideal e a pregação urbanística haveria de lhe render, por um bom tempo, um lugar destacado e uma enorme respeitabilidade tanto entre seus pares (em sua própria "igrejinha"), quanto no interior da sociedade. Alguns dos

---

nota a exiguidade das referências bibliográficas e mesmo de fontes. Uma exceção que confirma a regra, é dada pelo engenheiro Lincoln Continentino, então inspetor chefe da Inspetoria de Engenharia Sanitária de Minas Gerais. Mesmo assim, no texto "Administração Municipal: Urbanismo", originalmente uma conferência realizada no Rotary Club de Belo Horizonte, o autor faz apenas uma

leitores desse estudo, censuraram o "maquiavelismo" supostamente atribuído a Anhaia Mello, que o tornava quase desonesto, de má fé, escondendo interesses pessoais de ascendência profissional e política, sob a capa do discurso do trabalho desinteressado em prol da cidade.

Entre a procura dos interesses escondidos de Anhaia Mello ou a crença na pureza de suas intenções, a leitura de Bourdieu permitiu escolher nem uma e nem outra. "Habitus" e "campo", muito embora as dúvidas acerca da conveniência de sua utilização formal os impedissem de aparecer, revelaram-se instrumentos heurísticos interessantes para a compreensão do objeto de estudos, - a proposta de urbanismo de Anhaia Mello, apresentada entre os anos de 1928 e 1931, a qual aparece referida aqui como a "Árvore do Urbanismo". Este trabalho, portanto, inspirou-se de algum modo nesses conceitos. A questão da boa ou da má fé de Anhaia Mello, ficava assim bastante deslocada. Há muitas evidências de que Anhaia Mello levou em conta, ao enunciar suas posições de urbanismo, tanto o meio profissional do qual se originava, quanto os agentes que ocupavam no espaço social, posições de poder e prestígio. São visíveis os indícios de uma estratégia que visa a um só tempo desalojar agentes antagônicos de suas posições de poder, constituir ele mesmo uma posição, e dotar essa posição de reconhecimento crescente. Para que suas propostas vingassem, Anhaia precisava, ele mesmo, ascender às posições dominantes entre os quadros técnicos, acumular sempre mais capitais que lhe rendessem maiores quantidades de poderes de disposição.

É possível compreender, então, idéias e trajetória do engenheiro-arquiteto Luiz de Anhaia Mello, por um lado, no contexto de reordenamento dos quadros dirigentes tanto do ponto de vista nacional quanto regional, que marcou as três primeiras décadas do século; por outro, na perspectiva da emergência, nesse momento, de uma camada ou esfera de técnicos[11] - ou ainda conforme o jargão de época da "classe dos engenheiros".

---

breve menção ao nome de Anhaia Mello, embora aproveite (sem dizer) trechos inteiros de suas conferências de 1928-9. Boletim do Instituto de Engenharia, Abril de 34, n 101, pp. 220-8.

[11] Tais termos não devem ser compreendida como alguma estrutura com "leis" de funcionamento e hierarquias determinadas, mas, inicialmente, mas apenas como agrupamento "empírico" de engenheiros que tinham em São Paulo sua área de atuação. Dado o restrito material empírico de que foi feito este trabalho, qualquer esboço de um "campo dos técnicos", na acepção de Bourdieu é no mínimo bastante precipitado. O que se pôde fazer, foi meramente um exercício de identificação de algumas práticas que insinuam alguma hierarquia de posições e os contornos de algo como um conjunto do disposições esperadas no convívio entre os "técnicos". Talvez um pouco abusadamente, por "técnicos" entendeu-se todos aqueles com legitimidade "escolar", para exercer atividades de intervenção sobre o espaço urbano.

A questão é, desse modo, decifrar as condições e as práticas efetivas que permitiram a ascensão da "classe dos engenheiros" a posições entre as elites dirigentes do país, partindo de posições objetivas e determinadas, para posteriormente entender o modo como um engenheiro em particular, Luiz de Anhaia Mello, constitui para si uma posição específica nesse quadro e, em seguida, compreender esse ato todo particular de proferir conferências para mudar o "meio" urbano. Porque se de um lado, havia toda uma série de condicionantes que favoreciam a valorização das profissões técnicas, por outro, esses mesmos condicionantes permitiram o surgimento na São Paulo dos anos 20, de uma posição que, em confronto com os principais agentes com poder de dispor sobre o espaço urbano, conseguia reconhecimento e consagração.

Que pontos de vistas contrários à transformação da cidade em um espaço de exploração econômica sem peias e absolutamente indiferente ao bem ou mal estar de seus habitantes, possam ser encontrados com frequência, em especial nos jornais, não deve obscurecer a novidade de um discurso portador da marca distintiva da ciência aceita em sua verdade, embora negada na prática.

Este trabalho versa, portanto, sobre a "Árvore do Urbanismo" de Luiz de Anhaia Mello e alguns de seus possíveis sentidos e significados.

A Árvore do Urbanismo de Luiz de Anhaia Mello

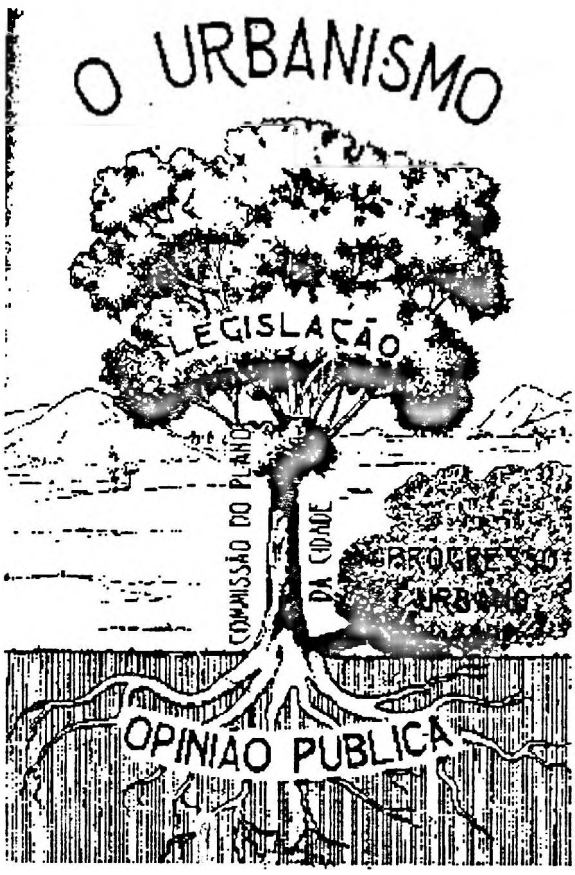


fig. I

II- Vista de São Paulo pela janela do escritório do professor no alto da colina central: plantando a Árvore do Urbanismo.

"Se o Estado teria certa autonomia, por outro lado, é também legítimo supor que a atuação desses grupos [as elites em ascensão nos anos 20 e 30] teria alguma relevância impondo certos limites ao campo de atuação de executivo, reduzindo ou ampliando a margem de alternativas possíveis ou definindo cursos legítimos de ação".

Eli Diniz. "O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes", In ***HGCB****, 1986, V. III, T. III.*

"L'arbre est solide, il est enraciné, il est durable et par lá venerable. Il possède à la fois la masse et la diversification, l'unité puissante du tronc et l'envergure de la couronne; on distingue en lui les branches et les rameaux, les bourgeons et les feilles, voire les fleurs et les fruits."

Judith Schlanger ***Les métaphores de l'organisme****, 1995.*

II

Logo nos inícios do volume de 1929[12], encontra-se uma ilustração das mais insólitas, tratando-se da obra de alguém que pretende divulgar "urbanismo". É o desenho de uma árvore da qual se podem ver raiz, tronco e copa (figura I). A sombra projetada pela "árvore do urbanismo" aparece referida como "progresso urbano"; as raízes são a "opinião pública"; o tronco, a "Comissão do Plano da Cidade"; enquanto a copa frondosa representa a "legislação". O conjunto formado pela árvore não é nada senão, como já se disse, o próprio "Urbanismo". Para intensificar o estranhamento, ao longo do volume, nenhum mapa ou planta da cidade, nenhuma proposta de traçado de ruas ou avenidas, nenhuma aquarela com conjunto arquitetônico em perspectiva ou mesmo, princípios de arranjos urbanísticos ou estéticos.

Há aqui uma curiosa inversão: o "progresso urbano" - o qual geralmente se traduz pela materialidade das construções e edificações, pelo traçado urbano, pelas redes de infra-estrutura, etc - aparece representado na figura, pela substância algo impalpável da "sombra", ou talvez de algo que crescesse à sombra da árvore do urbanismo. Por outro lado, o movimento ascendente que parte da opinião pública, é canalizado pela "comissão do plano da cidade" e frutifica nas frondes da "legislação",

[12] MELLO, Anhaia. ***Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico.***

movimento que só pode ser regido pela palavra, por atos de fala, ou em outros termos, pelas "idéias"[13], aparece representado pela materialidade da árvore.

Inversão análoga, concernente à iconografia, a árvore passa de imagem essencialmente rural para, contraditoriamente, representação da disciplina urbanistica. Evocação indireta das cidades jardins de Howard? Não é impossível. Entretanto, a imagística da árvore transcende em muito essa superfície, iluminando facetas do Urbanismo de Anhaia Mello implicadas com disposições referentes a valores como os de unidade, estabilidade, permanência, ordem, hierarquia. Sólida, durável, enraizada, a árvore em sua verticalidade une céu e terra. Através de seu caule, faz circular a seiva retirada do solo pelo emaranhado de suas raizes, unificando-a e possibilitando que ela frutifique em folhas, flores e frutos, concedendo "sombra e abrigo aos que padecem". Portanto, a imagem da árvore apresenta-se como uma entidade integradora por excelência, plural, ao mesmo tempo em que unifica tal pluralidade e a estabiliza.

Uma evocação arcaica poderia ainda remeter a valorações altamente hierárquicas e ordenadoras: a árvore é imagem comumente utilizada quando se trata de referir as "três ordens medievais", ou de afirmar a precedência do todo sobre as partes e dizer como de Maistre, para se tomar um exemplo particularmente reacionário, que "(l)e genre humain peut être consideré comme un arbre qu'une main invisible taille sans relâche, et qui gagne souvent à cette opération (...). (L)e jardinier habile dirige moins la taille à la végetation absolue qu'a la fructification de l'arbre; ce sont des fruits, et non du bois et des feuilles, qu'il demande à la plante" [14]. Daí um elogio da guerra como uma "poda" necessária da árvore da humanidade que permitiria o desabrochar de seus frutos: artes, ciência, espírito viril, etc[15].

Por outro lado, no contexto de uma São Paulo em processo acelerado de metropolização, parece sintomática a evocação da árvore, com suas raizes fincadas no solo, sustentando tronco e copa, se se a contrapõe aos hábitos cabotinos das elites

---

[13] Não por acaso, o poeta belga Émile Verhaeren é presença constante nos textos de Anhaia, que cita constantemente passagens do seu ***La ville tentaculaire***, como o trecho que aparece logo nos primeiros parágrafos da terceira palestra "A cidade, problema de governo": 'Sur la ville, dont les affres flanboient,/ Régnent, sans qu'on les voie, mais évidentes/ **Les Idées** (grifo do pesquisador).' (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, 1929, pag. 49).

[14] DE MAISTRE, ***Considérations sur la France***, pp. 35-38, citado por SCHLANGER, 1995, pp. 202-203.

[15] SCHLANGER, 1995, pp. 203.

intelectuais e políticas brasileiras, "desenraizadas", artificiosas[16], ou então ao fenômeno notável, ao longo das três primeiras décadas do novecentos, da rápida concentração de um enorme contingente populacional no aglomerado urbano de São Paulo, formando massas heteróclitas e, adjetivo recorrente, "desenraizadas".

Uma outra ordem de conexões pode ser encontrada nos interesses expressivos que explicam a proliferação de metáforas orgânicas, nos registros de época. Neles é comum a caracterização da sociedade brasileira como inorgânica ou como um corpo em estado ainda "fetal", pois com um processo incompleto de diferenciação de seus órgãos[17]. A metáfora orgânica aparece como argumento, simultaneamente, para a apresentação e legitimação do poder tutelar do Estado sobre a população; a projeção de um futuro passível de apreensão pelos instrumentos da ciência (um telos orgânico) e enfim, para anunciar uma suposta vocação para elite dirigente, reivindicação daqueles que se pretendiam portadores da ciência da sociedade brasileira[18]. Referem-se tais metáforas então ao interesse de tomar como referência, um futuro inscrito no movimento de formação dos corpos social ou urbano, retirando desse "futuro", uma autoridade sobre o presente.

Sobre o uso que Anhaia Mello faz das imagens orgânicas, pode-se dizer que elas seriam mobilizadas não para a "exploração propriamente dita da analogia em seu rigor racional", mas sobretudo para uma "exploração semântica de uma analogia já adquirida"[19]. Isto é, em Anhaia Mello, as imagens orgânicas longe de se constituírem em instrumentos de conhecimento, limitavam-se quase a um recurso retórico. Elas lhe permitiriam um procedimento de alto poder sugestivo: o de efetuar rápidas transições no discurso, dos objetos a que se dirigia, para as imagens orgânicas, apresentando-as quer como provas, quer como argumentos para suas teses. Desse modo, um valor central no discurso de Anhaia Mello, como o de interdependência, poderia ser

---

[16] Ao menos era assim que personagens como Sérgio Buarque de Holanda viam o processo de formação intelectual brasileiro. Ver a esse respeito o capítulo de ***Raízes do Brasil***, intitulado "Novos tempos" (HOLANDA, 1985).

[17] Ver os artigos de Bolívar Lamounier, "Formação de um pensamento político autoritário: uma interpretação" in FAUSTO (org.), 1986; e de Roberto Romano, "A fantasmagoria orgânica" (ROMANO, 1985). A maioria desses autores tratou de identificar uma espécie de correspondência entre o discurso dos literatos de cunho autoritário e as elites que dirigiriram o Estado no período pós-30. Tal correspondência parece ter sido importante no processo de montagem das estruturas do Estado Novo de 1937. Era a emergência afinal de um Estado que pretendia "organizar" o povo e a nação, superando a "amorfia" reinante.

[18] cf: PECAULT ***Os intelectuais e a classe dirigente no Brasil*** (1993, pp. 22-42)).

[19] Essa diferenciação do uso das metáfora aparece em SCHLANGER, 1995, p. 199.

sustentado facilmente através da imagem da "árvore do urbanismo", que ao evocar a árvore que existe na esfera biológica, traz em si o enunciado segundo o qual cada parte não pode viver sem as demais, o que, dito em relação à árvore *tout-court*, é o mais absoluto truísmo.

A "árvore do urbanismo" contrapunha-se polemicamente a todas as noções de urbanismo que faziam dele uma especialização seja da engenharia, enquanto saber técnico (posição próxima a de Prestes Maia), seja da arquitetura, entendida como um ramo das artes (como queria Christiano Stockler das Neves). Se no urbanismo de Anhaia Mello, cada uma de suas partes existe apenas em suas relações de estrita interdependência entre si, e em relação à totalidade, a autonomia de "técnicos" e de "artistas" sofrem sérias limitações, pois ambos são situados na "ponta" de uma estrutura técno-burocrática (enquanto "meios"), que teria como vértice, a "Comissão do Plano da Cidade", instância de poder portadora do "sentido" e dos "fins" da evolução urbana.

> "O ciclo completo e ordenado do desenvolvimento urbanístico tem que ser este: propaganda para formação do ambiente, comissão do plano da cidade para estabilidade e perfeição do plano geral e a legislação necessária, para que os técnicos que só aí intervêm, consigam concretizar as aspirações populares e os traçados gerais.
>
> "Qualquer destes elementos que falte, é como se os outros também não existissem; só podem agir eficientemente em conjunto.
>
> "São a raiz, tronco e fronde da grande árvore do urbanismo, que envelhece, como as velhas árvores do poeta: 'Dando sombra e consolo aos que padecem'" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p. 86).

Nada indica ser fortuita a ausência de grandes planos de intervenção urbana, mapas ou desenhos arquitetônicos, ao longo dos trabalhos de Anhaia Mello. Com a metáfora da árvore, esboça-se uma imagem de urbanismo como algo que, depois de firmemente enraizado em um meio urbano, passa a articular seu desenvolvimento. Dessa maneira, as soluções urbanísticas se gestariam da própria articulação orgânica das partes da cidade. Os princípios urbanísticos vingariam devido a um duplo ajustamento prévio: de um lado entre a imagem da cidade ideal (irradiada pela "Comissão do Plano da Cidade") e os valores aceitos e adotados pelos habitantes da cidade (as raízes da árvore do urbanismo); de outro, entre as necessidades ditadas

pelos princípios urbanísticos e as leis (a fronde da árvore, ou seja, a legislação necessária).

Não que os grandes panoramas perspectivados estejam completamente ausentes dos textos de Anhaia. No final da conferência de 21 de setembro de 1928, "O problema psychologico: bases para uma campanha pratica e efficiente em prol de São *Paulo* maior e melhor", realizada no Rotary Club de S. Paulo, Anhaia Mello conta à assistência um pouco de sua visão da cidade:

> "Todos os dias contemplo, pelas janelas do meu escritório, no alto da colina central, o espetáculo radioso que oferecem os bairros industriais da cidade - Braz, Móoca, Ipiranga, - alastrados pela planície e lentamente, tentaculares, galgando os morros que molduram o horizonte. Chaminés esguias e fumegantes emergem de todo o lado, por entre o casario denso, marcos comemorativos do progresso da cidade, balizas da marcha triunfal para o futuro". (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 24 e 25).

Na seqüência aparece a transcrição de um dos poemas de "La ville tentaculaire" do poeta suiço Emille Verhaeren, no qual se lamenta a morte dos campos, tomados pela expansão da cidade industrial, o que prepara a platéia para uma descrição algo sentimental dos bairros operários, de sua edificação compacta, de sua densidade populacional e, tudo isso em tom crítico, da ausência nesses pontos de espaços de amenidades ou recreio[20]. A proposta de Anhaia:

> "Não será melhor transformar esses canteiros [do parque da Várzea do Carmo] em 'playgrounds' ou terrenos para jogos, com areia, gangorras, barras fixas e todo esse variadíssimo arsenal do recreio organizado moderno?
>
> "Um campo de atletismo, um teatro ao ar livre, uma piscina, um tanque raso para a criançada patinhar, poderiam perfeitamente e sem grande dispêndio ser construídos e contribuir poderosamente para que nas horas de lazer a população desses bairros 're-criasse' as energias gastas na dura labuta diária pela própria subsistência, sim, mas também para o progresso da cidade.
>
> "Estes são os ideais do urbanismo moderno, condensados na expressão - 'o maior bem do maior número" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 26).

[20] Essa questão seria exaustivamente tratada pelo engenheiro-arquiteto no volume ***Problemas de Urbanismo: o recreio ativo e organizado nas cidades modernas*** de 1929.

É cabível retirar significados dessa espécie de lance retórico? A resposta pode ser afirmativa desde que nele se possa identificar algo como uma estratégia discursiva eleita pelo autor. Ao invés de se auto-localizar espacialmente ("meu escritório no alto da colina central"), estabelecendo nesse ato toda uma hierarquia consensual entre espacialidades, porque não dizer simplesmente de forma impessoal?: "- nos bairros industriais de S. Paulo, os espaços de lazer para os operários e suas famílias são inexistentes". A imagem evocada de um componente da elite paulistana, a olhar de cima da "colina central" os bairros industriais e operários, não traz em si a representação de um domínio sobre o "outro", mesmo que imaginário? O panorama que se descortina através da janela do escritório do engenheiro-arquiteto lembra aquelas pinturas de paisagens que surgem no contexto do Romantismo europeu. Visão tomada a partir de um plano elevado, surge quando o poder da aristocracia decai, para lhe restituir um domínio, mesmo que simbólico, sobre as terras que se espalham "até onde os olhos alcançam"[21]. No caso de Anhaia, a distinção hierárquica entre espacialidades, criada pela evocação do panorama, apelava para uma condição compartilhada pela maioria de sua assistência. Esta tanto podia manter escritórios e sedes de empresas no alto da colina central, quanto loteamentos e indústrias a leste. Desse modo, a imagem parece sugerir mais do que o apelo a uma identidade, um verdadeiro chamamento para a ação ou uma lembrança do fardo das elites.

[21] cf: BANN, Stephen. ***As Invenções da História: ensaios sobre a representação do Passado***, 1994.

II.1. Raízes: a conquista da opinião pública.

Em ***Os problemas econômicos dos serviços de utilidade pública***, Anhaia Mello faz referência à famosa frase de Coleridge, segundo a qual as experiências do passado são nada mais que "lanternas na popa", que iluminam apenas o caminho já percorrido. Porém, se para nós, as nossas próprias experiências são "lanternas na popa", argumenta o engenheiro-arquiteto, as "experiências alheias" são como sulcos deixados na água aos quais os que seguem devem permanecer atentos. A experiência guia os que vêem depois (PUSUP, pág. 26).

> "O que se pode afirmar e provar facilmente com dados positivos, é que nossos atuais problemas urbanos que ainda não resolvemos e parece não pretendemos resolver tão cedo, já foram integralmente resolvidos em grande número de cidades estrangeiras e principalmente nas americanas" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 13).

De alguma forma, a consciência do atraso do país inteiro em geral e de São Paulo em particular, quando confrontados às cidades européias e norte-americanas[22], concedia duas vantagens aos que se propusessem a resolver os problemas urbanos da cidade, às voltas com um processo de metropolização acelerada e tumultuária[23]: a de poder aplicar as prescrições de um paradigma urbanístico (ou ciência) já formado e posto em prática em segundo lugar, de ungir-se de um efeito de verdade, pela citação autorizada. Afinal, os "city planners" norte-americanos[24] supostamente haviam

---

[22] Estas últimas, segundo Anhaia, o modelo que se deveria imitar, "não só pela paridade da situação mas também pela excelência do modelo".

[23] Desse mesmo teor, lembre-se o famoso argumento Marx das vantagens relativas das economias atrasadas que passam por processos de modernização econômica. Estas poderiam utilizar as plantas e processos industriais os mais recentes, ao contrário de seus rivais, já industrializados, que teriam que esperar o tempo de amortização dos equipamentos, antes de abraçar novos processos produtivos.

[24] Anhaia Mello parecia estar a par das mais recentes publicações das associações de 'city planning' norte-americanas. Publicações ('Proceedings' e 'Reports') como as da National Municipal League, National Conference on City Planning, são frequentemente citadas, assim como The American City, revista especializada em "city planning" publicada em Nova Iorque. Mostrava ainda ser leitor das publicações européias como a "Garden Cities and Town Planning", de Londres; a "Town Planning Review", da Universidade de Liverpool; "La vie urbaine", do Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris; e "afinal 'last but not least' 'Der Städtebau' a esplêndida revista alemã de urbanismo

"resolvido" os problemas de suas cidades e dirigiam-se decididamente para os dos grandes distritos ou regiões metropolitanos:

> "Em matéria de Urbanismo os americanos estão na vanguarda do mundo; são wagnerianos dessa ciência e arte, enquanto nós ensaiamos ainda o 'la donna é mobile' de projetos fracionados.
>
> "Lá, resolvidos os problemas da cidade, já se procura dar solução aos dos grandes distritos ou regiões metropolitanas, como New York, Chicago, Philadelphia, Boston, S. Francisco, Pittsburgh, Washington e outros." (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, págs. 31 e 32).

Anhaia sempre se consideraria um mero divulgador de pensamentos alheios. Mas o que poderia aparecer como um fraqueza do pensamento, deve provavelmente ser computado no quadro das vantagens, no que concerne à sua eficácia prática: o poder de persuasão do discurso crescia na exata proporção em que ele se erigia como dogmática. Esta revelava-se, principalmente, no uso contínuo das citações de "autoridades" e dos apelos para o reconhecimento dessas "autoridades". São freqüentes em seus discursos trechos como "(...) é opinião unânime e incontroversa de todos os urbanistas, desde Burnham a Bartholomew, o que representa 23 anos de prática urbanística (...)". Ou seqüências de nomes como: "(...) Buck, Richard Childs, Harold Dodds, Munro, Reed, Wilcox e Woodruff (...)". A que se segue o golpe de autoridade: "Quem conhece um pouco da moderna ciência política americana sabe o que esses nomes significam" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p. 52).

Esse caráter dogmático do pensamento de Anhaia Mello, o conduzia inevitavelmente a uma contradição que precisava ser resolvida: como conciliar a "ciência do urbanismo", constituída por preceitos supostamente universais, com as "condições locais" termo que fazia referência, no caso, ao que, de específico e próprio, existia na sociedade brasileira. Tal problemática não era incomum, como se sabe, no contexto intelectual das décadas de 1920 e 1930. "Adaptar as instituições às condições

---

fundada por Sitte e Stübben, dois dos mais ilustres precursores da ciência" (Problemas de Urbanismo:

Atraso em relação as cidades norte americanas e europeias
↳ modelos e exemplos argumentativos

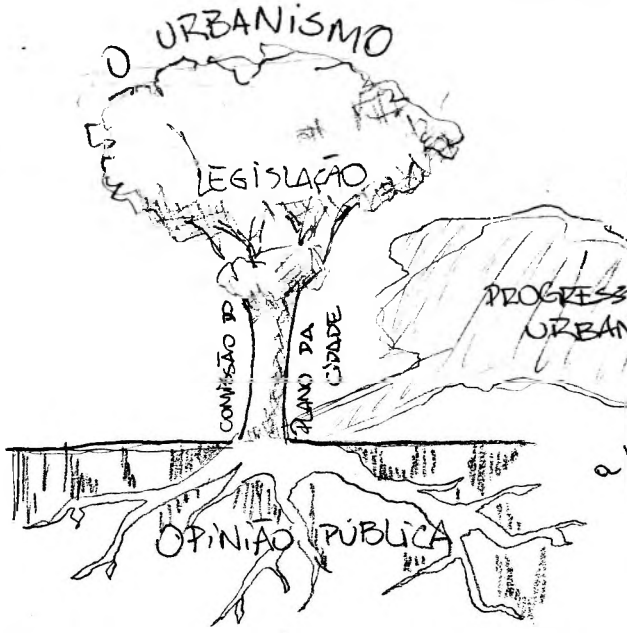
A Árvore do Urbanismo de Luiz de Anhaia Mello (Claudio Arrasoura)

"Urbanismo cujas marcas seriam percebidas no tecido urbano, o de Prestes Maia, e o outro, que elogia a palavra como ser principal instrumento" 26 Plano de Avenidas

1930 - urbanismo executado → planejamento discurso (mandato 30 a 31)
1940 Departamento de Urbanismo: maior influência prática no campo do planejamento urbano SARAH FELDMAN (5-12)

Urbanismo que tenta se enraizar na sociedade paulista dos anos 20, deslocando-se da estrutura física da cidade, para aspectos da organização do poder, Estado e sociedade. ESTADO NOVO 37

1929 - Eleito presidente do Instituto de Engenharia (gurnada na orientação do mesmo)
28-33 - Problemas do Urbanismo
↳ Enraizar o "Árvore do Urbanismo" na opinião pública paulista CONVENCIMENTO e não o projeto, a intervenção espacial



1929 Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico

"Ao longo do volume, nenhum mapa ou planta da cidade, nenhuma proposta de traçado de ruas ou avenidas, nenhuma aquarela com conjunto arquitetônico em perspectiva ou mesmo princípios de arranjos urbanísticos estéticos."

Progresso representado como impalpável e comissão, como material
Imagem rural aplicada a representação do urbanismo

"propaganda para formação do ambiente, comissão do plano da cidade para estabilidade e perfeição do plano geral e a legislação necessária, para que os técnicos que só aí intervêm, consigam concretizar as aspirações populares e os traçados gerais" (Anhaia Mello)

locais", eis aí um mote relativamente comum nos discursos de época, em especial nas "ideologias autoritárias" ou de "Estado", que é como Bolívar Lamournier chama a produção textual de autores como Francisco Campos, Oliveira Vianna ou Azevedo Amaral.

Em geral, a idéia servia às retóricas dualistas que atribuíam parte dos problemas brasileiros ao suposto contraste entre uma faceta "real" e outra "legal". Esta, representada pelas instituições "liberais" consagradas pela carta de 1891, - sempre assimiladas ao "artificial", ao "postiço", à "cópia". Aquela aludindo aos "fatos" histórico-sociológicos que, unindo um passado colonial com as misturas de raças, o clima, a geografia, etc., produzira um "tipo humano", uma sociedade - enfim, uma civilização - sui-generis e, consequentemente, demandava formas de organização social e políticas correspondentes e adequadas. A busca de representações "científicas" da sociedade passava, a partir desse momento, a figurar como um pré-requisito necessário para a correta fundação de instituições políticas, elas mesmas, respostas técnicas e científicas aos problemas nacionais.

Certo, há muitas aproximações entre as "ideologias de Estado" e os discursos de Anhaia Mello: o uso repetido de metáforas orgânicas, a presença - em Anhaia, difusa - de concepções corporativistas de organização social e política, fé na ciência, descrença acerca dos modos de representação política liberal-democráticas, um certo elitismo que procurava no "psiquismo das minorias" as forças de superação do atraso. No entanto, as distâncias relativas parecem também significativas. A começar pela própria forma de organização do poder que, em Anhaia Mello, fundava o urbanismo como uma instância de poder paralela e superior tanto à burocracia de Estado quanto ao "executivo", retirando-lhes as prerrogativas de direção política e reduzindo-os a simples gestores técnicos. Essa proposta de poder parece contrastar fortemente com o valor que alcançava o Estado para seus "ideólogos" que o elevava como poder tutelar sobre a sociedade.

Quanto à idéia da "adaptação institucional", esta revelava-se em Anhaia uma via de mão dupla. A exemplo dos "ideólogos de Estado" - nos quais parece haver tanto a reconciliação entre as instituições e a "verdadeira natureza" da sociedade, quanto a idéia de que o Estado deveria fundar a sociedade, organizá-la -, Anhaia parecia acreditar que, se os princípios urbanísticos deveriam adequar-se às condições locais, o

---

bases para a resolução do problema técnico. pág. 44).

inverso era ainda muito mais verdadeiro. A verdade encontrada pela ciência urbanística corresponde não propriamente ao que o processo histórico "fez" da população: a "verdade" era quase um "dever ser" que o "urbanista" descobriria no futuro e no presente da aglomeração urbana, não no passado. Era preciso, então, converter os homens aos princípios do urbanismo. Mais de uma vez Anhaia diria: o urbanismo é um "evangelho de regeneração", demandando apóstolos e crentes. Precisava, aliás, de uma comunidade inteira de fiéis. Porém, é preciso que se acompanhe a argumentação passo-a-passo, a começar pelo "exemplo" estrangeiro, que deve ser seguido, até a relação entre as elites e a opinião pública, que deve sustentar as propostas urbanísticas:

> "Examinemos como os outros resolveram e procuremos aplicar, com inteligência e não servilmente ou por mero espírito de imitação, os métodos e processos que se adaptem às nossas condições locais" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 13).

> "Não é pois desarrazoado focalizar os expedientes que essas cidades [as norte-americanas] adotaram e procurar aclimatá-las aqui" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 13).

Por um lado, nota-se a recusa e a ausência da idéia de um "urbanismo nacional", ao menos para aquele momento. As soluções e princípios postos em prática em países europeus e nos EUA ganhavam, na recepção que deles fazia Anhaia Mello, um estatuto de leis provadas e experimentadas. Não seria produzindo urbanismo original, brasileiro, que se propunha solucionar os problemas urbanos das cidades brasileiras. Por outro lado, recusava-se firmemente a aplicação mecânica de soluções urbanísticas, estrangeiras ou não. Entre esses dois pólos, a "árvore". Nacionais ou estrangeiras, antes de tudo, qualquer idéia urbanística valeria apenas na medida em que encontrasse um ambiente favorável e pudesse ser incorporada harmoniosamente à "árvore":

> "Formar o ambiente, elevar sua temperatura moral deve ser pois a preocupação inicial da urbanicultura e não começar pelo fim, como muitos pretendem, pelo plano de conjunto

> espetaculoso mas estéril" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico. pág. 14)[25].
>
> "O ambiente não lhe sendo propício (ao urbanismo ou ao plano de conjunto). e não será sem um trabalho preliminar. não pode medrar; estiola. morre embora lhe adubem a cova com todos os requintes da arte de urbanistas de escol. indígenas ou alienígenas. e lhe reguem a fronde com a retórica de pareceres doutos e a sabença concentrada de relatórios filosóficos" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico. pág. 14).

O primeiro passo para que os princípios urbanísticos fossem praticados nas cidades brasileiras, era aclimatá-los, criar um ambiente propício para sua floração. Aclimatar essas plantas exóticas como eram as soluções da urbanística moderna, esta parece ter sido a tônica das intervenções de Anhaia Mello, tanto como professor da Escola Politécnica, quanto em suas palestras e artigos publicados ao longo das décadas de 20 e 30. Não se tratava de copiar traçados de avenidas ou de criar cenários urbanísticos que satisfizessem o desejo de "ser europeu" da elite paulistana[26]. Era preciso "formar um ambiente social favorável", afim de que o "urbanismo" se enraizasse numa firme corrente de opinião. A proposta de Anhaia Mello passava pela arregimentação de toda a coletividade citadina em prol da dominância dos princípios urbanísticos sobre a dinâmica de crescimento da cidade. Em outras palavras: não tanto a adequação dos instrumentos à população, mas, preferencialmente o contrário.

Desse modo, o acordo entre a "temperatura moral" e os princípios da ciência do Urbanismo, não se conseguiria pelo ajustamento do último item ao primeiro, mas o contrário. Ora, em que consiste tal "temperatura moral"? É em "Ensaio de Estética

---

[25] Nas três primeiras décadas do século os planos urbanísticos sucedem-se em S. Paulo. Alexandre Albuquerque. Victor da Silva Freire. João Florence de Ulhoa Cintra. Francisco Prestes Maia, todos eles em uma ou mais oportunidades apresentaram grandes planos de intervenção urbana. no mais das vezes. visando resolver os problemas de circulação de veículos na região central. Continham esses planos novas propostas de traçados de vias. construção de viadutos. grandes avenidas. etc.. planos que objetivavam. sobretudo. resolver os problemas de saneamento e circulação no centro da cidade. além, é claro. de efetivar grandes negócios com terrenos urbanos. nas imediações dos melhoramentos ou mesmo nos próprios locais diretamente afetados.

[26] Em ***Literatura como missão*** (1983), Nicolau Sevcenko mostra o quanto as reformas do prefeito Pereira Passos. no Rio de Janeiro. significou a criação de um cenário "civilizado", onde uma elite europeizada poderia receber o estrangeiro e "praticar" as últimas modas francesas que aportassem. Em São Paulo. é o caso da famosa lei de verticalização do centro. que determinava um coeficiente de aproveitamento do solo muito superior ao praticado então. A medida visava remodelar a região central, tornando-a um simulacro da paisagem urbana das grandes metrópoles norte-americanas, muito embora o vereador Alcântara Machado num erro geográfico. pensasse tornar dessa forma. a cidade de S. Paulo parecida com as européias. atribuindo a elas a paisagem de arranha céus (ver. SEVCENKO. 1992: SOUZA. 1993).

Sociológica" (*Revista Polytechnica*, 1926) que Anhaia Mello menciona pela primeira vez o conceito, ao discutir a teoria de Taine acerca da determinação do meio sobre as obras de arte. Partindo da questão "(h)averá condições externas que possam agir sobre a produção da obra de arte?" Anhaia concluirá que, para Taine, apesar de ser entre todas as obras humanas as que, aparentemente comportam maior liberdade, a Arte "encerra condições precisas e leis fixas":

> "Assim, como cada zona tem uma cultura e vegetação próprias, assim como há uma temperatura física que por suas variações determina a aparição desta ou daquela espécie de flora e fauna, há também uma 'temperatura moral' que determina a aparição desta ou daquela espécie de arte.
>
> "A obra de arte é determinada por um conjunto que é o estado geral do espírito e dos costumes do ambiente. Este estado geral do ambiente é o termômetro da temperatura moral que age sobre o mundo estético como a temperatura física sobre o mundo vegetal e animal." (p. 212).

Anhaia, na primeira da série de conferências que pronuncia no Rotary Club em 1928, transpõe quase integralmente essa concepção determinista do meio sobre as manifestações humanas, para explicar as condições nas quais os princípios urbanísticos poderiam se enraizar.

> "Taine na sua "Filosofia da Arte" estuda (...) as condições precisas e leis fixas que presidem a produção das obras de arte e conclui que estas são determinadas por um complexo que é o estado geral do espírito e dos costumes da época.
>
> "[Este preceito] (é) verdadeiro para todas as artes, inclusive a grande arte de construir cidades, o urbanismo" (p. 14).

Se a conformação moral do povo determina que tipo de cidade se terá, cada povo tem a cidade que merece ou está apto a realizar. Vínculos de determinação recíprocos afinariam automaticamente o estágio evolutivo do povo e da cidade habitada. Seguia-se a crítica à aplicação mecânica de soluções técnicas e urbanísticas inventadas no estrangeiro. Ora, mas se a cidade que se tem, é o produto da "temperatura moral" característica do conjunto da sociedade paulista e brasileira, então, cidade e "temperatura moral" são fenômenos correlatos, coerentes entre si e qualquer proposta de transformação da cidade que contrariasse a constituição dessas

condições morais, estaria fadada ao fracasso. Como salvar essa posição teórica do fatalismo que a ameaçava?

Anhaia, evidente, dava-se conta do desafio colocado pela própria teoria que aceita. A solução em 1926 foi a de atenuar as influências externas limitando um pouco sua ação. Dois procedimentos mesclavam-se nessa empreitada: primeiro, Anhaia argumentaria que a "lei dos meios" não era rigorosamente aplicável, mobilizando para sustentar tal opinião uma série de contra-exemplos, a maioria mais ou menos equívocos. Ele contrapõe, em certo momento, as "planícies anestéticas" da Holanda, "pais prosaico", aos grandes pintores flamengos (Franz Hals, Ruísdaël, Rembrandt, Paul Potter e Cuyp) que supostamente não encontrariam nesse país um bom meio para desenvolver sua arte. Resulta que o "meio" "não tem senão um valor relativo e sua influência não tem força de lei com um grau suficiente de generalidade e de rigor"; concluindo de um modo bastante banal, - "(a) alma humana não é tão obediente ao meio físico como um canteiro de rosas ou um animal qualquer", - e quase divertido: o animal "para se adaptar ao meio físico (...) cria pelos (...). Ao homem, em idêntica situação, basta um sobretudo." (p. 214).

De qualquer maneira, não parece ser necessário que se alonguem esses contra-exemplos, através dos quais Anhaia desejava mostrar que a Arte escapa tanto das determinações do meio físico, quanto das influências morais, mesmo porque a maioria deles poderia igualmente afirmar o contrário do que Anhaia diz afirmar. O fundamental é que, em seguida, utilizando-se da autoridade de Gabriel Tarde[27], Anhaia contraporia ao meio, as "forças da inovação", a "causa fundamental do progresso humano". Toda essa digressão na verdade preparava o solo para um argumento que permitirá, de um golpe, preservar Taine e eliminar os obstáculos ao engajamento voluntarista:

> "Os talentos medíocres serão talvez dentro de certos limites uma função da temperatura moral de Taine, não porém aqueles que assinalam as grandes etapas da Arte e da Civilização. Esses marcos luminosos que brilham através dos tempos com luz imorredoura são os gênios, criadores e não criaturas dos meios sociais.
>
> "O idealismo é a essência do gênio, mas é também a redenção do meio ambiente." (p. 217).

[27] O sociólogo Gabriel de Tarde se notabilizaria por seus trabalhos sobre filosofia do Direito e psicologia das massas, constituindo-se na principal fonte de inspiração teórica de Gustave Le Bon..

Esse "gênio", que se caracterizaria pelo "desenvolvimento extraordinário e harmonioso das faculdades sintéticas", ao divergir do meio de onde emerge, o redimi, criando um novo meio social. Logo, a "temperatura moral" poderia ser transformada graças ao recurso a uma oposição fundamental para a realização dos princípios urbanísticos: tratava-se da assimilação das massas ao medíocre, que reproduziria uma determinada "temperatura moral", contra os gênios agrupados como elite, que submeteriam o "real" ao "ideal". Transposto para a problemática da aplicação dos preceitos urbanístico, esse processo pelo qual uma elite transforma a "temperatura moral" para afiná-la com as inovações, revelava-se um problema válido para todos os contextos. Não se tratava de um problema exclusivo dos países que "importam" urbanismo. É nos EUA que Anhaia buscará o exemplo mais acabado desse processo que ele nomeará de "conquista da opinião pública" para a formação de um ambiente propício para o desenvolvimento urbano.

Ora, quando transposta para o contexto da São Paulo das primeiras décadas do XX, essa "opinião pública" tende a perder espessura e densidade, transformando-se em mera construção retórica, preenchendo com sua presença algo fantasmática uma ausência no discurso: a população urbana e os inumeráveis conflitos que permeiam o espaço da cidade nas décadas de 1920 e 30[28]. Conceito sem substância ou referência objetiva, tal "opinião pública" faria as vezes, no discurso, daquilo que Anhaia Mello mais admirava como um fundamento essencial do "city planning" norte-americano: suas bases sociais, as organizações sociais que serviam de sustentáculo para as políticas urbanas nos Estados Unidos. Desse modo, é razoável que, em um primeiro momento, o urbanista tentasse constituir, pelos procedimentos que tinha às mãos, exatamente o próprio sujeito principal de sua proposta de Urbanismo.

O sentido da "árvore do urbanismo" de 1928/9 aparece marcado fortemente por procedimentos de caráter altamente hierarquizadores e messiânicos que criavam uma cadeia descendente de divulgação e sujeição ao "evangelho do urbanismo". Tudo ocorria como se Anhaia, ao divulgar a técnicos, bacharéis e letrados os princípios do

[28] Evidente que, em certas ocasiões, uma idéia , opinião ou julgamento altamente difundidos pela população não deixavam de exercer algum poder de coerção sobre autoridades ou personalidades públicas. Janes Jorge descreve uma dessas situações, que ocorreu como um desdobramento do famoso "Crime de Cravinhos". Mesmo absolvida no final do processo, a principal suspeita de mandante do crime, D. Íria Junqueira, precisou recolher-se e isolar-se, mudando sua residência de Ribeirão Preto para São Paulo e, por fim, para Vespasiano onde falece, devido ao clima de reprovação e hostilidade pública que se estabeleceu contra ela (JORGE, 1998, cap. 3).

urbanismo, formasse uma pequena elite informada tanto pela técnica quanto pelo espírito cívico, e esta, por sua vez , investida dessa dupla autoridade, fosse encarregada de levar a boa nova aos seus imediatos inferiores (cultural e ou socialmente), os quais, por um efeito multiplicador, acabariam por envolver toda a cidade. Na palestra "O problema psicológico", de 21 de setembro de 1928, Anhaia exporia os três pontos necessários para a formação dessa "opinião pública":

> "1) Uma campanha prática e eficiente em prol de São Paulo maior e melhor deve ser iniciada pela formação do ambiente, pela educação do público e pala conquista da opinião pública, por todos os meios de propaganda de que se possa dispor.
> "2) As nossas associações como o Rotary, Associação Comercial, Club Comercial, Centro das Indústrias, Automóvel Club, as associações de profissionais médicos, advogados, engenheiros devem promover essa propaganda a exemplo de suas congêneres americanas.
> 3) As escolas primárias, secundárias e principalmente as superiores, devem ser particularmente visadas, sabido que a alma acolhedora e entusiasta da mocidade facilmente se apaixona por um ideal nobre e belo" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p. 23-24).

Com a exceção eventual das escolas públicas, esse processo de educação e conquista da opinião pública se faria totalmente fora do Estado. Se por um lado, isso torna evidente o exemplo da experiência norte-americana - e suas idéias de auto-governo -, por outro, insinua uma característica saliente no urbanismo de Anhaia Mello: aquela tendência de projetar instâncias de poder paralelas ao Estado, sem, no entanto, significar uma ruptura com a ordem. Anhaia nunca foi um revoltoso, como bem assinalou um de seus assistentes mais afamados. Pelo contrário, pretendia-se conciliar a estrutura do Estado com os novos poderes - sustentados por essa "opinião pública" que se quer educar e conquistar - mas subjugando o primeiro termo ao segundo. Essa operação, que confiava na difusão de idéias para a criação de organismos de poder, deixou marcas por todos os textos de Anhaia Mello. É notável como Anhaia termina a segunda conferência publicada no volume de 1929, "Ainda o problema psicológico", no qual mostra sua fé no poder transformador das idéias:

> "Uma idéia precisa de apoio para se fazer aceitar, mas uma vez aceita, fundada, alicerçada no coração humano é um móvel poderoso de ação embrião fecundo que germina, cresce, se alteia e desabrocha em flor, em fruto, em sobra para o bem geral.

"Assim foi, senhores, essa idéia do urbanismo que alguns visionários, anos atrás, tomaram a peito defender e propagar, em meio da indiferença quando não da hostilidade geral e hoje transformou-se no código diretor, no evangelho e ideal supremo de toda a atividade criadora moderna" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 45).

A "Árvore do Urbanismo" visava ser uma pedagogia de massas, hierárquica e autoritária, embora benevolente. Decorre, não se deve procurar nas conferências, apenas orientação ou descrição, propostas de práticas, em uma palavra: programas. As palestras já são expressão das práticas. Anhaia sugeria que se fizesse, algo que ele mesmo já fazia no e pelo movimento de sua argumentação e da autoridade que reivindicava. É por isso que a pergunta não deve ser "- o que Anhaia sugeria " mas "- o que Anhaia fazia falando". Na a "árvore do urbanismo", as conferências possuíam um valor pragmático específico: eram sua modalidade particular de prática, já que se destinavam a atrair, formar e mobilizar elites, transformando capitalistas, técnicos, bacharéis em "apóstolos" desse "evangelho de regeneração social", como mais de uma vez Anhaia Mello referiu-se ao urbanismo.

O urbanismo de Luiz de Anhaia Mello sintetizaria em si duas faces contraditórias: se a disciplina urbanística fundava-se por um lado na razão, na ciência positiva, demandando pesquisas e experiências; por outro, ao se voltar para a prática, ela devia ter junto de si a vontade - o "coração" ao lado da inteligência. Quem quer que desejasse colocar em prática seus princípios, precisava saber que não bastava conhecê-los. Em "a Verdadeira Finalidade do Urbanismo" (1929), Anhaia cita o "city planner" Lethaby, para enunciar a condição *sine qua non* para a prática de bom urbanismo: "We have to begin with the formation of town psychology and civic desire". Tal psicologia urbana, continua Anhaia, "só a formaremos (...) apostolando esse novo evangelho de regeneração física e social". E o instrumento só poderia ser a propaganda, a "organização consciente e inteligente dos hábitos e opiniões das massas" (p. 106).

É de se notar a coexistência de vários níveis léxicos que se reforçam mutualmente. Assim, "árvore", "aclimatação", "urbanicultura", "organização", demandam sempre a imagem do corpo, da totalidade, do "organismo"; da mesma maneira que "redenção" e "evangelho", a esfera das práticas religiosas, espaço no qual, aliás, as recompensas são postergadas para além do mundo material. Ambas no

entanto, misturam-se e interpenetram-se com as práticas discursivas da ciência. Sobretudo, ao lado desses "eixos léxicos", corre toda uma argumentação sustentada em algo que talvez pudesse ser chamada de "linguagem do bom senso" ou "do senso comum". Defendendo soluções "técnicas" com proposições retiradas desse senso comum, da "doxa" - "o maior bem para o maior número", a procura do "bem comum" que faria do urbanismo um "ideal nobre e belo", "é melhor prevenir que remediar", ou de "performativos" quase explícitos como "vamos bater as portas de nossos legisladores estaduais de cujo **patriotismo**[29] não podemos nem devemos duvidas (...)" - Anhaia parecia apostar que a arregimentação da "opinião pública" se faria não pelo conhecimento das soluções técnicas - inacessíveis para os "leigos", mas por uma espécie de "clima de simpatia", gerada pela identificação no "urbanismo", do quadro de valores supostamente compartilhado pela comunidade (doxa), e por isso, fora de discussão, irrecusáveis e vazios. Isso deve ocorrer

> "Porque se, teoricamente, cada cidadão é senhor de suas opiniões em matéria de interesse público ou privado, praticamente não o é, porque é impossível examinar todos os dados econômicos, políticos, éticos ou sociais, de todos os problemas que nos cercam.
> "É a mão invisível da propaganda que dirige a humanidade, e manobra os cordéis do Guignol humano" (BOLETIM DO INSTITUTO DE ENGENHARIA, agosto, 1929, n.51, p. 107).

As condições produzidas pela experiência metropolitana demandavam complexos ajustamentos das disposições herdadas do racionalismo individualista do século XIX. Nesse sentido, como os modernistas em geral, as soluções propostas por Anhaia procuravam articular uma nova síntese entre, de um lado, os hábitos de pensamento racionalistas, mecanicistas e, de outro, aqueles conteúdos emocionais e intuitivos com os quais se figurava mobilizar as massas. Os meios técnicos de comunicação de massas aliavam-se, no discurso de Anhaia Mello, por um lado, à autoridade da esfera técnica, agência viabilizadora de "meios" para a realização de "fins", por outro, à dos "sábios desinteressados" que teriam em suas mãos, a

[29] Aqui o "patriotismo" não tem apenas uma função adjetiva [estando no lugar de "legisladores patriotas"], ou qualificativa que teriam como função descrever os atributos dos sujeitos. Seu caráter é performativo, ele visa constranger, demandar ações, agir sobre os agentes. Em uma frase, transformar parecendo descrever.

disposição ética de realizar os "verdadeiros fins da vida urbana"[30]. Quanto à propaganda, ela seria fundamental como meio de afirmação de autoridade. Era preciso que a "opinião pública" admitisse a verdade das idéias urbanísticas por quatro motivos principais: posto que obtinham reconhecimento no interior da esfera dos técnicos[31], pelo suposto de que seus portadores negavam interesses particulares, pelo "fato" de que haviam sido realizadas nas nações mais avançadas do mundo e, por fim, pela imposição da vontade através dos meios de comunicação e educação das massas.

Uma síntese entre disposições racionais e intuitivas, entre a ciência e o "evangelho". A ciência positiva do século XIX precisava atualizar-se frente a irrupção das novas condições de vida determinadas pelo ambiente metropolitano, caracterizadas pela especialização de funções, parcelamento das atividades humanas, imersão dos indivíduos numa escala sobre-humana e presença de enormes contingentes humanos de diversas origens culturais, submetidos a uma experiência de radical desenraizamento. Tudo ocorria como se um pólo levasse ao outro, fosse o fundamento mesmo de seu contrário. Razão, técnica, ciência aparecem como simples meios para que se atinja um ideal que não pode ser regido pela razão, que é valor. Nesse sentido, em "A verdadeira finalidade do Urbanismo", Anhaia refere-se à idéia segundo a qual a sociologia moderna seria uma "teoria e suas possíveis aplicações em nome de um ideal"; o que o faria encontrar na sociologia, um certo "relativismo dentro de um determinismo racional e experimental", que exprimiria "bem o espírito de toda a ciência moderna" (BOLETIM DO INSTITUTO DE ENGENHARIA, 1929, p.111).

De qualquer modo, a ciência e a propaganda forneciam os instrumentos racionais necessários para que ocorresse um domínio da razão sobre os impulsos irracionais coletivos, dirigindo-os para a consecução de um ideal. Se o Urbanismo apresentava-se como síntese das visões particulares de cada componente da cidade e,

---

[30] Alceu Amoroso Lima exprimiria com extrema nitidez essa separação entre a esfera das finalidades e a dos meios: "A salvação da burguesia não está nas mãos dos técnicos, dos sociólogos, dos economistas ou dos políticos. A salvação da burguesia está, antes de tudo, na mão dos santos (LIMA, 1942, p. 242/ citado por PÉCAULT, 1990, p. 51).

[31] As práticas de Anhaia parecem convergir para o estabelecimento do urbanismo como uma instituição social, frente a qual os agentes devem posicionar-se. Processo paralelo ocorre na esfera da arte e literatura. Alguns autores afirmam que, a rarefação do meio intelectual brasileiro, a dificuldade de "se manter informado" sobre as últimas novidades dos centros culturais do ocidente, favoreceu o surgimento da figura do "intelectual instituição". Como a falta de informações dificultava o juízo estético, personagens como Mário de Andrade funcionavam como uma referência de valor, tendo suas opiniões seguidas (LAHUERTA, "Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernismo, modernização", in LORENZO & COSTA, 1997, p. 111).

portanto, como visão supostamente racional da totalidade da vida urbana, às massas, dadas suas limitações, tudo o que lhes sobrava era uma apreciação intuitiva da totalidade, mediada pela propaganda, a qual traz consigo um feixe de valores agregados.

Há razões para acreditar que o conceito de "opinião pública", se tido como base para um ensinamento para a ação, deva referir-se a significados bem particulares, em um contexto no qual, seja porque se é analfabeto, seja porque se é imigrante, o grosso da população é mantido sem representação política institucional e habita regiões da cidade que não existem para a legislação. Nada mais distante, portanto, desse conceito de opinião pública, que a imagem de uma sociedade civil organizada em instituições próprias, em grupos de pressão que se chocam no espaço público; nem ao menos daquela democracia política fundada sob os meios de comunicação de massas[32]. Dadas as "condições locais", tudo o que se tinha resumia-se ao apelo a uma elite voluntarista e a uma massa que deveria ser controlada, como se extrai dessas passagens bem edificantes, as quais fazem lembrar a enorme difusão e popularidade das teses de Gustave Le Bon[33].

> "A opinião pública, disse Lincoln, é tudo; sem ela nada pode ter êxito, com ela, nada pode falhar. (...)
>
> "Não é a opinião da maioria que a constitui; não é um problema de extensão mas de intensidade.
>
> "Um Homem tenaz na defesa e propaganda de seus ideais vale mais que uma multidão vacilante nas atitudes e, com certeza, a dominará.
>
> "Mas essa opinião pública para ser efetiva precisa ser esclarecida, controlada, organizada." (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 17).

> "Nós de fato vivemos sob a tirania da propaganda, do reclamo.
>
> "Já agimos quase irracionalmente, posto que, inconscientemente, substituímos nossas razões pela do propagandista, do anunciante
>
> "Este proclama as virtudes de uma beberagem qualquer e nós a bebemos, gaba as vantagens de um alimento e nós o comemos, trombeteia as maravilhas de uma panacéia complicada e

[32] Ausente está até o projeto político-pedagógico da Ilustração, o qual prometia conduzir o homem à maioridade pelo esclarecimento.

[33] Segundo Wilson Martins, exemplares de seu livro Psicologia das Massas eram disputados nas livrarias paulistanas em 1917.

nós gostosamente nos intoxicamos com a droga" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 18)[34].

A crença na universalidade da ciência entendida como técnica (meio de atingir um fim) tinha como contrapartida, em aparência, uma noção da arbitrariedade dos fins. As técnicas ou meios são universais como não o são os fins a que visam. Estes últimos derivam da "temperatura moral" emanada a partir do conjunto da sociedade, constituindo-se, em última instância, de valores eleitos (ou aceitos?) pela população. É isso que transparece numa frase típica do urbanismo de Anhaia Mello como: "É de importância excepcional que o público tenha uma noção perfeita e exata daquilo que a cidade deve e pode ser e qual o verdadeiro fim da vida urbana". A cidade "pode ser" porque existiriam meios técnicos que o possibilitam, mas ela "deve ser" aquilo que certos valores éticos exigem e as propagandas impõem. Era preciso sobretudo educar: a propedêutica do trabalho urbanístico revelava-se uma pedagogia de massas.

[34] Comparem-se essas passagens às próximas, de Azevedo Amaral, que acreditava, para o despertar das massas, "'é preciso que sobre elas se exerça a ação deflagradora da inteligência e da vontade de domínio que só se encontram como elementos do psiquismo das minorias. E de Oliveira Vianna, que acreditava: "'A realização de um grande ideal nunca é obra coletiva da massa, mas sim de uma elite, de um grupo, de uma classe, que com ele se identifica, que por ele peleja" (citado por PÉCAUT, 1990, p. 29).

II.2. Tronco": a Comissão do Plano da Cidade.

Em artigo publicado em 1996, Maria Cristina Leme nota, no final dos anos 20, um momento de inflexão no modo como se constitui isso que a autora nomeia "pensamento urbanístico" em S. Paulo. Para Leme, é só então que o Urbanismo se torna objeto de reflexão e rigor conceptual, o que se credita um pouco ao fato de sua institucionalização, tanto no nível do poder municipal, com a criação da Seção de Cadastro e Urbanismo, da Diretoria de Obras e Viação (Lei nº 1898 - 10/08/1925), quanto no que diz respeito à área de ensino: em 1926, o professor Luiz de Anhaia Mello inaugura e passa a ministrar na Escola Politécnica, as disciplinas *Estética, Composição Geral e Urbanismo I e II*. Maria Cristina Leme, no entanto, percebe nesse momento uma mudança de rumos mais importante. Baseando-se na leitura de artigos publicados em revistas da área, a autora constata sinais de uma tendência "cada vez maior de abordagem estritamente setorial e com a única preocupação de transmissão de conhecimento técnico sobre temas como água, esgoto, energia elétrica, gás e lixo", o que seria indicativo de "uma vertente que passou a ser cada vez mais dominante na engenharia: a especialização e resultante parcialização do conhecimento"[35].

Conjunto de práticas de intervenção urbana e campo de atuação exclusiva dos profissionais de engenharia nas quatro primeiras décadas do século, isso que, por falta de nomes melhores é nomeado "urbanismo paulistano", parecia aos contemporâneos, sofrer de uma tensão interna insuperável: como conjunto de práticas de intervenção urbana, Urbanismo acabou por designar tanto o conjunto das variadas soluções técnicas pontuais surgidas como respostas à pressão dos automóveis sobre as vias de trânsito, às demandas produzidas pelas atividades construtivas privadas, às distâncias cada vez maiores; quanto a "ciência" que apreende o "organismo urbano" em sua totalidade, pretendendo organizá-la cientificamente e controlar sua evolução. Enquanto esta tendia a desvencilhar-se das ações que incidiam diretamente sobre o espaço, já que lhe faltavam instituições político-administrativas capazes de lhe dar guarida, aquela enraizava-se no setor de obras municipais e, com o nome de engenharia municipal, efetivamente ajudaria a constituir os eixos da expansão futura da cidade. A memória

[35] LEME, "Urbanismo esse desconhecido" in: GONÇALVES, 1996, p. 54.

cristalizou essa tensão interna no embate entre as figuras do "pragmático" Francisco Prestes Maia e do "teórico" Luiz de Anhaia Mello[36].

Este último, no mesmo ano em que inaugurava as disciplinas de *Estética, Composição Geral, e Urbanismo I e II* (1926), faria publicar na Revista Polytechnica dois artigos: "Introdução ao Estudo de Estética" e "Ensaio de Estética Sociológica", certamente com materiais que seriam utilizados em sala de aula. Tais escritos parecem conter uma série de esquemas mentais que serviriam de suporte para uma proposta de Urbanismo que se propõe "filosofia das ciências aplicadas", quase como uma instância que atribui finalidades aos saberes técnicos, simples instrumentos, formulação apresentada em uma de suas palestras de 1928:

> "Porque se a filosofia é a ciência da universalidade das coisas o Urbanismo é bem a filosofia das ciências aplicadas" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico. pág. 37).

Esse ponto de vista que fazia do urbanismo uma síntese das ciências, era relativamente freqüente nos textos do urbanismo francês. Era em especial o ponto de vista adotado por Donat-Alfred Agache. Este urbanista faria parte do grupo que institucionalizaria o ensino de urbanismo na França[37], além de criar instituições de pesquisa[38] e órgãos de classe que contribuiriam poderosamente para a formação de uma identidade entre esses novos profissionais. Ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, trabalha na confecção de planos urbanísticos para o Rio de Janeiro e outras cidades brasileiras, chegando a colaborar em projetos de alguns bairros paulistanos, como Interlagos e Brooklin. Anhaia Mello o reputava, juntamente com Raymond Unwin, como uma das maiores fontes teóricas de urbanismo, tendo tido a oportunidade de conhecê-lo quando de sua estada em São Paulo em 1926, dedicando-

---

[36] Ver o capítulo referente à biografia de Anhaia Mello, baseada principalmente em relatos memorialísticos, em FICHER, 1989, pp. 166-183.

[37] Entre essa iniciativas, destacam-se as de Marcel Poëte, que cria o "Curso de Introdução à História de Paris" em 1903; em 1919, juntamente com Henri Sellier, funda a "Escola prática de altos estudos urbanos e de administração municipal", que se tornaria o Instituto de Urbanismo da Universidade de Paris (BARDET, 1990).

[38] É preciso destacar aqui os trabalhos da Seção de Higiene Urbana e rural do do Museu Social de Paris, fundada em 1908, que reunia ao seu redor entre outros Georges Risler, Eugène Hénard, Forestier, Pierre Auburtin e Donat-Alfred Agache.

lhe, nesse mesmo ano, o artigo "Um grande urbanista francês: Donat Alfred Agache"[39]. É inegável, portanto, a presença de Agache na formação do urbanismo de Anhaia Mello. Entretanto, é possível também, que a definição de urbanismo citada fosse igualmente uma deriva a partir de uma definição de 'filosofia', expressa em "Introdução aos Estudos de Estética" (1926).

> "A filosofia é a explicação sintética de todas as coisas e pode-se definir: 'a ciência da universalidade das coisas pelas suas razões mais simples e mais gerais' (Mercier et Wulff. ***Traité de Philosophie***)
>
> "Sendo porém o conhecimento das razões mais simples e mais gerais aquele que exige maior penetração de espírito a definição anterior transforma-se na conhecida definição aristotélica: 'a ciência do conjunto das coisas pelas suas razões mais profundas.
>
> "Está portanto acima das ciências particulares. dominando os seus objetos respectivos, procurando as suas conexões até chegar a noções de tal forma gerais que desafiam toda a análise e cuja aplicação não tenha absolutamente limites.
>
> "Não é porém. uma ciência total. mas uma ciência geral; universal não enciclopédica. coordenada e não catalogada.
>
> "É de acordo com uma definição feliz: 'la science qui achève l'unité du savoir (SENTROUL. Cours de Philosophie).'" (Introdução...: 131/2).

Com tal paralelismo de definições, compreende-se em parte a ausência de estudos sistemáticos sobre a situação concreta da capital paulista. Anhaia imaginava-se divulgador de princípios de aplicação universal, que poderiam se manifestar diferentemente em cada contexto específico. O urbanismo procurava, dessa forma, a unidade da diversidade. Unidade dos saberes, mas também unidade nas atividades urbanas aparentemente desencontradas, desconexas. Uma segunda deriva aparece em outra formulação do mesmo artigo:

> "Todo homem é artista. Esta afirmação feita assim bruscamente tem ares de paradoxal porque há indivíduos que parecem antípodas da arte. Mas é verdadeira.
>
> "A intuição artística não se diferencia da comum pela intensidade mas pela extensão. Toda a diferença é pois quantitativa e como tal indiferente à filosofia que é a ciência da qualidade - Scientia qualitatum" (Introdução ao estudo da estética. pág. 135).

[39] Estamos distinguindo as fontes "teóricas", que proporcionam uma visão integral do urbanismo e suas finalidades. das mais pontuais. das quais se retiram experiências urbanísticas e instrumentos de ação prática.

Em ***Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico***, Anhaia, traduzindo e citando city planners norte-americanos, mostra uma formulação estranhamente simétrica:

> "Urbanismo é cooperação, tarefa da comunidade inteira. E de certa forma vai prosseguindo, saibamos ou não, queiramos ou não. Todo aquele que determina a forma ou uso de qualquer coisa na cidade é, dentro desse limite, um urbanista.
>
> "Mas se cada um de nós planejar para si apenas, seremos como plantas que brotaram muito juntas, sem escolha de solo apropriado, e gastaremos nossas energias em lutar com os vizinhos e com as más condições do solo, em vez de produzirmos frutos ou beleza.
>
> "ASSIM BOM URBANISMO SIGNIFICA APENAS O ESFORÇO RACIOCINADO PARA DAR A CADA ATIVIDADE URBANA A OPORTUNIDADE FELIZ DE SE REALIZAR COM PERFEIÇÃO E ECONOMIA [maiúsculas no original]" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 39).

A tarefa dos urbanistas é coordenar e organizar, estabelecer as "ligações" entre as diversas atividades e funções urbanas, embora "todo aquele que determina a forma ou uso de qualquer coisa na cidade é, dentro desse limite, um urbanista". É notável a confluência do enunciado na direção da oposição "talento medíocre" / "gênio". Este se destacaria do medíocre no momento em que conseguisse divergir da "temperatura moral" de sua época e, com isso, transformar o "meio". É provável que o mesmo esquema seja aplicável à contraposição dos "urbanistas" produzidos por um meio desfavorável, isto é, aqueles que construiriam o espaço da cidade às cegas e às tontas, seguindo interesses mesquinhos e os objetivos imediatos; aos "urbanistas" que visariam modificar o "meio", transformando a "temperatura moral", ao impor valores de unidade e comunidade.

A esse urbanista do segundo tipo, cumpriria conceber uma totalidade não equivalente à soma de suas partes, dotada de um sentido coletivo que iluminasse o significado de cada agente social, atividade ou órgão urbano específicos. Anhaia alternará analogias orgânicas e mecânicas para expressar tais valores. O exemplo abaixo enfeixa uma lista de maquinismos e estruturas viárias e urbanas, possibilitadas em grande medida pela técnica da engenharia. Seu funcionamento simultâneo faz a cidade parecer uma gigantesca maquinaria, para a qual os fins não são outros que seu próprio bom rendimento e funcionamento sem atritos.

"Qualquer chofer (...) entende de automóveis; um arquiteto presume-se perito na nobre arte de bem construir; um engenheiro civil entende ou deve entender de construção de ruas, pontes, pavimentações, transportes; um eletricista é mestre em tramways elétricos, eleveteds, subways e o mais de sua especialidade; destes só merece o honroso apelido de urbanista aquele que conseguir harmonizar essas coisas todas da melhor forma e for capaz de faze-las funcionar simultaneamente com a menor fricção, maior rendimento, melhor proveito e bem estar da coletividade"

"Mas para transformar em realidade os benefícios que a técnica da engenharia pode trazer para a vida em comum é necessária e imprescindível a colaboração ou cooperação do jurista, do legislador, de economista, do sociólogo, dos governos que dão força às iniciativas e adotam dispositivos convenientes à sua eficácia, do cidadão que se submete de bom grado ao sacrifício de algumas próprias comodidades e proveitos pelo bem geral" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 38).

Entretanto, a cidade não se limitaria ao aspecto de sua infra-estrutura material ou de suas edificações:

"(...) neste conglomerado de edifícios e de indivíduos o sociólogo entrevê um verdadeiro mecanismo psico-físico, uma série de práticas, de hábitos comuns, de sentimentos e tradições que se formaram através de muitas gerações e que são características de uma unidade cultural típica".

"E não é só.

"Acima disso, sobre a espiritualidade geral de sua cultura, - diz Oswald Spengler n'um livro admirável 'A decadência do Ocidente'- destaca-se então a alma da cidade, alma coletiva de nova espécie, com um corpo visível, de feição peculiar. Porque, assim como grandes aglomerados de população podem não constituir um povo, se não houver unidade de alma, também há muitos aglomerados humanos que não constituem cidades, mas meros centros de população.

"É a alma que vivifica" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 49).

De Spengler, Anhaia retiraria parte da disposição de conciliar a técnica, vinculada a imagens mecânicas e racionais, com a vida orgânica, vendo nas estruturas materiais expressões (objetivações) de uma "alma da cidade" que paira acima da

"espiritualidade geral de sua cultura" (oposição Gestalt/ Geist)[40]. Há desse modo, aparentemente, uma homologia entre de um lado, os mecanismos projetados pelos engenheiros e "harmonizados" pelo urbanista, e, de outro, a "alma da cidade", algo como um fator de unidade que dá sentido à evolução urbana.

Compare-se com o trecho a seguir, no qual Anhaia conjuga a evolução tecnológica e estética, através de um ideal de economia de forças: "(...) Quanto mais a máquina se assemelhar a um ser vivo, tanto mais estética. Quanto menor for o 'esforço visível' dessa máquina tanto maior a impressão causará. A indústria e a vida tem o mesmo ideal: a economia de força. E a vida ideal é o ideal da arte" ("Introdução ao Estudo de Estética", 1926, p. 130). Notem-se as derivas da máquina ao ser vivo, da indústria à vida, da vida ideal à arte. O mecânico passa a ser uma ponte para o orgânico, o artificial para o natural, a técnica para a arte.

A recorrência das metáforas orgânicas parece menos uma estratégia de facilitação da tarefa de descrever o real, que um feixe de argumentos com um sentido inequivocamente dogmático e normativo. Ao mesmo tempo em que a enunciação da imagem toma o lugar de uma efetivo processo de conhecimento, a imagem construída não se refere ao que é, mas ao que deve ou deveria ser. Ela é projetiva. O diagnóstico da realidade que aparece entre linhas, desvela em Anhaia uma cadeias de antíteses daquilo que constitui o orgânico como tal. À dispersão das partes e seu recolhimento sobre si, a "árvore do urbanismo" oferecia os benefícios de uma sombra acolhedora. Afirmando a cidade como totalidade, era todo um conjunto de valores que era imposto.

É preciso que se retenha um ponto aqui: por detrás de seus aspectos materiais, o "sociólogo" descobriria uma "unidade cultural típica", a "alma" da cidade. A importância desse argumento é crucial. Descobrindo a alma, os princípios do urbanismo perdiam sua arbitrariedade, na medida em que se insinuava uma homologia entre eles e as necessidades do organismo, da "alma". Mas era porque essa totalidade intuída aparecia entrementes fraturada, que o urbanismo seria chamado a reconciliar o material e o espiritual das cidades. As primeiras décadas do século testemunham a

[40] Ver o interessante estudo de Jeffrey Herf. **Modernismo reacionário** (1993), no qual o autor mostra como a Alemanha nazista conseguiu constituir uma ideologia fundada na conciliação entre "técnica" e irracionalismo político. Para tal, atores como Spengler, Ernst Junger ou Heidegger seriam fundamentais. Deles derivaria a idéia do "romantismo de aço" propagada pelo ideólogo nazista Goebbels.

gigantesca potencialização do trabalho humano - isto é, da exploração do trabalho humano -, derivada das experiências tayloristas e das linhas de montagem fordistas. Neste contexto, o urbanista constatava o movimento contraditório entre o aumento de produtividade dentro de uma economia e a crescente perda de auto-suficiência dos indivíduos, limitados cada vez mais ao âmbito de sua especialidade. Daí parte-se para a conclusão de que nas sociedades modernas, a competição e a livre concorrência deveriam ser substituídas pela cooperação e pela idéia de interdependência. Anhaia imagina que se elevada ao paroxismo a divisão e especialização do trabalho, seria possível reduzir o tempo do trabalho ao aumentar sua intensidade. Tanto maior a divisão de trabalho, menor a autonomia dos indivíduos, maior o valor da harmonia do todo e a proeminência da alma da cidade sobre as consciências particulares.

> "[o verdadeiro urbanismo] (p)retende apenas facilitar, organizar, taylorizar os meios de vida, que hoje infelizmente consomem nove décimos da nossa existência, de modo que sobre tempo para os fins." ("A verdadeira finalidade do Urbanismo", p. 111).

As questões relativas à organização e administração do trabalho aparecem com freqüência nas publicações de classe dos engenheiros, não sendo nem um pouco estranho o uso do neologismo "taylorizar", numa época particularmente fértil em neologismos de todo tipo. Um de seus exemplos mais interessantes é a invenção da "technopsychologie du travail industriel", segundo um de seus divulgadores, o profº. Dr. Léo Walther, um ramo do conhecimento que levaria em conta os fenômenos físicos e psicológicos que regeriam o funcionamento dos órgãos humanos, para utilizar a potência humana em seu máximo[41]. Evidente, as preocupações dos industriais paulistas raramente mostravam-se tão sofisticadas (apesar das iniciativas de Roberto Simonsen e do IDORT de divulgação dos princípios de racionalização do trabalho). Havia, isso sim, uma transformação bastante sensível no modo de organização do trabalho, exatamente ali nas proximidades dos deveres profissionais de Anhaia Mello.

Ao longo da década de 20, vai se constituindo uma indústria de construção civil para o mercado, na qual se notam mudanças sensíveis nos padrões construtivos e insignificantes aumentos de composição orgânica do capital. Isto é, o que ocorria era um processo de divisão do trabalho nos canteiros, desaparecimento dos mestres de

[41] WALTHER, Léo. "La technopsychologie du travail industriel" In: BIE, nº. 53, vol. 11, p. 287.

obras e uso extensivo de operários sem qualificação que executam rotinas de trabalhos parcializados, sob a observação dos representantes dos escritório de engenharia, os quais pretendem a ser os únicos agentes que dominam o processo construtivo como um todo, a partir dos projetos[42]. Ora, se no canteiro de obras, os esforços simultâneos, mas heterogêneos concorriam para um mesmo fim, transpondo o problema para o funcionamento global da cidade, essa convergência de esforços parecia menos visível.

Sobre esse ponto, a proposta de Anhaia não era isenta daquele sentimento de falta ou insuficiência, - aquele "secreto horror à realidade" de que fala Sérgio Buarque, referindo-se aos positivistas - quando se tratava de olhar quer para o Brasil, quer para a cidade. Esta, ao mesmo tempo em que era descrita como um organismo complexo, teria no urbanismo algo como um sujeito dotador de seu sentido coletivo e finalidade. Logo, era o urbanismo que parecia fundar a cidade como corpo orgânico, ao lhe atribuir uma finalidade e sintonizar o desenvolvimento máximo de todas as potencialidades de suas partes, com uma evolução harmônica do todo. Seria o "urbanismo" que conciliaria o "sentido" das ações conflitantes entre si, que se desenrolavam no espaço das cidades, produto de uma massa heteróclita de agentes, com o "sentido" da totalidade, ou seja, com as finalidades dos "complexos organismos urbanos". Para todos os efeitos, a cidade aparece em Anhaia Mello, como um absurdo organismo desorganizado à espera de uma força organizadora, de um "cérebro": o Urbanismo. Da mesma ordem é outra imagem que aparece insistentemente nas conferências: a que fazia do urbanista, "urbanicultor". Este se encarregaria de escolher, entre as "variedades" de "florações" urbanas, as mais convenientes ao desenvolvimento harmônico da cidade. Novamente a referência a imagens vegetais oferecidas como "prova" para argumentos em favor do urbanismo:

> "O fenômeno pode ser observado, na sua forma mais simples, na comunidade vegetal, onde o próprio crescimento e vegetação criam um solo em que a planta não pode mais viver.
> "A morte dessas plantas, porém, cria de novo, um solo fértil, onde outra geração vicejará.
> "Nas comunidades humanas ou urbanas, o problema se apresenta de forma mais complexa.
> "As grandes cidades criam problemas que tendem à destruição da comunidade.
> "Mas, aproveitando-nos da experiência dos nossos predecessores podemos ao invés das plantas, criar uma organização social, capaz de resistir aos males sociais. Pena é que a vida,

[42] PEREIRA, ***Espaço técnica e construção***, 1988.

perdendo sua espontaneidade, perca também a mór parte da sua alegria" ("A verdadeira finalidade do Urbanismo", 1933, p. 111).

Em outras circunstâncias Anhaia falaria mesmo de um "nova organização social", que substituiria a "organização social" fundada em princípios liberais, o que para esse autor queria dizer, na competição entre os indivíduos. Portanto, o urbanismo de Anhaia Mello não reivindicava apenas um controle ordenador do espaço. Acreditando que o "meio" determinava o "espaço", propunha-se a mudar o "meio", ou seja, a "organização social", para criar um espaço que determinasse, por outro lado, o surgimento de tipos humanos melhores. Urbanista, urbanicultor, jardineiro, as metamorfoses desse novo agente social não devem encobrir seu sentido mais íntimo: mostrar a cada grupo de trabalhadores especializados seu lugar no espaço urbano, sua necessidade e interdependência recíproca.

A especialização do conhecimento, portanto, nada mais era que a contrapartida necessária de uma divisão muito mais profunda no seio da cidade moderna[43]: a divisão e especialização de trabalho. Avanços nas técnicas de transporte conjugados à enorme concentração de capitais nos centros urbanos, permitiam o surgimento das gigantescas metrópoles e, fenômeno correlato, a emergência dos fluxos de massas. Concentração de capitais, técnicas e seres humanos no espaço urbano, somavam-se à especialização dos trabalhos, para criar uma cidade na qual o sentido de obra coletiva se perdeu. As partes não percebem as íntimas relações que as unem, enxergando nada mais que seus fins imediatos. À dispersão da "obra coletiva" em uma multiplicidade de trabalhos especializados, contrapunha-se o urbanismo como organizador do espaço e dos homens. A conexão com as propostas de organização corporativa de Estado e sociedade, é evidente. As dissensões no interior da sociedade não expressam conflitos de interesses reais, passíveis de resolução no interior da esfera política. Elas resumem-se a desajustamentos entre as partes que, corrigidos, deveriam engendrar harmonicamente o todo. Valores acima de qualquer suspeita como "cooperação" e "interdependência", parecem ganhar nesse momento sentidos não tão inocentes, rebatendo no espaço organizado pelo urbanismo, como um princípio de ordenação

[43] Entenda-se "cidade moderna" na acepção de que faz uso Anhaia Mello. "Moderna" no caso é simplesmente sinônimo de "atual" ou "avançado", de qualquer modo, um produto quase "espontâneo" da sociedade industrial. Moderna como Londres ou Nova Iorque, não como "La Ville Radieuse" de Corbusier.

encarregado de dotar de um lugar próprio, cada função ou agente citadinos. À cada qual sua função e seu lugar na cidade. Instância de síntese, de visão de totalidade, o urbanismo arbitra o jogo social.

O "Urbanismo" proposto por Anhaia não se apresentava então na contracorrente daquela tendência para a parcialização do conhecimento, produto da própria lógica do ensino politécnico. Ao invés de fundar-se na luta contra as especializações em engenharia, ele lutaria por uma distinção entre a tarefa do engenheiro e aquela do urbanista, entre a engenharia e a ciência do Urbanismo. Em 1933, mantendo a concepção de Urbanismo como síntese de ciências, Anhaia escreveria:

> "O urbanismo, ao contrário de muitas profissões modernas, é uma especialidade, mas não é uma especialização. Não é um setor da ciência, mas uma ciência compreensiva.
> "(...) (N)a Engenharia, além das divisões fundamentais - civil, eletricidade, mecânica - novas subdivisões apareceram, de especialistas em cada divisão; como construções metálicas, cimento armado e outras.
> "O Urbanismo é diferente; nasceu não de uma divisão mas de uma soma ou reunião. Não é um compartimento separado ou estanque no campo da ciência, é um panorama de conjunto; uma síntese e não análise.
> "Exige conhecimentos fundamentais de engenharia, arquitetura, paisagismo, leis, governo e administração, economia, sociologia" ("Urbanismo e suas normas para a organização de planos", 1933, p. 212).

Ciência da síntese, o urbanismo se distinguiria das especialidades profissionais integrando-as. Essa cooperação entre as diversas "classes profissionais", lembra ainda mais a "popularidade" que merece as teorias de Estado corporativista nas décadas de 1920 e 1930. O urbanismo de Anhaia Mello parecia ambicionar constituir-se em um ponto de encontro das corporações, roubando ao Estado a tarefa de dar um sentido coletivo para as especialidades profissionais:

> "E dentro desta unidade que é a Cidade, gravitam outros agrupamentos que são resultado de um processo contínuo e complexo de seleção e de separação, cada um com o seu caráter próprio e com o seu tipo especial de indivíduos.

"São grupos culturais e profissionais (não estamos nós aqui?) com interesses e características especiais, cônscios não obstante que fazem parte do grupo maior que é a cidade e participantes diretos de sua vida.

"A cidade - diz Robert Park, eminente professor de Sociologia da Universidade de Chicago - é um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram.

"Bem se vê, portanto, que a cidade moderna, tentacular, industrial, cosmopolita, é um problema multifário; imenso e variado campo de estudos e experimentação para todos os homens de boa vontade, sociólogos, economistas, juristas, legisladores, políticos, engenheiros." (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico", pág. 50).

Aliás, a referência a Robert Park vinha muito a calhar. Ela permitia a Anhaia superar sem nem sequer enunciar, a questão sobre o que fazer da enorme heterogeneidade étnica e cultural no espaço urbano paulistano. Como recompor a totalidade, que parecia irremediavelmente perdida, dados a concentração de imigrantes de diversas nacionalidades no espaço da cidade, o ritmo de construções nos seus arredores e sobretudo, o surgimento desse novo sujeito da história, as massas urbanas? Produto dos problemas sociais decorrentes da migração e imigração de negros e europeus, bem como do enorme crescimento urbano de Chicago nas três primeiras décadas do século, a Ecologia ou Sociologia urbana de Chicago transformava a cidade numa espécie de organismo assimilador de estrangeiros. Em condições ideais, o organismo urbano locaria os grupos de imigrantes em áreas segregadas. Como cada indivíduo escolhe o nicho ecológico que lhe é mais adequado, no momento em que os descendentes de imigrantes estivessem suficientemente integrados à cultura do país que os acolheu, eles "naturalmente" sairiam dos espaços segregados e procurariam outros nichos. Era a própria experiência de metropolização, a emergência das massas urbanas e dos meios de comunicação de massas que contraditoriamente destruíam a unidade da sociedade tradicional e ofereciam as bases materiais de constituição de um organismo regido pelo saber urbanístico.

Portanto, com a sofisticação da vida urbana, - a especialização crescente de funções, as novas condições criadas a partir da aplicação das novas tecnologias na construção da cidade e da concentração de capitais no espaço urbano - os agentes perderiam sua autonomia para caírem em uma malha de interdependências. A cooperação substituía a competição. Estava criada a deixa para a entrada em cena de

um agente que, dotado do sentido da totalidade, poderia coordenar as diversas atividade urbanas, impondo-lhes regras de funcionamento, limites, coerções e significados. Não mais apenas o "urbanismo", ou os "urbanistas", mas uma instituição de poder específica: a "Comissão do Plano da Cidade".

Se as cidades são organismos, Anhaia define, na terceira palestra de Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, governo e administração como a "anatomia" e a "fisiologia" "desses organismos tão complicados". A metáfora é um tanto estranha, não em relação à fisiologia das cidades, que se presta a analogias com o econômico e a gerência de recursos da municipalidade, mesmo porque, na área de biologia, são comuns as metáforas econômicas em estudos sobre a vida celular. Já, definir o governo como a "anatomia" das cidades cria uns problemas para um bom entendimento.

Anatomia diz respeito à estrutura, à forma dos seres organizados, bem como à relação de suas partes entre si. Reduzi-la ao governo das cidades, em certo sentido, é esquecer o que se disse antes, quando se afirmava o poder dos indivíduos de dar forma ao espaço urbano. Tal metáfora pareceria mais cabível quando se tratasse de definir o "zooning", a especialização determinada por lei, das diferentes zonas da cidade.

O enunciado relativo à anatomia das cidades, serve menos para compor uma teoria orgânica das cidades, que para objetivar a estrutura do governo e a relação entre seus "órgãos" ou repartições municipais. Muito provavelmente, a deriva, da totalidade do organismo urbano, para a totalidade do governo da cidade, deva-se a uma intenção estratégica. Ela convida a uma discussão sobre os modos de organização dos governos municipais (anatomia) e seu funcionamento (fisiologia), para contrastá-los com a proposta de constituição da "Comissão do Plano da Cidade", lugar dos "significados" e "sentidos", quase um centro nervoso, um cérebro.

Após um pequeno quadro comparativo entre os sistemas de governo municipais da Europa e dos EUA, Anhaia toma partido pela orientação norte-americana. Nos EUA não haveria uniformidade de tipos, ao contrário dos países europeus, dentro dos quais, todas as cidades possuiriam o mesmo sistema, como a Inglaterra com seu 'Town Council". Anhaia via nesse país um verdadeiro laboratório de ciência política no qual seriam experimentadas diferentes organizações municipais, em busca das mais adequadas às condições sempre mutáveis de cada cidade. Segundo

ele, tal procedimento seria "muitíssimo inteligente porque não deve haver uniformidade de organização municipal onde não há igualdade de condições e de problemas e não há duas cidades que se possam dizer iguais, física, econômica ou socialmente" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p. 34).

O texto segue mostrando que, até 1900, os EUA contavam apenas com formas de governos municipais derivadas do princípio ortodoxo de divisão de poderes ("mayors"/ "counsil"). Foi quando a "Divina Providência" "se apiedou" dos habitantes da cidade de Galveston, considerada padrão de cidade mal governada - na qual dominava a "máquina democrática" -, e "um formidável furacão e mais um maremoto arrasaram duas terças partes da cidade, inclusive o desgoverno municipal". Reuniram-se então os 'businessmen' de Galveston e formaram uma comissão provisória de cinco membros, para a "reconstrução da cidade, física e econômica". Cada membro encarregava-se de um departamento da administração, estando, porém, "sujeito ao controle e conselho dos outros quatro". O sucesso da experiência fez com que de provisória, se tornasse permanente, ganhar do inclusive autorização do legislativo texano para a sua adoção em outras localidades, com comissários eleitos, entretanto (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p. 57-8).

O resultado dessa experiência transcende o seu simples sucesso e disseminação: o governo por Comissão leva à idéia de que a gestão da cidade deixara de ser "governo", para tornar-se "corporação de negócios". Esta teria como objetivos minimizar custos e maximizar a produtividade global[44] "No antigo sistema o governo das cidades era governo, no novo o governo das cidades é um negócio." (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 59). O sistema de comissões teria transformado a gestão municipal das "atividades de construção, calçamento, direção de serviços coletivos, água, gás, esgotos, tramways, força e luz elétrica" em "business operations". Dizendo que "(a) Comissão é pois a diretoria da grande empresa de negócios públicos locais que é a cidade", era a própria política que se afastava dos negócios municipais. De qualquer modo, o sistema por comissão

[44] Deriva daqui a proposta de uma administração científica da sociedade em geral e da cidade em particular, muito a caráter do espírito de época: "Nos anos 20, eles reivindicavam uma ciência do social: poderia tratar-se de uma artimanha para serem ouvidos pelos governantes, mas uma grande parte das elites achava-se obsedada pela crença de que esta ciência poderia fundamentar uma administração científica dos homens e da natureza. Daí o fato de que as estratégias dos intelectuais só podiam ser entendidas em relação ao papel atribuído por outros setores ao conhecimento científico do real" (PÉCAUT, 1990: 21).

aparece como a matriz das experiências norte-americanas, que dão origem às formas de "comission-manager". A diferença entre uma e outra é que, na "comission-manager", a comissão de cinco convidaria um "perito, um técnico de confiança, o 'city manager' a quem entrega a direção geral dos negócios da cidade, enquanto bem servir" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p. 61-2). As disputas e conflitos no interior do espaço urbano, encontram sua resolução tomando-se como referência o funcionamento ideal dessa máquina que é a cidade. Resumia-se com isso a proposta de Anhaia Mello a uma gestão tecno-burocrática do aparelho municipal? A contrapartida para o afastamento da política do âmbito de gestão municipal e sua substituição pela administração por técnicos, foi a proposta da "Comissão do Plano da Cidade".

> "Esta Comissão [do plano da cidade] é instituída por lei, com funções por esta determinadas, de audiência obrigatória, vestal incumbida de zelar pelo fogo sagrado do desenvolvimento futuro da cidade, não é um simples convite a alguns cavalheiros distintos que podem ser ou não ser ouvidos, e cujas opiniões podem ou não ser atendidas (...)"
>
> "As administrações e os governos municipais passam; os administradores e governantes se sucedem, é humano, não tem muitas vezes as mesmas idéias e as mesmas opiniões. O desenvolvimento da cidade não pode estar sujeito a essas contingências.
>
> "Ou se processa com ordem e método de acordo com um plano lógico, elástico, amoldável às necessidades do futuro, mas cujas premissas ou linhas gerais tem que ser invariavelmente mantidas, enquanto esse desenvolvimento se efetuar, ou então é melhor não existir plano algum" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 70).

Havia uma clara hierarquia entre "administrações e governos", transformados em simples gestores técnicos, e a "Comissão do Plano da Cidade". Enquanto os primeiros, compostos por funcionários permanentes ou eleitos, manteriam o bom funcionamento dos órgãos da municipalidade, a "Comissão do Plano da Cidade" era comparada às sacerdotisas Vestais que, no alto do Palatino, zelavam pela manutenção do fogo sagrado que ligava Roma a Alba e a seus antepassados. A simbologia é bastante clara: inspirado pela leitura de *la Cité Antique* de Fustel de Coulanges, Anhaia descobre na fundação sem rito o pecado original das cidades industriais modernas. A fundação das cidades deixara de ser um ato religioso e por isso, não mais se alicerçava na "alma do cidadão".

Ao estabelecer uma conexão entre a "Comissão do Plano da Cidade" e a esfera das práticas religiosas arcaicas, Anhaia transformava os preceitos urbanísticos no equivalente laico da sabedoria dos antigos, situando-a no plano dos valores, sentidos e significados, o que lhe dava um valor ao mesmo tempo de fundamento da ordem urbana e de força conservadora por excelência. Assim como o antigo fogo das vestais indicava aos romanos origem e permanência, o "Plano", confeccionado segundo os princípios do urbanismo, bem como sua portadora e guardiã, a Comissão do Plano da Cidade restituiriam o senso de unidade, continuidade e permanência na vida das cidades modernas, acima das mudanças às vezes bruscas da conjuntura política no interior das modernas democracias de massas. Deste teor é outro registro datado de abril de 1933:

> "Para os antigos a fundação da cidade era uma cerimônia religiosa.
>
> "O grego para escolher a locação consultava o oráculo de Delphos; o Saminita seguia um animal sagrado, o Latino, iniciado na ciência dos augures, observava o vôo dos pássaros.
>
> "A ciência do urbanismo substitui agora o rito religioso. Não se dispensa, porém, a religião, o culto da cidade, e mormente da nossa cidade.
>
> "Mister é planejá-la com o coração.
>
> "Fazendo-a mais linda, formaremos cidadãos melhores." ("Urbanismo e suas normas para a organização de planos", p. 214, 1933)

A redução de governo e administração à gestão do órgãos do Estado, e sua necessária submissão às deliberações tomadas a partir do Plano, superariam o problema da descontinuidade administrativa em democracias liberais, sem recair em algum modo de ditadura tecno-burocrática. Aliás, Anhaia fazia questão de indicar a premência de certos instrumentos legais de participação popular, como o "Recall", através do que o eleitorado poderia pedir a renúncia de qualquer dos componentes do governo ou da administração municipal; o "Referendum", a possibilidade de veto popular a qualquer medida votada pelo governo; e a "Iniciativa", a possibilidade de uma parcela do eleitorado propor medidas à municipalidade (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p. 63-5). Quanto à Comissão do Plano da Cidade, seu ajustamento prévio à opinião pública através da propaganda, a livraria de qualquer necessidade de imposição, podendo executar seus trabalhos acima das

opiniões do momento (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p. 70).

Anhaia sugeria que se constituísse uma Comissão (ver fig. II) composta por onze membros, da qual fariam parte, um representante das secções técnicas da prefeitura, o diretor de obras, o prefeito, dois edis e seis cidadãos sem vínculos com a administração municipal, o que determinaria uma preponderância numérica dos agentes externos à máquina estatal em relação aos seus representantes, os quais trabalhariam na "Comissão" de modo "ex-officio". Esses "cidadãos" externos, se se toma como referência o exemplo norte-americano, expresso na legislação federal que dispunha sobre as "comissões", o ato Hoover, e no qual se baseava Anhaia Mello, longe de serem escolhidos por alguma forma de consulta popular, seriam escolhidos pelo "mayor" dada sua "representatividade" e "sua capacidade de orientar os outros em matéria de urbanismo"[45]. Seriam ainda nomeados por um prazo determinado e substituídos rotativamente. O essencial porém

> "(...) é que os membros ex-officio, que representam o governo municipal estejam em minoria, afim de não transformar a Comissão em sucursal da Administração Municipal" (***Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico***, p. 74).

A separação entre os negócios municipais cotidianos e o órgão responsável pela confecção, execução e ajustamento do plano à evolução da cidade[46], deveria ser bem marcada: quase como uma separação entre as esferas profana e sagrada ou entre o lugar dos "meios" e o das "finalidades". No urbanismo, a ciência reconciliaria-se com a religião, com o culto e submeteria o aparelho burocrático, meramente técnico, impessoal, sem finalidades em si e para si. Enquanto proposta de reorganização do poder, o urbanismo de Anhaia Mello não parecia admitir a possibilidade da representação de interesses particulares. A "Comissão..." age em função de uma

---

[45] É bastante estranha a ênfase na independência da Comissão frente ao poder municipal, quando se sebe que seria o próprio "mayor" que nomearia seus membros. Tudo que se pode fazer é conjecturar: seria a opinião pública, uma força de coerção suficiente para impor os nomes com maior autoridade? Talvez, Anhaia poderia estar confiante que os portadores de maior quantidade de "capital de reconhecimento" e que mostrassem maior disposição ao engajamento e abnegação seriam "naturalmente" aceitos pela "opinião pública" e aqueles a quem faltassem tais qualidades, seriam excluídos.

[46] "(...) um plano de cidade não é coisa estática, mas dinâmica, que evolui em seu detalhe, na sua tendência particular, embora imutável e estável nas grandes linhas" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p. 73).

imagem da vida urbana "ideal", haurindo seu poder da aceitação desse "ideal" pela "opinião pública". Tanto ela quanto os cavalheiros que a compõem professam um "interesse pela cidade" em meio a um "desinteresse pessoal" indispensável. Quanto à máquina burocrática, limita-se a oferecer "meios" e executar as demandas da "Comissão". Para entender a o sentido dessa Comissão, basta que se examine o rol de suas tarefas:

> "Em S. Paulo uma comissão dessa ordem teria que tudo fazer: a campanha de educação e conquista do público, a organização e estudo do plano geral, a legislação estadual ou municipal necessária à execução do plano e ao seu financiamento, a ajustagem desse plano às condições da ocasião e principalmente manter desperta e vigilante a consciência cívica da população" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 73).

Uma visão mais detalhada das tarefas e prerrogativas da Comissão é apresentada no longo trecho do Ato Hoover citado na palestra de Anhaia Mello e que dá uma idéia do funcionamento previsto para essa instituição:

> "Secção 5ª. - Organização interna e finanças.
> "A Comissão terá os funcionários adequados a seu trabalho e poderá contratar com urbanistas de renome para os serviços que julgar conveniente (...).
> "Secção 6ª. - Funções e deveres.
> "Será função e dever da Comissão preparar o 'master plan' para o desenvolvimento da cidade, inclusive áreas fora dos limites desta mas que tenham relação com seu desenvolvimento.
> "Tal plano incluirá a locação geral, caráter e extensão de ruas, viadutos, subways, pontes, cursos d'água e suas margens aproveitáveis, boulevards, parkways, playgrounds, squares, parques, aeroportos e outras vias públicas ou espaços abertos; locação geral e extensão futura de todos os serviços coletivos de propriedade pública ou privada; também qualquer modificação e mudança de uso ou extensão de todas as citadas vias públicas e espaços abertos e também um plano de 'zooning' para fixação de altura, área, locação e uso de toda a edificação.
> "A Comissão pode a qualquer tempo retocar ou ampliar esse plano.
> "Secção 9ª. - Estado legal do Plano Oficial.
> "Uma vez estabelecido o plano da cidade ou qualquer secção deste, nenhuma rua, praça, parque ou qualquer via pública ou espaço aberto, edifício público, privado ou qualquer estrutura, serviço coletivo público ou privado de qualquer ordem será construído ou

> autorizado, sem ser o caso submetido à Comissão e por esta aprovado (...)" (***Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico***, p. 74-75).

A enumeração das funções não vem muito ao caso. Ela se alimentaria de acréscimos incessantes ao longo do tempo, dando origem a projetos de instituições cada vez mais abrangentes. Instituições de planejamento regional, nacional ou mesmo, global. Os princípios no entanto permanecem: comissões de técnicos e cidadãos abnegados, com reconhecimento público quanto à capacidade e idoneidade, "santos", por assim dizer. Não eleitos, entretanto. E o suposto de uma estrutura de poder razoavelmente permeável aos "desejos" de uma "opinião pública" educada, moldada pela mesma elite que se expressaria através da "Comissão". Essa "opinião pública", como diriam os teólogos, possuiria toda a liberdade para escolher a *virtu*. À Comissão, restaria manter-se sempre ajustada aos ensinamentos oferecidos à multidão, fazendo com que ela reconhecesse no que seria feito, aquilo que lhe fora ensinado.

Tudo isso, é claro, estaria na dependência de um corpus legal que lhe conferisse legitimidade. É o problema legal, a "copa da árvore do urbanismo".

O ESTADO DE SÃO PAULO
LEGISLAÇÃO NECESSÁRIA
ZONAS
CIRCULAÇÃO
A CIDADE DE SÃO PAULO
PREFEITO
CAMARA MUNICIPAL
EX-OFFICIO
CIDADÃOS
COMMISSÃO DO PLANO DA CIDADE
ESTUDOS PRELIMINARES
ZONAS
PLANO FINAL DE CONJUNCTO
SÃO PAULO MAIOR E MELHOR

fig. II

II.3. COPA: O Problema legal.

As considerações acerca dos problemas legais surgem a partir da quarta conferência publicada no volume de 1929, proferida por Anhaia Mello em 13 de dezembro de 1928 e intitulada "Ainda o problema político e administrativo. O problema legal: Distritos metropolitanos - o progresso da lei". Os argumentos centrais em prol de uma legislação de urbanismo - seu "fator de possibilidade de realização" - em Anhaia Mello, parecem fundamentar-se em uma determinada imagem da história. Esta, exposta em conferências anteriores e retomada posteriormente, aparecia como progresso e degeneração: a contrapartida do inegável avanço da técnica e da ciência, estaria nos perigos da dissolução, nas ameaças de recair no inorgânico. Não se trata aqui propriamente de uma apreciação da história, mas do uso de uma certa filosofia da história emprestada de ***A decadência do ocidente***, de Spengler. Se na conferência de 27 de novembro de 1928, a citação de Spengler define a "cidade" a partir de sua "alma", fator de unidade e coesão da comunidade urbana, que a distinguiria de simples aglomerados de população, em "A verdadeira finalidade do urbanismo" (1929), Anhaia traçaria a "vida das sociedades" como a recorrência de um tempo cíclico que corresponderia ao ciclo biológico de nascimento, crescimento e morte, movimento esse impulsionado pela contradição entre "cultura" e "civilização".

A leitura de Anhaia Mello, do livro de Spengler, associa o termo "Kultur" a "pensamento" e "civilização" aos "equipamentos materiais" para afirmar que "(a) sociedade humana é (...) comparável ao homem, porque tem a sua juventude, maturidade e senilidade. Mocidade social é o predomínio da cultura; maturidade, é o equilíbrio; senilidade, é o triunfo da civilização. E o metropolismo é o triunfo da civilização." ("A verdadeira finalidade do urbanismo", 1929, p. 112). Para Anhaia, o Urbanismo aparecia como um meio de reconciliar a ciência, a matéria (referidas pela menção aos "equipamentos materiais), com a "cultura" - no caso, assimilada àquela "unidade cultural típica" que fazia de aglomerados urbanos, cidades - a "alma da cidade". A Anhaia, não parecia nada desarrazoado pedir ao urbanismo que revertesse o ciclo de evolução quase inexorável, que conduzia o Ocidente à decadência. Nesse contexto, a legislação poderia tanto constituir um entrave para o progresso, aferrando-se a princípios da fase histórica anterior, quanto as premissas para o "bem comum",

este confundido com a posição do Urbanismo. De novo, a retórica da adequação das instituições às condições sociais:

> "Ou as leis progridem, se ajustam ao progresso e as novas condições sociais ou elas que são a máxima garantia desse progresso, tornam-se barreiras intransponíveis às iniciativas pelo bem comum" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 88).

Todavia, o que de concreto teria mudado que demandava transformações no corpus legal? Quais as novas condições que colocavam em tal risco a unidade das aglomerações humanas? Em primeiro lugar, a cidade moderna havia surgido em meio a uma combinação de concentração de capitais e implementos tecnológicos tais que resultara em problemas de uma ordem totalmente inédita. Não era pois, o simples dado da aglomeração populacional, da explosão demográfica:

> "O que caracteriza a cidade moderna é, em primeiro lugar, **a estabilidade, a fixidez** [grifo no original], provenientes da concentração industrial e das imensas imobilizações de capital que essa concentração acarreta, e depois, característico essencial, **a mobilidade interna e a extensão** [grifo no original] devidas aos meios modernos de circulação e transporte e à necessidade de contato entre as diversas células dessas imensas e laboriosas colméias.
> "Os problemas, portanto, são novos: o congestionamento, o automóvel, o arranha-céu, o trânsito rápido, criaram novas condições sociais e econômicas" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 90).

Fenômenos novos como os distritos ou regiões metropolitanos, a partir do que Patrick Geddes chamou de "conurbations"[47], possibilitados pela concurso dos novos meios de transporte, mais flexíveis e rápidos, conseqüente crescimento em extensão das áreas habitadas e fusão entre aglomerações distintas; criavam problemas para os quais a legislação produzida em outras "condições sociais" não poderia dar respostas.

---

[47] Essa temática aparece apenas brevemente em Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, na forma de uma apresentação das experiências do Regionnal Planning novaiorquino e dos distritos metropolitanos da América do Norte (o Sanitary District por exemplo). Já em "Urbanismo e suas normas para organização de planos", de 1933, Anhaia mostra conhecimentos mais diretos das práticas dos inquéritos regionais propostos por Patrick Geddes e implementados em Nova Iorque, Londres (por Patrick Abercrombie), etc. Nesse texto, Anhaia sugere ser desejável não apenas a realização de planos regionais que, coordenados, resultariam em um plano nacional, tal como os ingleses faziam então, (coisa que ele mesmo considerará "utopia", se transposto para o caso brasileiro), mas também, projeta um grande plano internacional destinado a "(...) harmonizar os

No caso das regiões metropolitanas, estas apresentariam um crescimento em extensão da área habitada que excederia em muito os limites políticos dos territórios das cidades. Resultava, "(...) 'o distrito metropolitano' é justamente a unidade geográfica, social, econômica, distinta da unidade política, e que corresponde às atuais condições da vida urbana" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 82).

O surgimento de uma região na qual populações que, compartilhando dos mesmos problemas, estão subordinadas a entes políticos diferentes, aparecia a Anhaia Mello como um desafio: à unidade de condições sociais e econômicas, não correspondia uma unidade de solução de problemas comuns (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 83). Era preciso uma entidade política-administrativa que se ajustasse à configuração do organismo urbano, metamorfoseado em metrópole. Novamente, demandava-se uma instituição de poder que proporcionasse a partir de uma visão de totalidade, a unificação entre as partes. Para todos os fins, eram novamente os valores de interdependência, cooperação e unidade que governavam a proposta de Anhaia Mello. Do mesmo modo, o processo de especialização de funções ou divisão de trabalho, que caracterizaria a sociedade moderna, demandaria outros ajustamentos na legislação.

Novamente a fórmula "cooperação substitui competição". A intensa especialização e parcelamento do trabalho humano une-se ao princípio da especialização das funções urbanas ("zooning"), servindo de argumento para a apresentação da cidade como um organismo organizado complexo e, como tal, constituído pela solidariedade e interdependência de suas partes. É evidente que uma vez posta, tal concepção de cidade era de molde a demandar o controle das partes segundo o ponto de vista da totalidade. Controle social da propriedade?[48]. Muito mais porém. Dos planos da cidade para os planos regionais, destes para a coordenação de todos os planos regionais por uma autoridade nacional de urbanismo, segundo a visão de totalidade, era a própria idéia de planejamento que se infiltrava, demandando leis adequadas a ela.

---

diferentes nacionalismo econômicos e políticos, racionalizando o progresso humano (...)" ("Urbanismo...", 1933, p. 211).

[48] A esse respeito, Anhaia saudaria como um avanço a menção, na constituição de 1934 ao valor social da propriedade privada ("A Sociedade Amigos de São Paulo...", 1936)

De qualquer modo, o que se visava era a própria ordem constitucional fundada pela carta de 1891, ordem que se havia tornado supostamente incompatível com a vida urbana e suas transformações, pois baseava-se no princípio da inviolabilidade dos direitos individuais, o que não significava muito mais do que a defesa dos direitos dos proprietários em dispor livremente de suas propriedades. A especialização das funções urbanas parecia a chave para que se postulasse um estado ideal, harmônico no qual a competição, a disputa, enfim, a própria política seriam rejeitadas em favor da "cooperação". Embutidas nessa proposta encontrava-se tanto uma negação das ideologias liberais - "O laissez faire é impossível no mundo econômico atual", - quanto, um pouco mais sutilmente, uma rejeição da política enquanto luta entre diferenças - "O princípio da competição, diz Blachly, vai desaparecer da economia política e vai ser substituído pelo da cooperação" (PUPESUP, p. 37). De qualquer forma, havia uma proposta de substituição da proeminência dos direitos do indivíduo, pela dos interesses e direitos da coletividade, com rebatimento no conjunto das leis.

As diferenças precisavam ser incorporadas ao todo, ao organismo urbano, reconhecendo-se como partes especializadas responsáveis pela execução de uma função especializada. Logo, quem pudesse formular uma imagem da totalidade do organismo social se apropriaria, na verdade, do "sentido" de cada órgão especializado[49]. O problema era desse modo, ajustar as leis segundo o ponto de vista da totalidade, submetendo as partes, os municípios ao governo regional, os interesses particulares aos da coletividade, representada pela "Comissão do Plano da Cidade". Tudo se resolvia em uma chamada para a cooperação entre juristas, legisladores e técnicos para a criação de uma legislação de urbanismo (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p. 86).

> "Penso que assim como o 'Chief Justice' Mansfield ia jantar semanalmente com os negociantes de Londres, para modernizar o Código Comercial Inglês, nossos juristas e legisladores devem vir palestrar conosco, técnicos, economistas, sociólogos, construtores da cidade moderna, para nos dar leis compatíveis com o progresso atual e que não entravem mas alentem a evolução urbana" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, pág. 92).

[49] Em um texto posterior, Anhaia diria, sustentando-se na autoridade de Aristóteles, que as cidades são organismos, mas, ao contrário da maioria dos organismo vivos, elas não teriam a 'entelechia', a

Era preciso, desse modo, adaptar a legislação a essas novas condições e aos valores que lhe seriam conexos: interdependência, harmonia, solidariedade, especialização, unidade. Tal deveria ocorrer basicamente de dois modos: pela instituição de uma "lei básica" - o que os norte-americanos chamavam de "city planning administration" - e através de mudanças na substância das leis particulares. Estas se referiam a instrumentos legais tópicos, destinados a franquear ao poder público a possibilidade de expropriar terrenos, taxar propriedades, como modo de custear melhoramentos, determinar usos, etc.

Para realizar a definição de urbanismo, dada pelo jurista Frank B. Willians, a qual Anhaia traduz como a "preocupação constante de unidade na construção da cidade" (pág. 108), "é absolutamente necessário que o poder público, o Estado, exerça controle direto não só sobre a propriedade pública mas também sobre a propriedade privada". Para tal, mecanismos legais como a "expropriação ou domínio eminente" e o "poder de polícia", mostravam-se imprescindíveis. Para a efetivação do plano, medidas como as "taxas de benefício" e a "expropriação marginal", que permitiam a municipalidade apropriar-se de uma alíquota sobre a valorização de imóveis, devido a melhoramentos custeados pelo dinheiro público, permitiriam que os interesses coletivos mantivessem proeminência sobre os particulares, ao mesmo tempo que viabilizariam financeiramente o plano. De qualquer modo, a maioria dessas medidas que se referiam à "substância das leis" são comumente encontradas nos escritos de autores paulistanos, desde pelo menos, Victor da Silva Freire nos já bastante citados "Melhoramentos..." de 1911. Não seriam, portanto, tais medidas pontuais que caracterizariam distinguindo, a posição constituída por Anhaia ao longo do período em estudo.

Quanto à lei básica, referir-se-ia à administração e à aplicação geral das leis. Como exemplos mais interessantes de leis gerais de urbanismo, Anhaia cita a "Cornudet", a lei francesa de 1919, e a lei inglesa, o chamado "Town Planning Act" de 1919. Segundo Anhaia, os EUA não possuiriam nenhuma dessas leis gerais de urbanismo. A opinião pública atribuiria tanto poder e legitimidade às associações de city planning, que permitiria os princípios de urbanismo fossem colocados em prática,

---

'posse de sua própria perfeição'. Ou seja, as cidade são organismos a espera de um cérebro, de um órgão que coordene o funcionamento de suas partes.

sem leis que os tornassem obrigatórios. Todavia, como as condições locais no Brasil, estavam longe do ideal e mesmo, muito longe das norte-americanas, Anhaia sugere, baseando-se nos casos estrangeiros, uma lei geral para o caso de S. Paulo, a qual deveria:

> "a) obrig(ar) todas as cidades acima de uma determinada população a organizar um plano geral de sistematização e de extensão. b) facult(ar) a essas mesmas cidades a organização de comissões do plano das cidades, nos moldes das congêneres americanas. c) Estes dispositivos trarão como conseqüência a necessidade de se estabelecer na Secretaria de Viação uma diretoria especial de Urbanismo, para a propaganda dos princípios gerais, para orientação das municipalidades e para a aprovação dos planos que forem organizados. Com se vê estamos raciocinando em termos de S. Paulo Estado e não apenas de S. Paulo Cidade" (Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico, p. 103).

Como bem salientava o próprio Anhaia Mello, a "árvore do urbanismo" não podia ser "plantada" pela metade ou em partes. Não podiam ser os princípios do urbanismo colocados em prática senão como um todo, como um ciclo completo. Este apresentava-se, como se viu, dividido em três partes ou fatores: o "fator psicológico", a conquista da opinião pública; o "fator de permanência, de continuidade de orientação", a *Comissão do Plano da Cidade*; e por fim, o "fator de possibilidade de realização", a legislação de urbanismo. Decorrência disso, parece ser a disposição de integrar submetendo no corpo prático-teórico do urbanismo, as mobilizações populares, o conjunto das técnicas de engenharia, a sociologia, o direito, a política urbana, os interesses econômicos, enfim tudo o que de poder e ou de saber influiriam na evolução das cidades.

Talvez por isso a ausência de estudos específicos sobre a cidade ou planos de implantação e interferência material sobre o espaço urbano. Quanto às leis, as exigências demandadas caminhariam claramente a reboque do modo como se concebe a cidade moderna e as necessidades a ela inerentes. Apesar de "fator de possibilidade e realização", as leis urbanísticas parecem ter uma existência meramente "reflexa", heteronômica na árvore do urbanismo de Luiz de Anhaia Mello. Elas parecem encontrar-se totalmente na dependência tanto do poder sobre a "opinião pública" (raízes), quanto das necessidades das instituições urbanísticas (tronco). Todavia sua importância era capital: ela permitiria a prática do urbanismo, submetendo os agentes

sociais aos ditames dos princípios urbanísticos, isto é, concedendo poder e legitimidade para os organismos de poder criados para realizá-los. Na base da disputa, o que havia era a proposta da criação de organismos com os quais se pretendia expropriar os poderes de dispor sobre o solo urbano, poderes estes que se encontravam dispersos entre os diversos agentes sociais e instituições estatais - legislativos, repartições técnicas municipais, proprietários, empresas privadas -, fazendo-os funcionar segundo uma lógica ditada pelos princípios do urbanismo.

III. São Paulo: transformações materiais e a experiência da metropolização.

III

Para além dos nexos de significados mais específicos, aqueles que dizem respeito aos quadros técnicos, à literatura técnica, ou mesmo aos discursos com os quais se figurava apreender a realidade brasileira - constituídos com categorias e conceitos de inspiração orgânica - havia uma outra ordem de condicionantes que, dizendo respeito ao processo de metropolização de São Paulo, podem fornecer algumas chaves para a compreensão da "Árvore do Urbanismo" de Anhaia Mello.

Remontando aos anos de crescimento urbano de 1870, tal processo, no curso dos anos de 1920, transformava abruptamente o aspecto da cidade, cada vez mais parecido com uma espécie de canteiro interminável de obras, intercaladas por enormes vazios, indicando um espaço urbano pressionado por processos simultâneos de explosão populacional, crescimento horizontal desordenado e especulação imobiliária brutal. A presença de tais constrangimentos e ou potencialidades liberadas pelo surto de crescimento urbano relacionou-se a práticas econômicas e sociais díspares, refletindo a heterogeneidade dos agentes históricos que as compartilhavam. Demanda de espaços exclusivos, urbanizados, europeizados, para as camadas abastadas; de habitação popular, saneamento, etc. para operários e trabalhadores pobres; de força motriz para as indústrias e vias de transporte; de infra-estrutura (transportes, saneamento, energia, etc.) para viabilizar a vida na aglomeração e valorizar terrenos. E, especialmente, de controle social sobre as "massas", "turbas", "multidões" potencialmente perigosas para as hierarquias sociais ou para a "saúde pública".

A recepção brasileira, primeiro das teorias e práticas do "sanitarismo", da "engenharia sanitária", depois do "urbanismo" (city planning, der Städtebau, urbanisme)[50], exibem as marcas dessas tensões, advindas do processo de metropolização de suas cidades: Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Porto Alegre, ou Santos-São Paulo. Pontos de comunicação com o exterior e "vitrines" para o comércio internacional[51], segundo os discursos de época, era preciso organizá-las, saneá-las, civilizá-las - como na frase famosa do cronista, "O Rio civiliza-se" - ou seja, criar espaços, higiênicos, homogêneos e exclusivos. Este, o da civilização, em geral o centro e bairros aristocráticos urbanizados segundo modelos europeus, com marcos simbólicos distintivos, que articulavam certos códigos de sociabilidade burgueses e cenários monumentais com o intento de legitimar e fazer reconhecer hierarquias sociais[52]. Aquele, o dos operários, dos pobres - as zonas periféricas e afastadas da "cidade", carentes de infra-estrutura básica, ou, com alguma freqüência, as frestas e fendas da cidade burguesa que se ansiava construir, morros, fundos de vale, mangues, loteamentos clandestinos, favelas - toda essa espécie de "lugar nenhum" das legislações e das imagens de modernidade que se implantavam. O argumento que se tenta esboçar aqui, afirma dois pontos: a) a existência de uma sintonia entre as tendências "espontâneas" de crescimento da cidade e a constituição disso que se tem chamado de "pensamento urbanístico" paulistano, em especial o que se desenvolve no espaço do

[50] Marco Antônio Osello sugere para a história do planejamento urbano em São Paulo, uma divisão em três momentos: (1) de saneamento e embelezamento (1899-1926), (2) de implantação do sistema viário básico da cidade (1926-1945), e (3) do surgimento de uma metodologia do planejamento urbano (1945-1961). Seguindo José Carlos Gomes, o mesmo autor distingue "urbanismo" de "planejamento". Este, significando uma opção técnica entre variáveis abstratas que visa a maximização da eficiência funcional (O "master plan" propugnado por Anhaia Mello); enquanto aquele, o projeto concreto do espaço urbano, o qual corresponde aos dois primeiros momentos , tendo como exemplo o Plano de Avenidas de Prestes Maia (OSELLO, 1983, pp. 15-16). É claro que qualquer cronologia traz em si uma certa dose de arbitrariedade. Na prática, desde 1929 pelo menos, Anhaia Mello propugnava a realização de um paradigma de planejamento, enquanto práticas relacionadas ao primeiro e segundo período da história do planejamento urbano acabaram por se perpetuar no interior dos setores de obras municipais, sob a forma da engenharia municipal. Por outro lado, uma cronologia como essa apresenta um limite: o espaço onde ela deve ocorrer só pode ser o do Setor de Obras municipal.

[51] É preciso que elites e Estado brasileiros sejam reconhecidos como parceiros comerciais e diplomáticos aceitáveis para o intercâmbio com as potências civilizadas. Aqui, o aspecto do "povo", das cidades, uniam-se àquele das políticas monetárias e econômicas do estado e das instituições para projetar uma imagem de civilização que indicasse ser o Brasil um estado de direito, liberal, no qual os contratos são respeitados.

[52] Em São Paulo, o exemplo mais óbvio é a construção do Teatro Municipal, inaugurado em 1910, o qual repercutiu na própria remodelação paisagística de seu entorno. Foi um pouco pela "inadequação" e contraste entre de uma lado, o cenário miserável que oferecia o córrego Anhangabaú, infecto, e as casas arruinadas, que voltavam suas costas para o Municipal na rua Formosa; e de outro, o marco cívico da oligarquia estadual, que os planos de 1910 e 1911 surgiram.

setor de obras municipal. b) diante dessas práticas que consagram as tendências de crescimento da cidade quase como fenômenos "naturais", a "árvore do urbanismo" de Anhaia Mello aparece como dissonância: a configuração urbana deve-se à "temperatura moral" específica de sua população, logo, é passível de interferência transformadora. No limite, a "idéia" determinava o "sentido" da evolução urbana.

É muito provável até, que os epítetos que o engenheiro-arquiteto mereceria, os quais quase sempre fazem referência ao irrealizável de suas propostas - o mais freqüente era o de "teórico" -, decorram exatamente da compreensão, por parte tanto dos engenheiros de repartições técnicas municipais quanto das "camadas abastadas", do sentido que o "urbanismo" deveria ter naquele contexto: por um lado, produzir com arte uma mercadoria de luxo particular, o espaço urbanizado, homogêneo e exclusivo, por outro, afastar as camadas sociais ameaçadoras e os conflitos gerados a partir delas, do centro para a periferia. E, ao mesmo tempo, aproveitar-se do modo de ocupação - extensivo com tendência de espraiamento horizontal - para realizar valorizações imobiliárias ou fundiárias.

Nesse sentido, a temática do controle sobre arruamentos e loteamentos pode ser um exemplo instrutivo, embora pontual. Em um artigo de 1927, sobre o problema dos calçamentos, Anhaia defenderia a cobrança de "benefit assessment" ou taxa de melhoria, sobre os trabalhos de pavimentação de ruas. Onerando os proprietários[53] e submetendo tanto a abertura de novos loteamentos quanto a criação de novos arruamentos a aprovação dos técnicos da prefeitura, Anhaia Mello esperava coibir o crescimento horizontal da cidade, que avançava sobre a zona rural, mas também, simultânea e quase sub-reptciamente, impor a figura de engenheiros e urbanistas, como os únicos habilitados para traçar e aprovar traçados de ruas, projetar bairros, enfim, de planejar o modo como a cidade deveria expandir.

Um interessante registro, utilizado como argumento no artigo de 1927, refere-se à transcrição de um discurso do próprio Anhaia Mello na Câmara de Vereadores, datado de 29 de maio de 1920, época em que cumpria um mandato nessa casa e começavam a ser arruados novos loteamentos, para além da extensa área loteada entre 1891 e 1893. Depois de tecer considerações sobre a perspectiva de crescimento explosivo para São Paulo, "impossível de se calcular com segurança", o edil critica a

[53] Do contrário, era a Municipalidade mais cedo ou mais tarde chamada a promover tais benfeitorias, com dinheiro público.

lei vigente no período que dispunha sobre a abertura de ruas e praças no município. Vale a pena acompanhar a linha de argumentação de Anhaia, para entender como o problema se lhe afigurava:

> "As extensas áreas de terrenos situadas entre os bairros avançados da cidade, sr. Presidente, pertencem, em sua grande maioria, a particulares. Estes, naturalmente, em curto lapso de tempo, hão de organizar os seus projetos de arruamento, para a subdivisão e venda de lotes, para edificação.
>
> "Cada proprietário, porém (...) ao traçar o seu plano, tem em vista apenas o seu interesse particular e não o interesse geral".
>
> "(...) A lei 1666 revogando a 1193 [que onerava os proprietários em 50% dos custos com a pavimentação e colocação de guias - nota do pesquisador], tem produzido efeitos perniciosos para as finanças municipais.
>
> "Não há mais orçamentos (...) capazes de arcar com as despesas necessárias para o calçamento da cidade.
>
> "A cidade possui hoje (1920) nas diversas zonas central, urbana, suburbana e rural cerca de 58.000 prédios e uma população avaliada em mais de 500.000 habitantes.
>
> "Se tomarmos para uma área edificada a unidade 8,0 X 40,0 = 320 m^2 vemos que 'grosso modo' a área edificada total é apenas 22.000.000 de metros quadrados, inclusive 20% de ruas. Quer isso dizer (...) que toda a atual população da cidade pode ser alojada a larga dentro da zona urbana apenas, cuja área é de 24.000.000 de metros quadrados.
>
> "Mas (...) examinemos um mapa da cidade. Já há ruas abertas e edificações em mais da metade da zona suburbana; e mais, na própria zona rural já há vastas áreas arruadas, e esta já está praticamente ligada com edificações ao longo das vias férreas, aos municípios circunvizinhos.
>
> "A continuar um desenvolvimento animado de tanta força centrífuga e de tão fraca densidade de edificações, não está longe o dia em que todas as zonas do município estarão cortadas de ruas, cujo calçamento teremos que fazer. Poderemos fazê-lo? Nunca. É o beco sem saída a que aludia o diretor de Obras Municipais [Refere-se provavelmente ao texto "O futuro regime das concessões municipais na cidade de São Paulo", publicado na Revista Politécnica (setembro de 1919), por Victor da Silva Freire (Nota do pesquisador).]
>
> (...)
>
> "É preciso, pois, (...) por um freio a essa expansão desmesurada da cidade." ("Problemas de Urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento", p. 358-60)

Apresentada a proposta de 1920 em forma de projeto de lei assinado por Anhaia Mello, Mário Graccho, Luciano Gualberto e Heribaldo Siciliano (projeto nº. 30

de 29 de maio de 1920), ela dá origem à lei 2611 de 1923 e é modificada posterior e sucessivamente pelas leis 2689 de 1924 e 3004 de 1926[54]. Anhaia voltaria ao problema durante sua curta gestão como prefeito nomeado de São Paulo em 1930. Nesse cargo, ele institucionalizaria o Ato 25/1930, proibindo a construção em "qualquer zona municipal da cidade sem prévio alvará e sem que o lote desse frente para uma via pública"[55].

Ora, fazendo abstração de seus efeitos concretos, a lei de arruamentos - bem como as demais leis de contenção do crescimento urbano - proposta por Anhaia Mello, era de molde a criar embaraços ao equacionamento das tensões sociais, promovidas pela explosão populacional na cidade. Propondo entraves aos fáceis lucros que os proprietários realizavam em empreendimentos voltados para moradias populares nas áreas periféricas - desincentivando-os, portanto - Anhaia interferia na própria lógica da urbanização de São Paulo, cujos principais pilares eram: especialização do centro em atividades comerciais; criação de bairros aristocráticos no vetor centro-sudoeste; direcionamento privilegiado de recursos públicos para essas duas áreas; e, para defender os espaços de elite, espraiamento horizontal da cidade, com crescimento periférico e ocupação em baixas densidades, de um só golpe, acomodando os contingentes populacionais de trabalhadores pobres e afastando-os assim da paisagem burguesa e moderna. Já na década de 30, tal lógica seria fortalecida por um novo argumento: a "casa própria" aparece então como um modo de comprometer os trabalhadores com a "ordem", - através das prestações a pagar -, indispondo-os com a "baderna" e a "revolta".

E tal padrão de crescimento parecia uma demanda importante para as elites paulistanas. A historiografia recente tem-se referido com freqüência ao clima de conflagração que tomava conta do espaço urbano da capital paulista nesse momento. Acontecia ser o cotidiano dos habitantes freqüentemente tumultuado quer pelas catástrofes pseudo-naturais, como as enchentes produzidas por uma aliança entre as chuvas e os interesses especulativos da Light and Power, quer pelas revoltas e greves

[54] No curso dessas transformações, acabaram por incorporar a ela uma brecha que lhe retiraria boa parte da pouca efetividade que sempre teve: a introdução posterior do conceito de "ruas particulares", nas quais a provisão de infra-estrutura recaía única e exclusivamente sobre o empreendedor privado, imiscuindo-se o poder público de qualquer responsabilidade (lei 2611 de 1923), permitiu na prática a continuação da abertura indiscriminada de loteamentos e ruas com um status extralegal (ROLNIK, 1997. cit. p. 166.

[55] ROLNIK, 1997. p. 166.

operárias, como a mais impressionante delas, a de 1917, brutal e duramente reprimidas pelas forças policiais com todo o festival de arbitrariedades que isso acarretava, ou mesmo por ocasião de eventos políticos, como a Revolução de 1924, no curso da qual a cidade foi sitiada e bombardeada pelas tropas legalistas.

Esse foi o momento ainda, em que o espaço urbano passa a ser o palco do desfile diário de uma massa heteróclita de indivíduos sem raízes, composta da soma de recém chegados quer do hinterland paulista, quer de além mar, com paulistas perplexos com a novidade da repentina transformação da cidade em metrópole. Esses contingentes populacionais que em fluxos passavam a compor o cenário urbano, deviam sua tendência ao desenraizamento não apenas ao simples fato da perda ou redefinição dos seus nexos comunitários, deixados em terra natal ou em um passado mais ou menos mítico; ou às características peculiares de um espaço metropolitano que, paulatinamente, servia de suporte material de articulação de uma identidade fundada nos espetáculos de massa[56] e via os marcos que serviam de referência espacial para a memória coletiva e articulavam os registros da experiência, desabarem em massas de barro disformes[57].

As instabilidades cíclicas que sacudiam a economia paulista tanto a agrária de exportação quanto a urbana, aliadas a ausência de garantias legais de proteção ao trabalho assalariado, bem como o influxo permanente de trabalhadores pobres imigrantes ou provenientes do meio rural (muitos também imigrantes recentes), características duráveis por todo o período em questão, provocavam o surgimento de legiões de trabalhadores pobres que tinham como marca diferencial, a errância na busca por oportunidades de ocupação, o engajamento em trabalhos precários, incertos, ocasionais, a ameaça da miséria absoluta como condição permanente[58]. No entanto,

---

[56] Para uma análise do processo de metropolização de São Paulo, enquanto criação de identidades através de espetáculos de massas, ver SEVCENKO, Nicolau. ***Orfeu Extático na Metrópole***, 1993.

[57] Uma apreciação dssa perda continuada dos marcos urbanos das memórias aparece em texto de Raquel GLEZER, "Visões de São Paulo" (1991), no qual a historiadora cotrapõe os registros deixados sobre a cidade colonial, de taipa de pilão, com o aspecto do centro "velho" da cidade, da forma como se apresenta a um visitante dos dias de hoje. Devendo sua conformação atual aos últimos 100 anos de sua história, as marcas de seus primeiros 300 anos aparecem, quando aparecem, sob a forma de edifícios descontextualizados, fora de qualquer conjunto significativo (GLEZER, "Visões de São Paulo". In: BRESCIANI (org.) ***Imagens da Cidade: séculos XIX e XX***, 1993.

[58] Em ***Cotidiano e Sobrevivência (1890- 1914)***, Maria Inês Borges Pinto descreve com acuidade esse fenômeno de concentração de trabalhadores pobres no espaço urbano paulistano, em número muito superior à capacidade de absorção da economia, mostrando suas determinações, vinculadas à política imigrantista pós-1884 e seus desdobramentos, revelados no cotidiano desses trabalhadores (PINTO, 1994).

muito provável, a imagem de progresso e modernidade sobrepujava nas consciências os graves estrangulamentos econômicos que impediam a absorção desse contingente de trabalhadores pelo processo produtivo de base capitalista que se implantava.

E essa modernidade surgia por exemplo na forma de iluminação pública, primeiro a gás, implantada pela São Paulo Gás Company a partir de 1872; posteriormente com lâmpadas de arco voltaico, diante de uma população embasbacada. A empresa responsável pela proeza, a Paulista de Eletricidade seria incorporada durante a febre especulativa do Encilhamento pela Companhia de Água e Luz de São Paulo. Esta acabaria ela mesma incorporada à Light and Power, que, por volta de 1905, controlava praticamente todo o sistema de geração, distribuição de eletricidade e iluminação pública na cidade, além de deter os monopólios dos serviços de fornecimento de gás, de telefone e transportes urbanos[59]. Um sentimento de aceleração do tempo parece propagar-se, envolvendo a população com seus signos característicos: eletricidade, meios de transportes rápidos, construção verticalizada, instrumento de comunicação e entretenimento de massas, modas joviais européias ou norte-americanas, cenários cosmopolitas, chás dançantes com ritmos sincopados, um monumental referido agora não mais apenas a uma construção específica (como ainda acontece no caso do Teatro Municipal), mas à monumentalidade de um conjunto de construções e equipamentos transcendente em muito à escala humana: a paisagem metropolitana.

De qualquer modo, seria frente a um processo acelerado de transformações urbanas que as posições de urbanismo foram se constituindo. É preciso recorrer às peculiaridades desse processo e ao sentido que a concentração de trabalhadores pobres obteve na vida urbana da metrópole, para compreender as opções formuladas no conjunto do pensamento urbanístico paulistano.

A inserção do complexo agro-exportador de base cafeeira na economia mundial, ocorrida a partir da segunda metade do XIX, conduziu a uma sofisticação do setor comercial em São Paulo, vinculada principalmente às atividades de intermediação comercial e financeira, vitais para o financiamento tanto da produção, quanto das exportações e principalmente das políticas de valorização do café. A configuração

[59] Cf: SOUZA, Edgard. ***História da Light: os primeiros 50 anos***, São Paulo, DPH, 1989. LORENZO, Helena Carvalho de. "Eletricidade e Modernização em São Paulo na década de 20", In: LORENZO e COSTA. ***A década de 1920 e as origens do Brasil moderno***, 1997.

histórica mundial surgida com a década de 1880, marcada pelos efeitos da 2ª. Revolução tecnológica, inaugura um ciclo de intensos fluxos de capitais, que não mais encontram condições de rentabilidade no centro da economia capitalista, na direção de suas áreas periféricas. O Brasil receberá esses fluxos de capitais principalmente na forma de empréstimos diretos ao Estado, mas também como inversões diretas em obras de infra-estrutura (em especial a ferroviária e hidrelétrica), e já nas primeiras décadas do XX, como investimentos em negócios urbanos, na produção das redes de serviços, loteamentos e construção civil.

Por outro lado, a cidade torna-se, paulatinamente, centro financeiro, administrativo e distribuidor de mercadorias (dentre as quais a mercadoria "trabalho") para os núcleos rurais do *hinterland*, cada vez mais especializados e menos auto-suficientes. O grande impulso imigrantista posterior a 1884 (início da subvenção estatal à imigração), estabelecia as condições ideais para a conversão da economia de sua base escravista para outra na qual prevaleciam formas de trabalho assalariado, através da criação de um grande excedente de trabalhadores. Destes, a cidade abrigará tanto aqueles trabalhadores rurais desempregados quanto os que fugiam dos meios rurais, dos seus baixos salários, ou das arbitrariedades cometidas por fazendeiros e capatazes[60]. A circulação de moedas, mercadorias e homens era ainda favorecida pela construção de uma rede relativamente eficaz de transportes ferroviários, a qual a um só golpe produz um espaço econômico relativamente integrado (o Estado de São Paulo) e elege a capital paulista como nexo articulador.

Na cidade de São Paulo, os últimos decênios do XIX já assistem à proliferação de casas de importação e exportação, bem como a estruturação de um sistema bancário com interações relativamente complexas com o conjunto da economia paulista[61]. É nesse momento que se inicia o processo de especialização do núcleo

[60] O que não significa que essa situação não passasse pelo recurso constante, por parte dos fazendeiros, da fraude e da extorção aos trabalhadores, como modo de rebaixar os custos com o trabalho, da violência de todas suas formas, como política de controle ou mesmo afirmação de um poder absoluto nos domínios rurais, da diminuição ou mesmo do calote dos salários em períodos de depressão dos preços internacionais do café, etc. Prevalescência das relações capitalistas de produção não significa necessariamente, legalidade.

[61] Tal sistema apresentava-se eivado de precariedades. Exemplo disso é a inexistência de um serviço de compensação de cheques até 1921, de uma carteira de redescontos até 1920, e todos os debates em torno da criação de um emprestador em última instância, que percorre toda a década de 1920 e cuja inexistência conferia um grande grau de volatibilidade ao sistema, sem falar na obrigatoriedade de um encaixe de 20% ao final dos anos de 1920, o que indica graves instabilidades no sistema. Cf: SAES,

central da cidade, em torno de atividades comerciais, que se completa já na década de 10, um pouco pelas iniciativas do prefeito Antônio Prado, com seu projeto das Grandes Avenidas. Os sobrados de fazendeiros e casas de uso misto, ao mesmo tempo, residência e comércio ou oficina, vão cedendo lugar aos edifícios de mais de dois pavimentos, de função estritamente comercial, como o prédio[62] construído posteriormente, no número 26 da rua Boa Vista, alto da colina central, que abrigaria o escritório técnico FR de Azevedo, Severo e Villares, bem como a financiadora e construtora Predial, onde Anhaia Mello possuiria um escritório e uma posição de onde se podia ver o espraiamento da cidade industrial a leste. Em 1910, cerca de metade dos edifícios altos da cidade concentravam-se no distrito da Sé, com valores locativos anuais, em setenta por cento dos casos, superiores a 6:000$000[63].

Dada a intensa valorização da propriedade imobiliária, inviabilizou-se o uso residencial nas áreas centrais, salvo para os casos de grandes cortiços, como os de Santa Ifigênia, nos quais se amontoavam multidões de operários ou trabalhadores de outros ofícios, sem quaisquer condições sanitárias. Para essas populações, os aluguéis eram baixos o suficiente a ponto de conseguirem pagá-los com um salário no mais das vezes precário, e a proximidade com o local de trabalho, ao eliminar os custos de transporte, servia quase como uma compensação para as deploráveis condições de vida nessas habitações.

Para o proprietário, comprimir em um pequeno espaço edificado um número de indivíduos muito superior ao que ele comportaria, significava transformá-lo em negócio de rendimento máximo, já que a soma dos pequenos aluguéis resultava em um valor locativo enorme. Estalagens, hotéis-cortiços, cortiços, casas de cômodo, habitações operárias, toda essa gradação de edifícios de caráter rentista, construídos muitas vezes em terrenos insalubres, correspondia a uma gradação social homóloga. Cada faixa salarial encontrava no mercado um tipo de habitação correspondente a seu poder aquisitivo. Ora, quando a renda de qualquer indivíduo não alcançava limites mínimos, deixava de haver uma oferta de imóveis "legais", isto é, construídos e mantidos de acordo com as normas municipais. Abria-se aqui o espaço para as

---

Flávio "Crescimento e estruturação dos sistema bancário em Sãp Paulo na década de 1920", In: LORENZO e COSTA, 1997.

[62] O edifício que sediaria os empreendimentos de Ramos de Azevedo seria construído em 1922.

[63] Anuário Estatístico de São Paulo, 1910, p. 124. Citado por PEREIRA, 1988, p. 91.

construções clandestinas, abaixo dos padrões mínimos de habitabilidade[64]. Quando, a partir de inúmeras campanhas públicas motivadas pelo risco constante de as epidemias que grassavam entre os pobres, se espalhassem entre os ricos, os velhos casarões vão sendo derrubados e a construção de casas de aluguel ou vilas operárias, normatizadas por regulamentos municipais e controlados pelas autoridades sanitárias[65], acentua-se o processo de segregação espacial.

As interferências do poder público na região central, quando não expulsavam pura e simplesmente as populações pobres, através da demolição de cortiços, valorizavam os terrenos adjacentes às grandes obras de reforma e aformoseamento urbanos, aumentando por contágio os valores locativos dos edifícios, tornando-os proibitivos tanto para a população pobre quanto para as "messalinas de aluguel" referidas em um texto de Anhaia. A esse propósito, por volta de 1910 e 1911, são apresentados três projetos de interferência espacial, ou, segundo o vocabulário de época, de "melhoramentos", todos eles com vistas para a reurbanização e embelezamento do centro da cidade. Sintoma desse processo de especialização das áreas centrais, os planos "Alexandre Albuquerque" (que esbarrou com a oposição dos proprietários afetados e foi rejeitado pela câmara de vereadores), "Samuel das Neves", "Guillhem- Freire" e, por fim o "Plano Bouvard"[66] (uma tentativa de conciliar os dois últimos), passavam um pouco por uma busca de soluções viárias para o problema dos congestionamentos das áreas centrais, por alguma destruição de resquícios da cidade antiga, por projetos correlatos de saneamento das várzeas e canalização de córregos, - no caso, o Anhangabaú - e pela extinção das (como dizer?) bases "ecológicas" de sobrevivência de uma parcela da população marginal em relação a essa temporalidade referida com os nomes de modernização ou progresso. Era uma população que nos

---

[64] Uma excelente história da produção de habitação operária, em São Paulo, com descrições dos diversos tipos de habitações oferecidas pelo mercado, está em *BONDUKI,* Nabil. **Origens da Habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria.** 1998.

[65] Bonduki aponta três iniciativas estatais de controle das condições sanitárias das moradias: "1) criação da Diretoria de Higiene com poderes de polícia e inspeção sanitária; 2) Promulgação de uma vasta legistação de controle sanitário e de produção de habitações, com destaque para o Código Sanitário de 1894; e 3) participação do Estado na gestão de obras de saneamento e de abastecimento de água e coleta de esgotos, sobretudo na encampação da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos e pela criação da Comissão de Saneamento das Várzeas" (BONDUKI, 1998, p. 30).

[66] Os próprios projetos ou defesas deles podem ser encontrados em: SÃO PAULO/ CIDADÃOS. ***As novas avenidas de São Paulo, projeto de Alexandre Albuquerque*** (1910); FREIRE, ***Melhoramentos de São Paulo*** (1911); Quanto ao projeto de Samuel das Neves, segundo SIMÕES jr. (1990), seria publicado na edição do ***Correio Paulistano*** de 23 de janeiro de 1911.

"claros" abertos entre as áreas edificadas, retirava seus sustentos de pequenas culturas de vegetais ou buscavam nos riachos o incremento de sua dieta protéica ou apenas refugiavam-se em cantos degradados da cidade, aproveitando-se dos aluguéis relativamente mais baixos. Já os operários, estes também tinham do que se lamentar e expressavam suas insatisfações em matérias como a citada abaixo, retirada de uma edição do jornal "La Bataglia", sintomaticamente datada do período imediatamente posterior daquela avalanche de planos de remodelação do centro:

> "Cidadãos! Um grupo de exploradores parasitas e sanguessugas do povo, sob o pretexto de embelezar a cidade de São Paulo, demolindo uma imensidade de casas velhas, deu um valor artificial aos terrenos e às casas, para melhor explorar o povo trabalhador (...) elevaram fabulosamente o preço dos aluguéis" (*LA BATAGLIA*, 20 de abril de 1912, citado em BEIGUELMAN, 1977, p. 65.)

Ao longo das duas primeiras décadas, inicia-se um lento processo de transferência dessas populações pobres e acomodação das recém chegadas, para os únicos locais que seus rendimentos poderiam comportar: no melhor dos casos, para as vilas operárias de áreas industriais como Brás, Belém ou Barra Funda, ou no pior, para os distantes loteamentos nas zonas rural ou suburbana, nas várzeas do Tamanduateí, à leste, ou do Tietê, ao norte, com precária infra-estrutura, sem qualquer planejamento, com ruas sem calçamento, traçadas em cima de papel de pão pelo próprio loteador. Como sintoma desse processo de segregação urbana, entre 1916 e 1926, enquanto a zona do triângulo apresenta uma valorização de seu metro quadrado (valor médio) de 200%, a zona rural passa de modestos $100 para 5$000, multiplicando-se por 50[67].

Em contrapartida, bairros residenciais de elite passam a deslocar-se para o vetor centro-sudoeste da cidade: Campos Elíseos (1879) - este ao norte -, morro do Chá, transpondo definitivamente o vale do Anhangabaú, Higienópolis (1890), iniciando um movimento de subida de espigão que se completa com o loteamento Avenida Paulista (1891), para posteriormente a partir de 1912, conquistar parte das várzeas do Pinheiros com o empreendimento Jardim Europa, o bairro jardim da Companhia City. Aparentemente, temos um movimento coordenado de verticalização e expansão das áreas centrais, em direção do morro do Chá, constituição de bairros de elite a sudoeste

do centro, e espraiamento desordenado da cidade em todo seu entorno, com o loteamento sistemático das zonas urbana, suburbana e rural, transformadas, desde fins do século XIX, em reserva de valor para manobras especulativas, mostrando um mercado imobiliário subordinado não à produção de edifícios, mas à comercialização de terra. Nas várzeas, seguindo os caminhos das estradas de ferro, implantava-se um parque industrial baseado principalmente na produção de bens de consumo baratos e de uso cotidiano, aproveitando-se do baixo valor dos terrenos, das facilidades de embarque da produção, propiciados pela proximidade das ferrovias e da fácil alocação de contingentes operários em suas imediações, os quais partiam em demanda por essas terras atraídos pelo preço e relativa facilidade de transporte.

De qualquer modo, as primeiras décadas do século definem a cidade como um espaço privilegiado de exploração econômica, quer para as empresas concessionárias de serviços de utilidade pública, quer para o conjunto de loteadores urbanos ou ainda para os ramos da construção civil, fato que pode ser considerado uma profunda ruptura no processo de evolução da cidade. As perspectivas de crescimento de São Paulo, tornam as aplicações de capitais em negócios urbanos altamente rentáveis e promissoras. Que o crescimento da população em um ritmo várias vezes superior ao das construções[68], indicava não apenas a existência de uma grande demanda reprimida, como também de uma tendência ascendente dos valores locativos e imobiliários, não terá escapado aos críticos e entusiastas da metropolização desordenada da capital paulista, quanto mais a algum investidor inteligente.

Evidência disso é a febre de loteamentos que toma os arredores da cidade e transforma paulatinamente as antigas chácaras em novos bairros, a partir do último decênio do XIX, explicado em parte, como desdobramento em São Paulo das políticas do Encilhamento[69]. Foram preferencialmente para empreendimentos imobiliários, relacionados à construção civil, loteamentos, enfim, a práticas de especulação imobiliária que se dirigiram os investimentos e o jogo do mercado de capitais em São Paulo, no biênio de 1890 e 1891, envolvendo nomes como os dos fazendeiros Antônio

---

[67] Relatório de 1926 apresentado ao prefeito J. Pires do Rio. São Paulo. Secção de Obras d'O Estado de São Paulo. 1927. cit. por PEREIRA. Paulo César Xavier. 1988. p. 104.

[68] Entre 1886 e 1900 a população sofre um acréscimo de 406% . O número de moradias, 148%. PEREIRA. Paulo César. 1988. p. 67.

[69] Segundo Raquel Glezer, a especulação financeira do Encilhamento multiplicou a área da cidade por três, deixando loteamentos arruados previstos para os trinta anos seguintes, o que foi rapidamente superado (GLEZER. 1994. p. 171).

Álvares Leite Penteado, acionista do Banco União de São Paulo; Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra (Barão de Jaraguá), diretor e incorporador da companhia Oeste Agrícola de São Paulo; do capitalista Elias Antônio Pacheco Chaves, com participações no Balneário Ilha de Santo Amaro, na companhia Importadora de Modas e na Central Paulista, entre outras; ou do arquiteto Francisco Paula Ramos de Azevedo, um dos incorporadores do empreendimento Jardim da Aclimação[70].

Adiante, tomando-se como base o ano de 1918, quando a cidade contava com 528.295 almas, nota-se que em vinte e oito anos a população multiplicara-se aproximadamente por nove, já que em 1890 ela somava 64.934 almas, segundo os respectivos sensos. "(J)á por volta de 1911, Edouard Fontaine Lavelaye vislumbrara o potencial extraordinário da especulação com terrenos nesta cidade em processo de crescimento vertiginoso. Segundo o relato de um técnico da prefeitura, consultado por Lavelaye, 'capitalista e banqueiro', 'permanecendo algumas semanas nesta capital, aquele engenheiro francês (como ele teria se apresentado) teve ocasião de examinar detidamente as condições de vida da cidade, convencendo-se de que seu desenvolvimento seria extraordinário'". Esse mesmo Lavelaye ao lado dos irmãos Boulton, reunirá ao seu redor uma série de investidores de várias procedências (franceses, americanos, belgas e russos) que viabilizariam a constituição da Cia. City of São Paulo Improvements, que em 1912, através de compras de terrenos controlaria 37% da área urbana de São Paulo[71].

Um estranho e interessante concurso de forças agrega-se na história dessa companhia, a qual a historiografia unanimemente reputa como um dos agentes históricos fundamentais na conformação física da cidade em processo acelerado de

[70] Toda essa enumeração ao acaso foi retirada da tese de mestrado de Reinéro Antônio Lérias "O encilhamento e a cidade de São Paulo (1890-1891)" de 1988, no qual o autor, analizando o impacto do Encilhamento na economia paulista, mostra as fortes relações entre o Encilhamento e a expansão urbana da capital paulista. O argumento principal parece sustentar que, se em um primeiro momento o processo especulativo permitiu a captação de capitais para as empresas imobiliárias, a crise econômica posterior que tendeu a dissolver essas empresas e rebaixar os preços dos terrenos, não foi suficientemente forte para abalar de todo o impulso de crescimento urbano, já que as companhias falidas deixavam algumas melhorias nos loteamentos, como vias de comunicação com o centro, arruamentos, etc. Indo para além da tese de Lérias, não parece impossível que, dado o crescimento populacional espantoso entre 1884 e 1900 e dado o baixo preço dos terrenos, criava-se assim um ambiente propício para uma segunda onda especulativa que iria se constituir em uma força decisiva de crescimento da área urbana nas década posteriores. Aqui se pode entender talvez, algumas circusntâncias facilitadoras para a implantação da Companhia City em São Paulo.

[71] SEVCENKO, 1993, p.126.

metropolização[72]: Lavelaye inicialmente entra em contato com grandes proprietários de terrenos na cidade, como Cincinato Braga, deputado federal, e seu sócio, Horácio Sabino. Mediando tais contatos encontra-se o engenheiro e diretor de Obras e Viação da capital, Victor da Silva Freire. Posteriormente, fariam parte do Conselho Diretor da City, Lord Balfour, presidente da São Paulo Railway; o arquiteto Bouvard, consultor da prefeitura de São Paulo no plano de reformas de 1911; Cincinato Braga, já citado; Campos Sales, ex-presidente e senador; além de Quellenec, da Rio de Janeiro Tramway, Light and Power, que em 1913, formaria com a São Paulo Light and Power, a holding The Brasilian Traction, Light and Power. Vários diretores da Light fariam parte ainda do comitê administrativo da City e o próprio Victor da Silva Freire comporia sua diretoria em 1941[73].

A centralização no espaço da cidade de influxos continuados de capitais, populações e tecnologias modernas (em especial, novos meios de transporte e força motriz), gera nas consciências as maiores expetativas de crescimento urbano e oportunidades de negócios. É através desse processo simultâneo de embelezamento e especialização das áreas centrais, constituindo ambientes cenográficos cosmopolitas, criação de novos loteamentos desarticulados entre si, explosão demográfica pelo influxo de trabalhadores pobres, industrialização incipiente e concentração de investimentos em atividades de especulação imobiliária e ou de exploração de monopólios de serviços de utilidade pública, que se vai conformando o que alguns autores se referem como o "pensamento urbanístico paulistano".

Este último significou toda uma sofisticação dos aparatos estatais de controle, normatização e intervenção no espaço urbano, elegendo o setor de obras municipais como o espaço privilegiado de ação dos "urbanistas" da cidade. É preciso construir todo um esqueleto de articulação entre as diversas partes da cidade (abertura de vias, calçamento, implantação de infra-estrutura de água e esgoto, etc), reprimir usos do solo considerados impróprios, sanear várzeas para viabilizar sua ocupação e, tarefa de todas a mais complicada, estabelecer normas e critérios (standards) para a execução e

[72] Ver a esse respeito: BACELLI, Roney. "A presença da Cia City em São Paulo e a implantação do primeiro bairro jardim (1915-1940)" (1982).
[73] ROLNIK, 1997, p. 134.

provimento de serviços básicos para a população; enfim, um trabalho tanto maior quanto maior fosse o ritmo de crescimento da São Paulo das primeiras décadas[74].

Ora, mesmo se o "ocasional" favorecimento de interesses particulares, nos projetos de intervenção no espaço urbano, não constituíam necessariamente atos abertos de corrupção, deve-se admitir que as práticas da municipalidade serviram para dar proteção legal e institucionalizar distinções espaciais, tendo em vista a valorização de terrenos urbanos[75], direcionando recursos preferencialmente para as áreas onde houvesse os maiores investimentos privados, ou estivessem destinados a um alto valor simbólico. Tudo ocorre como se os investimentos privados produzissem os "problemas urbanos" - aos quais a municipalidade precisava oferecer soluções -, decidindo de fato o rumo dos investimentos públicos. De qualquer modo, a consciência de se estar nadando a favor da corrente, significou considerável reforço de legitimidade para os engenheiros municipais. É certo, na medida em que engenheiros ocupam postos nas repartições técnicas municipais e estaduais, essas posições propiciam algumas condições para uma maior autonomia do "pensamento urbanístico" em relação ao campo da política e do poder[76]. No entanto, ao "naturalizar" o processo de crescimento urbano, os engenheiros municipais "naturalizam" também os lucros privados decorrentes das ações da municipalidade.

Anhaia Mello apresenta um exemplo disso, no mesmo artigo publicado na Revista Politécnica, datado de junho de 1927, ao mencionar a prática através da qual a prefeitura pagava aos proprietários por pequenas faixas de terreno, necessárias para alargamentos de vias, valorizando o restante da propriedade, isto é, pagando para valorizar propriedade alheia:

---

[74] Para uma análise quantitativa desse crescimento demográfico ver SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. 1968. Para uma idéia da evolução da mancha urbana de São Paulo, ver a coleção de mapas apresentada por Raquel Rolnik em *A Cidade e a lei* (ROLNIK, 1997).

[75] Não que estivesse excluída a possibilidade de confrontos ocasionais entre o poder público e as empresas concessionárias, como atestam as críticas e a ação de Victor da Silva Freire, quando diretor de obras na gestão do conselheiro Antônio Prado na prefeitura. Porém, tudo leva a crer que a noção de que seria condenável determinar valorizações de terrenos através de melhorias realizadas pelo poder público, estava ausente das consciências. São Paulo ainda parecia em estado embrionário, passando por processos de especialização e diferenciação de suas partes e nada mais normal que o Estado agir no sentido de, "cientificamente" promover uma aceleração desse desenvolvimento.

[76] Esse parece ser o ponto de vista de Marcos Antônio Osello, em seu "Planejamento urbano em São Paulo (1899-1961)" (1983).

" Com a avenida de São João e Praça Patriarca a Municipalidade gastou cerca de 20 mil contos de réis.

"Transformou uma viela tortuosa em uma bela avenida asfaltada, iluminada, arborizada; deu fachada sobre uma praça de circulação a uma série de prédios antes encurralados nos becos cujos remanescentes constituem ainda o triângulo central.

"As mínimas parcelas de terrenos necessárias a estes melhoramentos foram pagas e muito bem pagas pela municipalidade aos felizardos proprietários: fundo de quintais de valor nulo, absolutamente nulos viram desabrochar de um dia para outro na sua frente uma belíssima artéria radial, como um sonho das mil e uma noites: terrenos que não valiam 20$000 o m2, passaram a valer 300$000 e mais; míseras portas onde antes messalinas de aluguel estadeavam a sua corrupção valem hoje 4:000$000 mensais, fora luvas e mais.

"O bom senso não está, pois, a todos nós diante destes fatos que é necessário, imprescindível que aqueles que foram diretamente beneficiados no negócio contribuam também diretamente para o pagamento das despesas que esse melhoramento acarretou?" ("Problemas de Urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento", p. 344-5)

Anhaia cita a avenida São João e a praça Patriarca. Posteriormente, já nos anos de 1930, poderia, se quisesse, mencionar o caso da avenida Nove de Julho, perna do "sistema Y", do Plano de Avenidas de Prestes Maia, que, iniciada ainda durante a gestão de Fábio Prado na prefeitura de São Paulo (1934-7), viabilizou comercialmente o empreendimento Jardim América da Cia. City ou, casos parecidos mas diversos, as manipulações das linhas de bonde da Light que, ligando loteamentos afastados ao centro da cidade, operavam valorizações em toda a zona intermediária entre um e outro. Poderia ainda indicar como o Plano de Avenidas e a solução "técnica" radial-perimetral que implicava, serviu tanto para defender os bairros exclusivos das classes abastadas, quanto para afastar as demandas habitacionais dos trabalhadores para as periferias longínquas, produzindo valorizações gigantescas, ao abrir vias de acesso rápido aos novos loteamentos[77].

Tais "pressupostos" admitidos ou não pelos técnicos encarregados de "planejar" a evolução urbana de São Paulo, teriam no urbanismo de Anhaia Melo, senão propriamente um inimigo irreconciliável, ao menos, um freio em potencial, um

empecilho. Ao distinguir no interior do urbanismo um conteúdo de "fins" (para os quais a Comissão do Plano da Cidade seria a guardiã), dos simples "meios técnicos" dominados pelos engenheiros da prefeitura[78], Anhaia Mello intencionava quebrar com a lógica através da qual, as iniciativas do poder público (setor de obras municipal) sempre corriam atrás dos problemas urbanos, consagrando, desse modo, certos padrões de crescimento e ocupação urbanos tidos como "naturais", quando eram na verdade, produto de intenções e iniciativas privadas. Longe de adequar-se às tendências "naturais" de crescimento urbano, dando solução aos problemas delas decorrente, Anhaia propunha modos de subjugá-las, impondo ao "organismo urbano", um sentido para seu desenvolvimento.

Todavia, essa intenção de fundo (consubstanciada na própria "árvore do urbanismo") foi freqüentemente apagada pelas iniciativas mais pontuais, dirigidas contra problemas esparsos, isto é, freqüentemente ocorreu da integridade da "árvore" ter sido quebrada. As experiência de Anhaia Mello relacionadas a propostas de legislação pareciam sempre ganhar em um ponto, para perder em outro. A lei de restrição aos loteamentos irregulares não os impediu, antes, criou loteamentos e áreas urbanas clandestinas. No curso das transformações das quais foi objeto, a lei de restrição aos arruamentos acabou suportando a figura das "ruas particulares"[79], isto é, ruas de propriedade particular em relação às quais o estado desobrigava-se de fornecer qualquer infra-estrutura. Na década de 50, a limitação do índice de aproveitamento do solo, de limitação à construção vertical, tornou-se uma força de espraiamento horizontal da cidade, com discreta efetividade no controle da especulação imobiliária. Tomando-se as iniciativas com as quais Anhaia imaginava intervir "diretamente" no espaço urbano, as especificidades de suas posições obscurecem-se um pouco. Tudo parece resumir-se à luta entre os que desejam brecar o crescimento da cidade e os que desejam incentivá-lo. Aqui é preciso apenas admitir, a cidade cuja expansão ele queria controlar escapava por entre seus dedos; os inimigos da cidade prevaleciam contra todas as prevenções - mas quem de fato seriam seus inimigos?

---

[77] MARINS, Paulo César Garcez "Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras" In: SEVCENKO (org.), *História da Vida Privada no Brasil vol. 3* (1998, p. 189).

[78] "Muitos pensam que o Urbanismo é apenas um problema para engenheiro e confundem ciência tão bela e vasta com a simples técnica de engenharia municipal" (PUBRPT, pág. 6).

[79] ROLNIK, 1997, pp. 49-50.

Os textos de Anhaia Mello parecem ressentir-se de uma dificuldade de nomear seus adversários, na medida em que se alguns eram bastante visíveis, como os monopólios da Light and Power, outros se espalhavam pelo conjunto de cidadãos respeitáveis que esperavam tirar maiores ou menores rendas da propriedade de seus imóveis, cidadãos esses que deveriam ser confrontados com bastante cuidado. Quantos ele mesmo não encontrava pelas ruas ou vinham assistir suas palestras? Em boa parte, seriam eles afinal que comporiam as bases de sustentação do urbanismo. Nisso, a pregação urbanística de Anhaia Mello toma a forma de uma verdadeira empresa de conversão aos gentios. No artigo de apresentação e fundação da Sociedade Amigos da Cidade (1933), o urbanista perguntava-se:

> "Terá porventura, inimigos a Cidade?
>
> "Não tem inimigos declarados; terá por certo inimigos descuidados; cidadãos que, nas suas relações com a cidade, consideram apenas o próprio interesse - que admitimos muito respeitável - deslembrados, porém, de que estão muitas vezes atentando contra o interesse coletivo, em qualquer hipótese, muito mais respeitável". ("A sociedade Amigos da Cidade e sua função no quadro urbano", p. 263).

A enunciação da cidade ideal não levava em conta as limitações estruturais da economia paulista, no sentido de absorver os desempregados, nem mesmo as limitações decorrentes da instabilidade e precariedade dos processos produtivos, administrativos e financeiros da indústria paulista, confrontada com dificuldades constantes de crédito[80], muitas vezes de fornecimento de matérias primas ou de maquinarias[81] e até mesmo, eventualmente, de energia motriz[82], bem como a ausência de uma legislação trabalhista. Tais estrangulamentos criavam um contingente populacional sem direitos civis, sem representação política e destituída de meios

[80] Para se ter uma idéia do ponto de estrangulamento do crédito, basta verificar o montante de encaixe exigido ao longo da década de 20.

[81] Tais dificuldades poderiam ocorrer de dois modos: ou a depreciação cambial do mil réis onerava em demasia as matérias primas importadas - embora abrisse o mercado interno -, ou a carência de divisas impedia simplesmente as importações. É preciso lembrar também as dificuldades decorrentes do período da guerra e os desdobramentos do crash de 1929.

[82] Isso ocorreu por exemplo durante a seca de 1924/5.

materiais de comprar um lugar na cidade legal e, principalmente, sem sentido econômico para os interesses do setor externo da economia[83].

Ao olhar para a experiência urbana que se configurava nas primeiras décadas, Anhaia parecia ver nada mais que o vazio, o atraso, a ausência, o desorganizado/ inorgânico, a inexistência de uma educação cívica[84], quando o que ele tinha diante de si era o espetáculo da vigência de um projeto hegemônico, para o qual as populações urbanas não tinham sentido nem lugar, e que a um só tempo, criava a exclusão de amplos contingentes populacionais e as forças econômicas especializadas em retirar rendimentos dessa situação de exclusão. Tudo ocorre como se a incapacidade do projeto hegemônico de incluir as demandas sociais daqueles que não possuem vínculos diretos com sua base econômica e ideológica, faça aparecer não apenas os limites da hegemonia, como também agentes especializados em abrir brechas através das quais as populações excluídas possam sobreviver nas fimbrias do projeto hegemônico.

De certa forma, é esse o mercado dos loteadores clandestinos nas grandes metrópoles. Nelas, a tentativa de criação de um espaço racional, sujeito à regulamentação e controle, respondia aos ditames de projetos muito particulares, vinculados à idéia de implantar uma sociedade de padrões civilizacionais europeus, sim, mas especialmente de consagrar privilégios e distinção sociais. Ora, isso chocava-

---

[83] Evidência disso é a passagem seguinte extraida do livro ***Trabalhos na constituinte*** de Cincinato Braga (1934) e que mostra um pouco a visão de um representante dos "interesses de São Paulo" em relação às populações urbanas, embora ele se refira diretamente apenas ao Rio de Janeiro: "O Rio de Janeiro é um núcleo artificial de população parasitária. Vive do que de fora lhe fornecem: pouco do país, muito do estrangeiro (...) É um centro de consumo, não um centro de produção. (...) Isto é de todos os tempos da história. Dinheiro acumulado nas mãos do governo central ou derrete-se como açúcar n'água, mercê do favoritismo burocrático, ou é empregado em obras voluptuárias para brilho dos governadores" (citado por SALIBA, 1981, p. 57). Se se lembra que tal concepção que opõem as classes produtoras (no Brasil, aquelas relacionadas ao setor agrícola de exportação) às classes parasitárias (no Brasil, as populações urbanas), tinha como complemento natural a oposição "indústria natural"/ "indústria artificial" (dadas as condições "mesológicas" do Brasil, agricultura e indústria de transformação respectivamente), fica claro o pouco sentido que as populações urbanas apresentavam para os portadores da consciência hegemônica da primeira república. Eram antes ameaças que partícipes. Diante desse quadro, que direitos poderiam ser legitimamente exigidos por essas populações?

[84] Em "Problemas de urbanismo - mais uma contribuição para o calçamento" (junho/ 1927), artigo publicado na Revista Polytechinica, Anhaia Mello explicaria a razão da pouca efetividade dos trabalhos urbanísticos no Brasil: "Aqui se tem feito apenas urbanismo teórico, projetos, relatórios, boa vontade.

"E o fato é perfeitamente explicável.

"Não se pode cogitar de por em prática um projeto qualquer porque **faltam** o suporte material apropriado à realização das **aspirações da cidade** e **educação urbanística no público em geral** para facilitar a **compreensão e a submissão** às exigências inelutáveis da cidade moderna" (pág. 345)/ (grifo do pesquisador). Notem-se a explicação pela "falta", a cidade como sujeito que aspira a e exige algo, ao qual o "público" deve "compreensão e submissão".

se frontalmente com as próprias bases econômicas de sobrevivência material das populações que se vão consolidando com o processo de industrialização e metropolização de São Paulo. O processo é coroado com a exclusão dos que se apresentam sem condições econômicas de viver segundo os padrões formais. É desse modo que o projeto hegemônico cria a um só tempo os excluídos da cidade formal e figuras como a dos loteadores clandestinos, responsáveis por propiciar localização a uma população clandestina para a ordem legal, hegemônica.

Sobretudo, Anhaia não enxergava que a razão da "desordem" urbana não se encontrava na ausência de uma "educação urbanística", mas nos fenômenos correlatos de transformação do espaço urbano em área de exploração econômica e criação de uma grande massa de excluídos sem rendimentos suficientes para comprar um espaço na "cidade legal". O que para o paradigma urbanístico era desordem, desorganização, desordenamento, era de fato tanto a organização da exploração econômica, a ordem da espoliação urbana, quanto, na outra ponta, as práticas de sobrevivência de um contingente populacional sem sentido econômico para os interesses do setor hegemônico da economia. Porém, restava-lhe alguma outra possibilidade? Partindo de uma correlação de forças sociais que lhe era altamente desfavorável, Anhaia Mello jogou com as armas que tinha nas mãos: tentou mobilizar o reconhecimento que lhe era devido no interior da esfera técnica, para agrupar em torno dele uma diminuta elite, encarregada de construir um sujeito coletivo - "opinião pública" - que sustentasse o poder das instituições urbanísticas. Visava-se uma virada de jogo, uma expropriação dos poderes de dispor sobre o espaço urbano, poderes que se encontravam então dispersos entre os diversos agentes sociais: proprietários, especuladores, funcionários de órgãos do estado, edis, empresas de capital privado, etc.

IV. Urbanisme, city planning, town planning, civic art, der Städtebau: a árvore do urbanismo acolhe a técnica *e*strangeira.

"Constitui uma revelação cotejar o 'Dom Quixote' de Ménard com o de Cervantes. Este, por exemplo, escreveu ('Dom Quixote, primeira parte, nono capítulo'):

... a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

Redigida no século dezessete, redigida pelo 'engenho leigo' Cervantes, essa enumeração é um mero elogio retórico da história. Ménard, em compensação, escreve:

... a verdade, cuja mãe é a história, êmula do tempo, depósito das ações, testemunha do passado, exemplo e aviso do presente, advertência do futuro.

A história, mãe da verdade; a idéia é espantosa. Ménard, contemporâneo de Willian James, não define a história como uma indagação da realidade, mas como sua origem. A verdade histórica, para ele, não é o que sucedeu; é o que pensamos que sucedeu. As cláusulas finais *exemplo e aviso do presente, advertência do futuro* - são descaradamente pragmáticas".

Borges. "Pierre Menard, Autor do Quixote", pp. 36 e 37.

IV

Anhaia Mello opera em seus textos traduções e transposições da literatura urbanística norte-americana e européia que tinham como produto, a sobreposição de tipos de abordagem e "escolas" urbanísticas díspares. Ao optar pelo uso de uma expressão que se difundia com rapidez nos meios técnicos, como era o caso de "urbanismo"[85] - com toda sua carga inevitável de ambigüidades - Anhaia preparava sua entrada na disputa pelo conceito, a um só tempo, aproveitando-se das facilidades dadas à comunicação pela palavra conhecida, e recobrindo-a de novas conotações as quais tendiam a assimilar as demais. Pelo termo "urbanismo"[86] traduzia tanto o "town planning" dos ingleses, como o "city planning", preferido pelos norte-americanos ou,

[85] Tradução do neologismo francês "urbanisme", o termo, nos meios técnicos paulistas, segundo Maria Cristina Leme (LEME, 1996, p. 248), aparece pela primeira vez em 1918, no artigo "Códigos sanitários e posturas municipais sobre habitação (alturas e espaços). Um capítulo do urbanismo e de economia nacional", de autoria de Victor da Silva Freire, publicado pelo ***Boletim do Instituto de Engenharia.***

[86] Antes do uso de "urbanismo", o termo "melhoramentos" servia para referir intervenções tópicas ou de grande escala sobre o espaço urbano, sendo utilizados como sinônimos em muitas ocasiões, posteriormente. Nessa acepção, "urbanismo" deslizaria continuamente do pólo da Arte para o da Técnica, alimentando diversas polêmicas entre arquitetos e engenheiros, como as que se observam no Rio de Janeiro, nas quais brilhou a ironia de José Mariano. Anhaia condenaria seguidas vezes tal uso, falando por exemplo da confusão que alguns faziam entre a "vasta ciência do urbanismo" e "simples técnicas de engenharia". O urbanismo de Anhaia Mello tendeu a recusar a polarização, colocando-se em um patamar superior a ela, como síntese.

menos freqüente, o "der Städtebau" da literatura alemã, com clara tendência para privilegiar as experiências norte-americanas, entretanto.

Em "Urbanismo e suas normas para organização de planos"(1933), Anhaia Mello tentaria desembaraçar-se desse problema, procurando precisar o significado exato da palavra "urbanismo". Constatando que a palavra, empregada no próprio título do artigo, fora consagrada pelo uso, traça um espécie de linha evolutiva para essa "ciência - e arte": em seus inícios, ela houvera cuidado da "coordenação adequada das diversas fases do desenvolvimento cívico, afim que a cidade crescesse de forma melhor ordenada, e com dispositivos próprios à vida, trabalho e recreio do cidadão".

É nessa fase inicial que surgem nomes como "city planning" ou "town planning", o "städtebau". Tais noções, segundo Anhaia, possuiriam a desvantagem de darem a idéia de "simples traçado de plano de cidade, apenas cidade", ou do fato material da construção da cidade. Elas diriam respeito unicamente ao que os romanos designavam pela palavra "urbs", do qual viriam o neologismo francês "urbanisme" e o "nosso" urbanismo. À "*urbs*", Anhaia Mello contrapõe "*civitas*" que se referiria já à organização social e política, às instituições, às sociabilidades. Insinuando a pretensão a uma síntese de *urbs* e *civitas*, Anhaia pretende tomar partido por uma concepção ainda mais abrangente[87]:

> "Mas, o que preocupa os urbanistas não é apenas o fato material, geográfico, que é a cidade, mas também, e principalmente, os fatos antropogeográficos e sociais, de ação e reação humana no ambiente geográfico.
>
> "Não deve ser apenas, pois, apenas um estudo do substrato material da sociedade, da morfologia social; mas o estudo da própria sociedade humana em sua ambiência histórica". (Urbanismo e suas normas...", p. 209).

[87] "Urbanismo e suas normas...", (MELLO, 1933: p. 209).

Introduzindo o tema da adaptação de agrupamentos humanos, portadores de acervos culturais particulares, ao ambiente geográfico, Anhaia convida sociólogos, antropólogos, geógrafos, etc, para se agruparem em torno do "urbanismo" e constituírem um "saber" acerca das populações aglomeradas, que permitisse "(...) dotar esse ser moral coletivo, que é a comuna, com um órgão adaptado às suas necessidades e às aspirações e idéias do tipo social a que ela pertence" ("Urbanismo e sua normas...", p. 210). A contrapartida dessa concepção que procurava representar o real, para dar-lhe instituições adaptadas a ele - retórica comum aos "ideólogos autoritários" dos anos de 1920 e 1930[88] -, parece ter sido a tomada de partido por uma concepção de urbanismo que pretendia proteger esse "ser moral coletivo", controlando as injunções que, vindas de fora, ameaçavam contudo sua existência. Aqui toma relevo a idéia de planejamento regional e nacional que passava tanto por medidas de descentralização de investimentos industriais quanto por propostas de fixação das populações em suas regiões de origem.

Nenhuma obra de urbanismo poderia resistir aos influxos maciços de migrantes que procuravam fixação nos grandes centros urbanos. Era preciso, pois, que o urbanismo se libertasse dos limites da cidade para organizar seus arredores, primeiro, depois, a região da qual era centro, e por fim, o país, quiçá, o mundo. O planejamento regional ou nacional - que incluía os fatos econômicos, industriais, agrícolas, etc. - ocorre como uma necessidade da preservação das sociabilidades humanas no contexto da ordem urbana. Era preciso controlar os fatores externos às cidades, mas que pesavam sobre ela. Almeja-se então uma vida urbana que tenderia a uma espécie de estabilidade, quase de imobilidade, o que parece antes de tudo, um modo de preservar valores. Tal tarefa de conservação da "comunidade"[89], seria desempenhado pelos diversos conselhos de sábios abnegados, praticantes do credo "urbanístico" que deveriam em cada nível de intervenção elaborar o "plano" respectivo. Tal compromisso com o ideário do planejamento tanto indica a sintonia entre as propostas de Anhaia Mello e a evolução do *scientifique management* e das teorias tecnocráticas

[88] Cf: LAMOURNIER, Bolívar. "Formação de um pensamento autoritário na primeira República: uma interpretação". In: FAUSTO. Boris. ***HGCB/ T. III. O Brasil Republicano (Sociedade e instituições 1889-1930)***, São Paulo, Bertrand, 1990 (4ª. ed.).

[89] Evidente, não se trata aqui do conceito weberiano, que faz da "comunidade" um agrupamento humano no qual prevalece a pura harmonia, sem competições ou divisões. "Comunidade" aqui é mais uma referência de uma certa imagem idílica que Anhaia Mello encontra na vida urbana ideal.

nos Estados Unidos, quanto suas conexões com as teorias, entre outros, de Alberto Torres, que pretendia organizar a nação, estabilizando, por exemplo, as relações entre campo e cidade.

Sobre o conteúdo específico dos "planos", Anhaia pouco, ou quase nada diz. O sentido da sua posição de urbanismo parece referir-se mais a uma organização diferenciada do poder. Ao mesmo tempo em que reforça as prerrogativas do Estado - planejamento econômico, poder de regulamentar a propriedade, etc. - as esvazia, instituindo os conselhos de sábios como poder paralelo e superior ao Estado que, embora não sendo eletivos, haurem poder e legitimidade de esquemas quase plebiscitários, mediados pelos meios de comunicação de massas. Esses "conselhos" imprimiriam direção e sentido ao aparelho burocrático, sem implicar necessariamente em uma quebra da ordem constitucional. Anhaia nunca foi revoltoso, nem revolucionário. Em um texto de 1941, chegaria a falar de um "quarto poder", o qual teria como função harmonizar a exagerada instabilidade dos poderes legislativo e executivo, com o conservadorismo excessivo do judiciário. Anhaia o nomeia de "poder diretivo", o organismo responsável por traçar planos "fundamentais que harmonize em esforço unidirecional as ações coletivas" ("Planejamento e governo urbano", 1941, p. 18-9). Ora, um "quarto poder" parece possuir um duplo poder de evocação: de uma imagem da imprensa norte-americana e de uma interessante invenção política possivelmente apenas posta em prática no Brasil, o "poder moderador". Instrumento de adequação das leis à "realidade" que muda continuamente, e de conservação da "ordem" diante da "anarquia democrática", o "quarto poder" de Anhaia Mello indicava o arrojo e a ambição do poder reivindicado para o "urbanismo".

Desse modo, a imagem da "árvore" aparece como a estrutura organizadora do urbanismo de Anhaia Mello. Ela funcionava como uma espécie de estrutura de recepção dos instrumentos urbanísticos experimentados no estrangeiro, bem como de mediação entre aqueles e o oxigênio mental respirado pelas elites intelectuais brasileiras. No limite, qualquer partido urbanístico que se integrasse harmoniosamente à "árvore do urbanismo" seria bem aceito, o que a tornava um formidável instrumento de síntese de objetos heterogêneos. Isso permitiria ainda a Anhaia transitar sem problemas por autores com declaradas antipatias mútuas. Assim aparecem em seus textos, Camillo Sitte e um de seus maiores detratores, Le Corbusier; um crítico de

Corbusier como Gaston Bardet (ambos em um mesmo texto); Raymond Unwin, Alfred-Donat Agache, Geddes e Lewis Munford, de linhas semelhantes entre si, mas desafetos ou antagonistas de Corbusier e, com exceção do primeiro, sem grandes relações com Camillo Sitte, etc.[90]

Tal dinâmica de escrita, que incorpora aos próprios textos uma produção prático-teórica que evolui e se acumula com rapidez, se, no que concerne às questões pontuais, dificulta a identificação do que há de continuidades e rupturas no pensamento de Anhaia Mello, em um nível mais abrangente, sublinha uma grande continuidade: qualquer que sejam os instrumentos e soluções técnicas postos em causa: eles devem ocorrer no contexto de uma estrutura que lhes é superior e que articula o domínio sobre uma opinião pública, o poder de uma instância portadora do ideal de cidade desejável e uma legislação que legitima o exercício de poder em busca da realização do ideal urbanístico.

É na integridade da "árvore do urbanismo" que residia o que havia de específico em Anhaia Mello, coisa que o torna difícil de situar no interior da história do urbanismo paulistano, das primeiras décadas do século. Ao lado dos planos de remodelação urbana de 1910 e 1911, das reformas do prefeito Raymundo Duprat, da evolução da idéia do "Ringstrasse" ou "périmètre de rayonement" presente nos estudos dos técnicos da prefeitura, de Freire a Prestes Maia, - que culminará no Plano de Avenidas de 1930 - o urbanismo de Anhaia Mello, que tem nas idéias lidas ou faladas seu principal instrumento de ação, parece destinar-se a um lugar apagado e discreto. Desse modo, a "árvore do urbanismo" de Anhaia Mello pode ser vista como uma forma de recepção do urbanismo divergente, em relação ao que de mais comum se observa nas três primeiras décadas do século.

À enorme difusão de traçados urbanos espelhados na Paris remodelada por Hausmann, processo que se assiste ainda em 1904, por ocasião das reforma urbanas do

[90] Vários manuais de "Urbanisme", "town planning", ou com alguma outra denominação, difundiam-se com relativa rapidez nos meios técnicos paulistanos. Livros como ***Town planning in practice*** (1916) de Unwin, ou ***Comment réconstruire nos villes détruites*** de Agache, estavam ambos disponíveis nas livrarias paulistanas, no decorrer da década de 20. A leitura dos dois livros, em particular, foram bastante recomendados por Anhaia Mello em textos como "Um grande urbanista francês: Donat-Alfred Agache" (1927), chegando o livro de Unwin a ser chamado de "bíblia do urbanismo".

Rio de Janeiro, sucede-se um movimento de exportação de "urbanistes" e manuais de urbanismo, em especial para as áreas periféricas da Terra, para as colônias e ex-colônias dos grandes impérios. Por meio deles, planos de "extention et aménagement", mas também projetos de cidades novas passam a ser executados da Austrália ao Marrocos, passando por Buenos Aires, Rio de Janeiro e Havana. - Não será por outro motivo que Gaston Bardet se lamentava de - apesar desse grupo de urbanistas franceses fundar o urbanismo como uma ciência com métodos cognitivos e um leque de instrumentos de intervenção prática sobre o espaço -, não poder encontrar na França suas melhores realizações[91]. - A maneira como ocorre essa "importação" de profissionais, que aplicam técnica e arte próprias para a resolução de problemas urbanos, ou na construção de cidades de traçados europeus ao lado de ou sobre antigas aglomerações nativas, produzia uma imagem do urbanismo como uma profissão especializada na confecção de planos e esquemas gráficos urbanos. Pari passu, os nomes de Eugène Hénard, Donat-Alfred Agache, e outros, aparecem com freqüência na literatura técnica, acompanhados de vienenses como Stübenn ou norte-americanos como Robinson.

A concepção de urbanismo como plano de melhoramentos, expansão e embelezamentos urbanos, que toma a cidade como um todo, reforçava-se ainda com a divulgação nos meios técnicos nacionais de manuais de urbanismo como o livro de Camillo Sitte, ***Der Städtebau nach seignen künstlerischen Grundsätzen*** (1889)[92], ou de sua edição francesa, na verdade uma recriação da obra pelo arquiteto suíço Camille Martin. Esta, mais do que o original, esboça em suas páginas os contornos de uma nova figura profissional feita da conciliação da arte com a técnica, das exigências

---

[91] ver BARDET (1990, p.31). Muito antes e muito longe de Bardet, em 1911, na cidade de São Paulo, Victor da Silva Freire não deixava de notar o contraste entre a então reconhecida capacidade profissional dos técnicos franceses, o prestígio que os cercava nos congressos internacionais e nas obras estrangeiras; e os problemas urbanos que marcavam Paris. Freire atribui às características de sua gestão municipal, que permitia a ascensão de incompetentes aos cargos de edis, preocupados apenas em ascender a uma posição superior, a raiz desses problemas (FREIRE, 1911, p. 95-8). Posteriormente, Anhaia, em suas conferências de 1928, mencionaria a ausência do "elemento psicológico" como causa para o fracasso da boa lei francesa de urbanismo, a lei "Cornudet", de 1919 (PUBRPT, p. 102)..

[92] o livro com o título de ***L'art de batîr les villes - notes et réflexions d'un architecte***, publicado em 1918, exerceria enorme influência sobre o meio técnico paulista e brasileiro. Não que o ***Der Städtebau*** original fosse desconhecido no meio técnico brasileiro. Já em 1911, o diretor de obras da capital Victor da Silva Freire, publicava na Revista Politécnica o texto "Melhoramentos de São Paulo", no qual

estéticas com as necessidades funcionais[93]. De qualquer modo, uma noção muito difusa de urbanismo passa a ser motivo de disputas entre profissionais da engenharia e da arquitetura a partir da segunda década do século em São Paulo. Entre esses dois pólos, há entretanto uma concordância de fundo: ramo da arte ou da engenharia, o urbanismo vinculava-se ou a simples técnicas de administração municipal, ou à uma prática de intervenção que tem no desenho do "Plano" seu principal instrumento[94] e, em engenheiros ou arquitetos, seus agentes privilegiados.

A partir da segunda década do século, as grandes cidades norte-americanas atraem a atenção dos técnicos brasileiros, mas também da população em geral, hipnotizada pelas imagens cinematográficas produzidas em Hollywood. Nomes de arquitetos ou "city planners" como os de John Burnhan, Frank Lloyd Wright, Munford Robinson, Lewis Munford tornavam-se comuns nos textos de época, não é claro, na mesmo proporção que se disseminava a fama de cidades como Chicago, New York ou da própria Hollywood. Se as realizações dos city planners norte-americanos difundem-se nos meios técnicos nacionais, são sempre imagens muito "desenraizadas" que delas se tem. Ao se admirar os arranha-céus (sky scrapers), as grandes reformas de Chicago ou o "Regionnal planning" nova-iorquino, esquecem-se freqüentemente o substantivo movimento social que, nesse país, orbitava em torno das reformas urbanas, segundo os princípios do "city planning". Sobre essa questão que une movimentos por reformas urbanas às pesquisas científica sobre os fenômenos urbanos nos EUA das primeiras décadas dos século XX, Christian Topalov, em um trabalho sobre as "National Conferences on City Planning" escreveria:

> "Dans de nombreux cas, ces mouvements acconpagnent l'emergence de nouveaux groupes profissionnels, comme par exemple les travaillers sociaux, les experts en organisation du travail ou en administration municipale. Bien que ces entreprises soient spécialisées, elles sont étroitement liées entre elles. Ce sont pour une large part les mêmes milieux qui les

[93] cf: ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. "Camillo Sitte, Camille Martin e Saturnino de Brito: traduções e trasferências de idéias urbanísticas" In PECHMAN & REBEOUL, 1994.

[94] Fornecendo objetos para uma história do urbanismo como sequência de projetos sobretudo viários ou cenográficos. Enumeram-se assim, para o caso de São Paulo, a construção dos viadutos de ligação entre a colina central e a "cidade nova", os projetos da avenida Paulista, dos bairros aristocráticos, chegando até a alguns marcos como são os planos de maior fôlego: o apresentado por Alexandre Albuquerque, o de Victor da Silva Freire, sobre a urbanização do Vale do Anhangabaú e desafogo do trânsito na região central e finalmente o Plano de Avenidas de Prestes Maia.

> animent: dans chaque ville importante comme au niveau national, on peut observer ainsi une <<nébuleuse réformatrice>> dont l'intervention sociale est multiforme. Les professions fournissent aux mouvements réformateurs une légitimeté scientifique et des techniques d'action rationnelle, en même temps qu'elles s'appuient sur eux pour se constituer et se voir reconaître une legitimeté sociale" [95].

No século XIX europeu, a concentração de seres humanos, capitais e indústrias no espaço das cidades, faz-se de uma forma descontrolada e inédita na história humana. Essa constelação acirrava as tensões sociais de uma forma especialmente ameaçadora ao degradar a um ponto máximo a qualidade de vida das populações convertidas em proletariado industrial, ao mesmo tempo em que, devido à essa própria forma desordenada de crescimento, ameaçava todo e qualquer investimento de capitais em negócios urbanos. As mobilizações das "classes perigosas" somadas ao aumento da criminalidade e das "doenças" sociais como alcoolismo, loucura, etc, a partir da segunda metade do dezenove, geram, nos camadas dirigentes do Estado e ao longo da opinião pública, uma enorme demanda tanto por instrumentos cognitivos que tivessem sucesso em representar o fenômeno urbano, mostrando-lhes o que estava acontecendo de fato - é a época das "fisignomias" dos tipos humanos metropolitanos -, quanto por projetos de reforma e "regeneração do espaço urbano".

Conhecer e controlar o espaço urbano e esse fenômeno inteiramente inédito de concentração populacional nas cidades industriais metropolizadas, converte-se na obsessão das camadas dirigentes dessa formação sócio-cultural que mais tarde será referida como "Ocidente" (Europa e seus prolongamentos americanos: os EUA), mas também ensejam o surgimento de filantropos, reformadores e mesmo revolucionários que propunham transformações do espaço como modo de transformar as relações sociais capitalistas ou, ao contrário, viam na superação do capitalismo o único modo de solucionar os problemas da insalubridade de um espaço urbano produzido pelo capital[96].

Podem ser observados, então, dois fenômenos inter-relacionados: por um lado, a formação de um jogo de alianças entre segmentos da sociedade civil, meio acadêmico

---

[95] TOPALOV. 1987. pag. 139.
[96] Caso particular de Engels.

e os poderes estatais. A cidade passa a ser explorada por métodos quantitativos97, que por sua vez, orientam o poder público em suas ações sobre o urbano[98].

O surgimento da disciplina urbanística nos EUA de finais do XIX e inícios do XX, mas também de uma forma algo parecida na Europa Ocidental, estaria condicionada, pois, por redes de aliança que reuniam sujeitos sociais com interesses diversos, desde grupos profissionais detentores de prerrogativas supostamente atribuídas pelas instituições científicas, até movimentos de protesto político, passando por gestões municipais e interesses industriais desejosos de burlar alguns impedimentos derivados do jogo político, exibindo justificações "científicas" para a tomada de certas medidas de administração urbana.

Por outro lado, assiste-se a ação dos visionários responsáveis pela codificação dos temas que engendrarão a ciência urbanística[99]. De qualquer modo, o diferencial entre a ciência do urbanismo que se codifica e se institucionaliza a partir das últimas décadas do XIX, e as práticas dos "construtores de cidades" que são encontrados em todas as civilizações, parece ser a pretensão da ciência novecentista de descobrir as leis de crescimento urbano para controlá-lo e solucionar os problemas dele decorrentes[100]. Organismo complexo, a cidade estaria sujeita a procedimentos curativos análogos aos utilizados pela medicina em relação aos organismo animais. Primeiro se diagnostica o mal, procurando em sua história suas raízes, para depois se propor uma terapêutica, que prepara a cidade para seu desenvolvimento posterior ou então, recorre-se a modelos de cidades ideais e tenta-se conformar a cidade real à ideal[101].

---

97 Nesse caso, podemos citar os franceses Lavasseur e Legoyt, como iniciadores da utilização de estatísticas para a formulação de leis de crescimento das cidades, e decisiva influência nos trabalhos posteriores de Adna Ferrin Weber (CHOAY, 1992).

98 DELLE DONNE, 1979, p. 97.

99 A lista é longa. Ao acaso vêm a mente os nomes de Charles Fourier (1772-1837), Robert Owen (1771-1858), John Ruskin (1818-1900), Camillo Sitte (1843-1903), Ebenzer Howard (1850-1918), Patrick Geddes (1854-1932), etc. Todos eles aparecem na coletânea de Françoise Choay ***O Urbanismo*** (1997), no qual são catalogados em relação ao duplo de tipos ideais criados pela autora (progressistas/ culturalistas). Uma abordagem diferente aparece em ***Cidades do Amanhã*** de Peter Hall (1996), uma verdadeira gramática de temas do urbanismo.

100 Ou como expõe um autor radicado no Rio de Janeiro que, valendo-se de Joyant e Stubben afirma: "(...) o urbanismo só surgiu quando o homem sentiu a cidade como uma máquina humana, funcionando harmoniosamente" (MARIANO, ***Urbanite Aguda***, 1929, p. 68.)

101 Os paradigmas para essas três tendências poderiam muito bem ser Patrick Geddes e sua proposta de 'regionnal survey', que procura na história da cidade as linhas evolutivas que a ligam ao presente e, por consequência, ao futuro; Camillo Sitte que projetava a cidade do passado como um modelo a ser reconstruído no presente e Le Corbusier, um defensor da destruição da cidade legada pela história e sua substituição por algum modelo de cidade fundada nas possibilidades da tecnologia moderna. Cf:

Quando se examina o contexto brasileiro, nota-se, o que era importado parecia mais um conjunto de técnicas e habilidades artísticas, profundamente desvinculados tanto dos movimentos sociais que serviam de sustentáculos, em seus contextos de produção, quanto das esperanças utópicas socialistas ou anarquistas que animavam originalmente seus criadores. De certa modo, o urbanismo chega às zonas periféricas do mundo montado sob uma aura de higiene e civilização, como arte e técnica aplicadas[102], mero instrumento supostamente científico a ser utilizado preferencialmente para a criação dessa mercadoria de luxo particular: o espaço urbanizado, higiênico, homogêneo e segregado. Desse teor é a leitura que Victor da Silva Freire[103] faz de Camilo Sitte, Éugène Hénard e Munford Robinson em 1911, defendendo o plano Freire-Guillhem, ou o uso de Eugène Hénard e Stübben por João Florence de Ulhôa Cintra na proposta do perímetro de irradiação que se desdobraria, nas mãos de Prestes Maia no Plano de Avenidas de 1930.

É sobretudo o caso do projeto Jardim América (1904), - do arquiteto inglês Barry Parker - utilização de certos princípios formais - dos quais o mais óbvio é o traçado "orgânico" das ruas - que regeram a construção das cidades jardins inglesas de Lechworth e Welwin, sem seus fundamentos sociais, definidos por seu criador, Ebenezer Howard. Ao contrário da proposta de Howard, que visava proporcionar aos trabalhadores urbanos e camadas dos setores médios - a aristocracia operária inglesa e "profissionais" - uma saída da cidade industrial degradada e encortiçada, através da construção de cidades novas, que se reintegravam ao campo mantendo as vantagens do meio urbano sem seus problemas (congestionamento, superpopulação, carência de

---

GEDDES *Cidades em Evolução* (1996); SITTE *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos* (1997); LE CORBUSIER *Plan Voisin* (1925).

[102] Anhaia Mello se mostraria adversário de ambas as posições. Se em "Aerovias e aeroportos" (1930), Anhaia, citando Jacob Crane, diria que "(t)radição e educação fizeram do urbanista um anacronismo na vida moderna", pois estando intoxicado demais com as imagens e formas das velhas cidades, não conseguiria pensar soluções que expressassem a lógica direta da vida urbana moderna; em "Introdução à estética sociológica" (1926), sua crítica dirige-se para o ensino de engenharia que privilegiaria o raciocínio em detrimento do sentimento.

[103] Freire partia de parâmetros técnicos que serviam de referência para o que seria uma fácil circulação e a boa distribuição de ar e luz. A confiança na existência de meios técnicos que poderiam realizar tais parâmetros, o levava a acreditar que uma cidade poderia crescer indefinidamente, se preservasse para seus cidadãos boa circulação, ar e luz. Essas referências se desdobrariam na apreciação tripartida dos problemas urbanos, os quais se dividiriam em: (1) Problemas higiênico que diziam respeito ao suprimento de ar e luz, expressos por exemplo tanto pela defesa da necessidade de uma proporção definida de parques verdes e áreas edificadas, quanto ao volume de ar em metros cúbicos necessários em cada cômodo de casa); (2) Problemas técnicos, referentes à rede de

habitações, insalubridade, etc.); era o Jardim América de Barry Parker um empreendimento imobiliário que, dirigido às camadas mais abastadas da cidade, lhes satisfazia os impulsos para a distinção pela venda de um bairro com padrões de sociabilidade e de urbanização europeus; bem como suas demandas por exclusividade, intimidade e segurança, proporcionadas tanto pela caráter residencial do empreendimento que excluia ou limitava qualquer outro tipo de uso do solo, quanto pelo próprio traçado de suas ruas, com sinuosidades que revelam sua intenção de expulsar dificultando o trânsito de passagem.

Ora, com a temática da "conquista da opinião pública", Anhaia marcava uma distância nada desprezível, dessas tendências de recepção do urbanismo, vinculadas a produção de valores imobiliários. A recuperação em seu discurso das bases sociais das práticas urbanísticas, visava fazer com que os "instrumentos urbanísticos" se subordinassem ao poder de sujeitos coletivos, supostamente feitos da negação de todos os interesses particulares e consequentemente portadores do sentido da comunidade: a "opinião pública". Ora, a transposição para o contexto de São Paulo desse conceito de "opinião pública", haveria de cobrar seu preço. Um certo autoritarismo parece ter sido um dos componentes viabilizadores para a recepção que Anhaia Mello faria do urbanismo estrangeiro. Uma vez posta a "cidade ideal", descoberta pelos procedimentos da ciência como referência para a ação, ao mesmo tempo tem-se em teoria, o controle dos interesses particulares, e o afastamento da possibilidade da política enquanto embate de diferenças. Por outro lado, postula-se a inorganicidade da vontade popular, tomando-se partido por uma pedagogia via comunicação de massas, e concentra-se poderes em uma instituição formada por sábios abnegados. Estes educam o público e o adaptam à totalidade das intervenções no espaço urbano ao ideal que deve ser atingido e preservado. A "árvore do urbanismo" tendia, desse modo, a uma modalidade de totalitarismo, elegendo a "comissão do plano da cidade" como o "César que as massas procuram". Em poucas palavras, a "árvore do urbanismo" de Anhaia Mello era menos um instrumento de intervenção no espaço

comunicações; e (3) Problemas estéticos. Estes últimos obrigavam que se resolvessem os dois tipos anteriores com arte (FREIRE, 1911).

urbano, que um aparato de controle social, idealmente concebido para permanecer nas mãos de uma elite de sábios, quase "santos".

O discurso técno-autoritário de Anhaia Mello, ao projetar o domínio de uma elite, portadora do sentido da evolução urbana, sobre a "opinião pública", sustentáculo da Comissão do Plano da Cidade, sublimava a ausência daquelas bases sociais que sustentavam o "city planning" nos EUA, tanto quanto o próprio clima geral de conflagração social que permeava o espaço urbano de São Paulo. A "opinião pública", este agente sem textura nem densidade, parece funcionar no discurso quase como um negativo. No entanto, não está lá apenas para mostrar uma ausência, mas pela pretenção em gerar uma espécie de "efeito de teoria", produzindo no real o objeto de que fala. Novamente, o que parece surgir é tanto um apelo à ação quanto algo como aquele "secreto horror à realidade" de que fala Sérgio Buarque.

No entanto, tais registros de autoritarismo presentes nos textos de Anhaia Mello, diferiam do autoritarismo técnico ou médico em vigência nas políticas urbanas da 1ª. República. Este revelava-se tanto em momentos paradigmáticos como nos eventos que cercaram a Revolta da Vacina, nas práticas do "bota-abaixo" promovido pelo prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro, ou da instituição dos códigos sanitários paulistas, quanto em algumas situações mais circunscritas: por volta de 1908, o médico da cidade de Lorena, Bagueira Leal, baseando-se em argumentos estatísticos e científicos desaconselhava seus pacientes e amigos, a vacinação contra a varíola. Tal campanha contra a vacina, obrigatória pelos códigos sanitários, motivou tentativa de repressão por parte do Estado, o que mereceu série de críticas publicadas n'***A folha do Povo*** (SP). Em uma delas argumentava-se:

> "(...) Obrigatória? É isso: não se procura convencer o povo da necessidade dessa medida profilática - impõem-na.
>
> "O dr. Bagueira Leal combate a vacina? Defendam-na. Anteponham argumentos às suas razões. (...)".[104]

Entre uma defesa duvidosa do direito à recusa do progresso, que redundaria algumas vezes em obscurantismo, e a simples imposição das "luzes" sobre as "trevas da ignorância", retórica que legitimou o cometimento dos piores barbarismos, violências e arbitrariedades contra as populações, a temática da transformação da "temperatura moral" procurava fornecer um caminho diferente. Afastava-se contudo, aparentemente, da retórica da ***Folha do Povo*** que parecia ainda confiante nas virtudes do debate racional, cobrando que se antepusessem "argumentos" às razões contrárias.

De qualquer modo, o autoritarismo parece um componente essencial para a montagem da "árvore", estando certamente na base da compreensão que Anhaia Mello tinha do urbanismo. Ele parece pouco ter se importado com a originalidade das idéias que defendia[105]. De certo modo, sua contribuição pessoal foi mais a de inventar uma arranjo retórico que permitia fossem apresentadas traduções de experiências e pesquisas urbanísticas européias e norte-americanas. Esse movimento de transposição fazia com que, querendo ou não, os discurso técnicos estrangeiros ganhassem sentidos inteiramente *sui-generis*. O resultado parece ter sido uma espécie de "rede conceitual", de inspiração organicista, vinculada estreitamente tanto às elaborações urbanísticas que se vinham desenvolvendo na Europa e nos Estados Unidos[106], quanto às linguagens através das quais as problemáticas legítimas eram vazadas, nos debates promovidos pelas elites intelectuais brasileiras.

É o "organicismo" presente nas formulações urbanísticas internacionais que se encontrava convenientemente com os interesses dos setores letrados, que viam nas metáforas orgânicas um poderoso recurso expressivo para diagnóstico e solução dos

---

[104] "Echos e notas: Vacinar, é a ordem". In: Folha do Povo (SP), ano I, n. 24 - 30/08/1908. (apud. BERTUCCI, Liane Maria "A ameaça iminente: as epidemias. Um momento: a variola - 1908". In: BRESCIANE, 1994.

[105] Simples expressão de modéstia ou não, em seu artigo sobre o problema dos calçamentos, Anhaia refere-se a si mesmo como o "autor desta coletânea de idéias alheias" ("Problemas de urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento", p. 356).

[106] A esse respeito basta lembrar da importância, para o pensamento urbanístico, da "Ecologia urbana de Chicago" de Robert Park, inspirada em Simmel e Rackel; ou no exemplo talvez mais impressionante do "Regional Survey" proposto pelo biólogo de formação, Patrick Geddes. Ciência nova, o Urbanismo se constituirá tentando transpor conceitos e métodos da ciência de estatuto epistemológico e cientificidade melhor reconhecidos no XIX: a biologia. Daí todo um feixe de metáforas orgânicas serão mobilizadas para agir sobre a cidade: ruas e avenidas serão "artérias"; as famílias, "células"; o "zooning" determina o aparecimento de "órgãos", etc.

"problemas brasileiros"[107]. É na confluência dessas duas redes discursivas que se encontra Anhaia Mello. Exatamente no espaço onde os conceitos vinculados à idéia de civismo, nacionalismo, regeneração ou organização encontram seus instrumentos de realização nas técnicas de engenharia. Certamente, esse encontro arranjado nos escritos de Anhaia Mello, devia-se a uma estratégia particular de persuasão, que visava mobilizar, articular e agrupar agentes em torno de sua posição.

As primeiras décadas do século, em especial o período do imediato pós-guerra, assistiram a proliferação de organizações nacionalistas, de acentuado cunho de mobilização cívica, que pretendiam diagnosticar e denunciar os males da nação, contrapondo a eles uma terapêutica. E quais eram esses males? Uma população doente e inculta, precária infra-estrutura, que denunciava ainda um território nacional não integrado economicamente tanto quanto os problemas de saneamento determinantes para a situação do povo; elites apáticas, descrentes da possibilidade de regeneração de homem brasileiro; processo político viciado que não permitia o estabelecimento de uma suposta "verdade eleitoral".

Ora, aqui se encontram as raízes da relação relativamente estreita entre esses movimentos nacionalistas e as Escolas Politécnicas, dado que seu programa tendia a dirigir-se para dois eixos centrais: educação e infra-estrutura. Educar o povo, organizá-lo, transformar seu habitat, sanear a cidade e o campo. Eis aí o modo de regenerar os costumes, curar as doenças que debilitam os brasileiros e transformá-los em povo pronto para qualquer mobilização em prol dos interesses nacionais. É a redenção do Jeca Tatu lobatiano. A 7 de setembro de 1919, o dr. Azevedo Marques, representante da Liga Nacionalista de São Paulo, faria uma conferência na Escola Politécnica na qual a engenharia aparece como uma força de defesa da pátria. Azevedo Marques explica a suposta feiura e o "mal aspecto" de "nosso povo" pela falta de higiene e saneamento rural e urbano. Cumpriria desse modo, ensinar higiene e realizar as obras necessárias para o saneamento das habitações populares. Ora, esse Azevedo Marques seria responsável por controvertida reforma educacional posta em prática no Estado de São Paulo, durante o governo de Washington Luís. Uma ponte entre técnica e educação?

---

[107] ver nesse sentido. ROMANO, Roberto. "A fantasmagoria orgânica". In: *Corpo de Cristal: Marx romântico*, Rio de Janeiro, Guanabara ,1985. CAPELATO, Maria Helema Rolim. *Os Arautos do Liberalismo* (1986).

O envolvimento de engenheiros com projetos educacionais, longe de terem sido incomuns nessas primeiras décadas do século, foram relativamente freqüentes e duradouros. Membros da Liga Nacionalista de São Paulo, Francisco Paula Souza e Francisco Paula Ramos de Azevedo, além de fundadores da Escola Politécnica de São Paulo, vincularam seus nomes tanto à criação de escolas noturnas para operários (Escola Noturna Paula Souza), quanto à reorganização do Liceu de Artes e Ofícios, dirigido para a formação de operários qualificados. Ora, tal envolvimento possuía motivações diretas, bastando a lembrança de que os engenheiros eram dos poucos no país com conhecimentos suficientes em ciências matemáticas para ministrar aulas no ensino secundário e, como construtores e projetistas que demandavam a substituição do trabalho dos "práticos" pelo dos "técnicos", dependiam de um suprimento de operários e artesãos qualificados para a realização de seus empreendimentos. Era mais do que isso, entretanto.

Outubro do ano de 1924 proporcionaria um exemplo mais expressivo dessa aliança entre engenheiros, movimentos cívicos e educação. Nesse momento era fundada, e sintomaticamente na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Educação a qual teria como um de seus melhores porta-vozes, o engenheiro Vicente Licínio Cardoso, muito embora contasse ainda em seus quadros com representantes das duas mais poderosas "classes de profissionais liberais" de então: os bacharéis e os médicos[108].

A análise que Marta Maria Chagas de Carvalho empreende do discurso da ABE, torna possível que se encontrem analogias com as posições de Anhaia Mello, grandes demais para não serem significativas. Partindo da caracterização da realidade nacional sob o viés da amorfia, do inorgânico, do insalubre, os discursos da ABE apresentavam a educação, entendida como direção imprimida à sociedade por uma elite, enquanto modo de transformar os habitantes do Brasil em povo brasileiro, regenerando os homens. nacionais. Tomem-se dois trechos retirados de seu artigo:

[108] Uma interessante conexão entre os engenheiros da ABE e a problemática do urbanismo, entendendo-se por isto o vasto conjunto da problemática urbana, aparece em uma brochura que reunia textos do engenheiro Lincoln Continentino, ***Saneamento e Urbanismo***, publicada em 1937 em Belo Horizonte. Ao final do volume, Continentino apresenta uma bibliografia da área em questão, na qual estão citados alguns dos representantes mais destacados da ABE, como Licínio Cardoso e o médico sanitarista Belisário Penna (CONTINENTINO, 1937, pp. 361-66).

"Desta maneira, a campanha educacional tinha para os integrantes da ABE importância em si mesma, pois produzia uma taineana temperatura moral que combatia o que era diagnosticado como sintoma principal: a pretextada incapacidade das elites políticas brasileiras indiferentes ou céticas quanto à necessidade, à possibilidade e a eficácia de operar a regeneração do homem brasileiro". (p. 121).

"A encenação de uma catástrofe iminente a rondar o país teve suporte na nação concebida como organismo em estágio de indiferenciação funcional e amorfia. Constituir o país como nação, organizá-lo era tarefa de elites, pensadas como cérebro que dirige o desenvolvimento orgânico". (p. 124).

O parentesco tanto de práticas quanto de esquemas mentais presentes nos discursos da ABE e nos de Anhaia Mello é notável. Neles estão presentes o conceito de temperatura moral; a noção de que é a elite que funda o desenvolvimento orgânico da nação, ao lhe proporcionar um "cérebro"[109]; a divisão entre os que apreendem racional e conscientemente os ideais, a elite; e os que apenas os vivenciam como sentimento ou dogma, as multidões; a intenção de interromper o processo crescente de êxodo rural e conseqüente inchaço das cidades, seja através da elaboração de planos de planejamento regional (inspirado no "regionnal planning" norte-americano), caso de Anhaia, seja pela criação das "escolas regionais", encarregadas de fixar o homem no campo. Enfim, para a autora ainda, os discursos da ABE tirariam sua força mobilizadora de consensos estabelecidos pela e na prática dos movimentos cívicos do pós-primeira guerra e exprimidos em fórmulas e slogans mobilizadores, claros e vazios.

Conferências, publicações e cátedra funcionavam, para Anhaia Mello como uma pregação dirigida aos seus apóstolos/ engenheiros, sob a acolhedora sombra da árvore do urbanismo. Através do apelo continuado a uma elite, Anhaia Melo pretendia formar e educar "a" elite encarregada de divulgar a boa nova e, com isso talvez, no limite, em meio a um movimento de irradiação de cima para baixo, educar uma população inteira[110], tal como a ABE projetava uma estrutura educacional em cujo

[109] Como curiosidade, seguindo a análise da autora mais alguns parágrafos chega-se à temática das "escolas regionais", aparentemente transposições dos métodos do Regionnal Survey, do "urbanista" Patrick Geddes, concretizado no plano regional de Nova Iorque, nos anos de 1920 e que encontraria o seu maior propagandista em um autor que Anhaia Mello lerá com avidez: Lewis Munford.

[110] Isso não passa de suposição, induzida a partir das idéias de educação defendidas na ABE. Imaginava-se primeiro a criação de uma elite nas universidades que formariam os professores secundaristas, e em mediações sempre descendentes na escala social, chegariam à totalidade da população, redimindo-a das trevas da ignorância.

vértice estaria a universidade, que se por um lado formaria professores secundários, por outro formaria os formadores de opinião. Do secundário sairiam os professores primários, completando um quadro de difusão cultural descendente.

É bem possível, essa guinada dos engenheiros na direção ao pedagógico, visasse superar uma limitação do saber técno-científico, no que concerne às pretensões de seus portadores, a um lugar no quadro das elites dirigentes. Para Fernando de Azevedo, entre os fatores que privaram a classe dos engenheiros do prestígio, do poder de influência comparáveis aos alcançados por bacharéis e médicos, estaria o fato de atuarem antes sobre coisas que sobre seres humanos, as disposições positivas e práticas, as poucas chances de grandes realizações.[111] Daí o sentido da procura de um discurso que articulasse nele mesmo, simultaneamente, uma dimensão de valores e finalidades, que concernem aos homens, e outra, de formulações técnicas, relativas às coisas. Isso significa sair da estrita área da engenharia, simples técnica (meios de realização), para abarcar transformando, a esfera da cultura, dos valores compartilhados que fariam de uma população, povo.

Esse movimento que, partindo da posição da engenharia, dava origem a outra que pretende superá-la - o "urbanismo" tal como o entendia Anhaia Mello, por exemplo - aparece quase simultaneamente ao surgimento e consolidação das tendências modernistas nas artes que ocorre ao longo dos anos de 1920. Estas aparecem marcadas igualmente por uma tentativa de síntese entre procedimentos analíticos e sintéticos, entre determinismo e intuição, por uma declarada aversão ao bacharelesco, ao verborrágico - que supostamente caracterizariam a cultura brasileira de então -, e, especialmente, por uma intenção pedagógica de fundo, que pretendia "civilizar" a cultura do povo, vazando os temas populares na linguagem do modernismo ou do erudito[112]. Não à-toa, uma concepção de povo, como entidade orgânica estava por detrás, quase sempre, dos programas estéticos modernistas, se não como objetividade dada, ao menos como projeto passível de ser criado pela intervenção estética e ou pedagógica. E não se tratava, para o Urbanismo, de "criar" o "povo", criando a cidade?

---

[111] AZEVEDO, Fernando, 1943, Vol. II, p. 62.

[112] Um dos exemplos mais impactantes parece ter sido os trabalhos educacionais do maestro Villa-Lobos. Através da instituição do canto orfeônico, no ensino público, fazia-se com que toadas e cantigas populares fossem cantadas, entre arpejos e claves, nos moldes do canto erudito. Cf: CONTIER, "música e ideologia no Brasil", 1985.

É provável que essa situação permita que se compreenda o uso da fórmula síntese - "determinismo ou ciência positiva + intuição" - que aparece com freqüência nos escritos das décadas de 1920 e 30. Quando se tratava de apontar os melhores meios de transformar o mundo material, os melhores instrumentos de agir sobre a natureza, estamos no reino das soluções técnicas, da experiência científica, da literatura técnica européia e norte-americana, todo um conjunto relativamente consolidado de princípios e rotinas técno-científicos a serem aplicados aos problemas. É o reino da engenharia. No entanto, quando é preciso colocá-las em prática, promover seu agenciamento material e garantir sua continuidade, de duas uma: ou se tem poder de disposição (econômico ou político) para empreendê-las, ou se recorre à "psicologia das massas", procurando mobilizá-las e instrumentalizá-las para a realização de um ideal.

Como contraste, Prestes Maia, o principal oponente de Anhaia Mello, não precisou colocar no horizonte a conversão dos homens de bem, apenas seduzí-los com promessas de lucro e imagens arquitetônicas monumentais. Ele propiciou aos paulistanos marcos com os quais pudessem identificar-se[113]. Mesmo a grande massa de habitantes pobres, alheados de quaisquer das benesses efetivas do desenvolvimento urbano, mesmo estes podiam identificar-se ao poder através de uma relação afetiva com seus monumentos. Desses, o mais significativo que se nos apresenta, são as próprias cifras que indicavam o crescimento de população e riqueza da cidade, metonímias do "progresso" de S. Paulo, a "cidade que mais cresce no mundo" ou a cidade que "não pode parar", segundo bordões que se disseminam em São Paulo, a partir dos anos de 1920.

É no começo desse século que a performance em relação ao cronômetro e a supremacia quantificável sobre o oponente passam a caracterizar as práticas esportivas

[113] Em sua obra *A cidade na História*, Lewis Munford sugere que uma das funções dos grandes monumentos, de dimensões acima de qualquer escala humana, presentes nas cidades mesopotâmicas, era proporcionar aos seus habitantes, uma forma de identificação simbólica com o poder potencializado pelo recipiente urbano, mas concentrado nas mãos do Rei, da casta de guerreiros e da dos sacerdotes. Quais as razões para que, em São Paulo, o Estado voltasse sua propaganda para a exibição de dados quantitativos de crescimento? Não seria pela ausência de marcos urbanos monumentais? Ora, esses mesmos marcos urbanos monumentais serão projetados e previstos pelo "Plano de Avenidas" de Prestes Maia, embora esse autor se referisse a eles um pouco como "licença poética", presente muito mais como sonho de que proposta efetiva. De qualquer forma, a referência ao tema dos "bandeirantes", base da identidade paulistana, ao longo do texto de Prestes Maia (e também na proposta de 1926 de Prestes Maia e Ulhoa Cintra) e a profusão de croquis de projetos em escala monumental parecem indicativas da intenção cívica dessa proposta.

que nesse momento se difundem nas grandes metrópoles, tornando-se um dos maiores fatores de mobilização das massas urbanas. Ora, São Paulo para muitos de seus habitantes parecia igualmente encontrar-se no meio de uma competição: ultrapassar Buenos Aires, tomar o posto do Rio de Janeiro[114] como a cidade brasileira mais populosa e rica ou mesmo, quem sabe, mostrar-se ombros a ombros com Nova Iorque[115], todas essas metas objetivam-se numa proposta de cidade de crescimento virtualmente ilimitado, com grandes vias radiais expansíveis ao infinito, comunicáveis entre si por um sistema concêntrico de anéis viários. Eis aqui o "Plano de Avenidas", formulado entre 1924 e 1930 pelos engenheiros João Florence de Ulhoa Cintra e Francisco Prestes Maia[116].

[114] Em mais de uma oportunidade. Victor da Silva Freire expressa seu desgosto com as enormes inversões de recursos. nas reformas urbanas do Rio de Janeiro. bem como com as próprias reformas. às quais contrastavam com a própria falta de recursos com a qual se debatia a prefeitura de S. Paulo (por exemplo. ver "Os Melhoramentos de S. Paulo. 1919). O mesmo autor. em um texto anexado à introdução ao Relatório da Diretoria de Obras e Viação referente ao ano de 1924. texto esse apresentado originalmente no V Congresso Internacional de Vias Públicas. com o título "Développement et aménagement des villes dans l'interêt de la circulation", apresenta dessa forma a cidade para sua platéia: "São Paulo est la troisième grande ville de l'Amerique du Sud. (...) (L)a ville a pris le caractère de centre commerçant et industriel et tend à devenir. si elle n'est déjà pas. la ville manufacturière la plus importante du continent sud-américain", ao que segue dados sobre o aumento de consumo de eletricidade.

[115] Em **Orfeu Extático na Metrópole**. Nicolau Sevcenko mostra o quanto esse espírito de competição servia para constituir identidades. eletrizando habitantes citadinos em torno de celebrações massivas.

[116] Ver a esse respeito LEME. Maria Cristina. "(Re)Visão do Plano de Avenidas: um estudo do pensamento urbanístico em São Paulo. 1930" (1990).

V - A "Árvore do Urbanismo" como lance no jogo da engenharia paulista.

V

V.1. A engenharia na república dos bacharéis:

Ao longo do período em estudo, correspondente às primeiras décadas republicanas, a formação em engenharia, dentre os principais ramos das profissões liberais, parecia ocupar ainda uma terceira posição em prestígio, atrás daquelas relacionadas ao direito e à medicina, costumeiramente, bilhetes de entrada para carreiras muito prestigiosas na política e na administração pública[117]. Todavia, fortes transformações nas estruturas sócio-econômicas brasileiras, se não geraram de pronto uma nova hierarquia entre as profissões[118], ao menos serviram para projetar os saberes técnicos[119] como "capital" suficiente para alimentar algumas ambições de ascensão e êxito sociais.

---

[117] Ver a esse respeito: NOGUEIRA, Oracy. 1967. Especialmente parte do capítulo "História das profissões no Brasil", pp. 132-238. ***A cultura brasileira*** (1943), de Fernando Azevedo e ***Sobrados e Mocambos*** (1936), de Gilberto Freire, livros nos quais Nogueira se baseia, oferecem interessantes argumentos para a compreensão da proeminência das carreiras jurídicas e, mais tardiamente, médicas sobre as formações científicas ou técnicas no Brasil.

[118] Isso ocorreria posteriormente com a sofistição crescente da sociedade brasileira, que veria aparecer a partir da década de 1930 um grande número de novas especialidades profissionais com instituições de ensino específicas. Desse modo, com a criação das faculdades de filosofia, carreiras que antes eram um quase monopólio dos bacharéis em direito, como o magistério de segundo grau, passaram ser ocupadas por formados nas instituições de ensino específicas. As formações "generalistas" foram substituídas pelas especializadas.

[119] Foi discreto ou quase nulo o investimento em pesquisas e desenvolvimento tecnológico, ao longo da primeira república. Autores como KAWAMURA (1976) ou NOGUEIRA (1967), preferiram salientar o caráter generalista do ensino politécnico, mais afeito à difusão mais ou menos dogmática do repertório de técnicas desenvolvido nos grandes centros, que a procura de um modo de produção de saber.

Em um primeiro momento, a vinculação do Brasil ao processo de expansão mundial capitalista, que ocorre como desdobramento da revolução tecnológica, criava uma certa demanda por profissionais para a execução das obras de infra-estrutura (em especial, implantação de ferrovias e construção de usinas elétricas) ou, mais comumente, de gerência e administração dos novos negócios[120]. Uma das características do ensino de nível superior, no Brasil das três primeiras décadas, era seu caráter extremamente geral, que habilitava os alunos a um vasto rol de profissões. Desse modo, as faculdades de direito concentravam em si o ensino de humanidades, dirigindo os bacharéis para ofícios que iam do jornalismo ao magistério[121], passando pelas carreiras literárias até, evidente, as jurídicas.

Quanto ao ensino politécnico, atendo-se ao caso de São Paulo, este oferecia de preferência, noções básicas e gerais em ciências matemáticas, acompanhadas de lições mais ou menos dogmáticas, acerca do repertório técnico, produzido nos centros industriais hegemônicos. Enraizando-se em um "meio" que pouco lhes demandava a produção de soluções técnicas[122]para problemas inéditos[123] (isto é, experiências e pesquisas de desenvolvimento técnico), os egressos das escolas politécnicas

---

[120] A ocupação de engenheiros brasileiros nos trabalhos de implantação de ferrovias e usinas de eletricidade, foi bastante diminuta, dada a tendência do emprego generalizado de técnicos estrangeiros, trazidos pelas empresas contratadas para esses fins, geralmente de origem britânica.

[121] O que ensejou uma curiosa, violenta e polêmica crítica, apresentada por Júlio de Mesquita Filho, em seu discurso como paraninfo da primeira turma de licenciados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. "(...) Para fazer-se idéia dele [do ensino secundário da primeira República], basta lembrar que era aquele ensino superior medíocre [o das faculdades de direito e medicina e das escolas politécnicas] que se recrutavam os professores o ensino secundário!... Assim mesmo entre os malogrados de cada grupo. Os advogados sem causa iam ser professores de português, história, lógica e psicologia; os engenheiros que não podiam construir uma ponte iam para a cadeira de geometria, álgebra, artmética, física e desenho; ao médico sem clientes cabia lecionar química ou ciências naturais./ Foi isso que nos legou o regime que 1930 derrubou". (transcrito em DUARTE, 1987, p. 89).

[122] O que de certa forma ocorrerá nas áreas da higiene, sanitarismo e saúde públicas, ramos que se desenvolverão nas primeiras décadas, dando origem a centros de pesquisa científicas prestigiados internacionalmente, como o Instituto Manguinhos. De qualquer modo, a medicina teve, na disposição da elite dirigente da primeira república, de erradicar a qualquer preço as epidemias e endemias que grassavam nos principais centros urbanos nacionais, a possibilidade de concentrar poderes excepcionais, firmando-se como uma fração essencial da elite dirigente. Cf: HERSCHMANN. "A arte do operatório. Medicina, naturalismo e positivismo - 1900/ 37", In: HERSCHMANN & PEREIRA, 1994. SEVCENKO. ***Literatura como Missão***, (1986), SEVCENKO. ***A Revolta da Vacina***, 1994 (2ª. ed.).

[123] Dada a pequena taxa de aumento de composição orgânica tanto na indústria quanto na construção civil. Esta tomou como prática característica a concentração e aumento do número de trabalhadores, rebaixando salários e optando por uma espécie de "exploração extensiva do trabalho". No caso da industria, especificamente, a importação de "plantas produtivas" prontas, demandava apenas um técnico que soubesse ler manuais e pudesse ajustar os operários às rotinas necessárias para o funcionamento das máquinas.

encaminhavam-se tanto para ofícios que demandavam conhecimentos gerais - contador[124], administrador de empresas, economista, professor de matemática, geografia, física, desenho de cursos secundários, etc - quanto para as especialidades que, no caso da Politécnica de São Paulo, eram até 1937, três: civil, arquiteto e industrial. Na prática, a preponderância de engenheiros civis entre as turmas de formados era inegável, entretanto.

No novo contexto, as cidades funcionavam como nexos de intercâmbio entre as unidades produtivas e o mercado internacional, ou seja, pontos necessários para a realização dos processos de intermediação comercial e financeira. Reagindo a esses estímulos, feitos em boa medida de capitais financeiros, produtos importados, imagens da cultura européia e explosão populacional, elas ensaiam expansão inédita, comportando categorias profissionais urbanas que ganhavam tanto maior poder quanto maior fosse a demanda por sofisticação das novas elites. Indicativo do que representou para a engenharia, as três últimas décadas do dezenove, quando, sintomaticamente, inicia-se o ciclo de construção da malha ferroviária brasileira - concentrada especialmente na província de São Paulo[125] -, até a década de 70 desse século, o ensino de engenharia era ministrado unicamente no Rio de Janeiro, em sua Escola Central[126]. Sua história mostra a ascensão do ensino de engenharia no país.

A origem dessa instituição remonta as tentativas de D. João VI de implantar o ensino de ciências no Brasil, através da Academia Real Militar (1810), instituição encarregada de formar oficiais de artilharia e de engenharia, tanto quanto, topógrafos e geógrafos. Um pouco devido às múltiplas coerções provindas do modo como se organizava a sociedade brasileira - economia agrária com pouca implementação tecnológica, assentada em trabalho escravo, apresentando um Estado nacional desarticulado, tendo as faculdades de direito e medicina como os principais pontos de atração para os "filhos segundos" das elites - tal ensino reduz-se aos curso de engenheiro topógrafo e de pontes e calçadas em 1832[127]. É da Escola Militar do Rio de Janeiro que se origina a Escola Central (1858), a qual se transformaria na Escola

[124] Título atribuído após o término do "curso preliminar" na politécnica de São Paulo.

[125] Em 1867 é inaugurada a Santo-Jundiaí; em 1872, a Companhia Paulista; no ano seguinte surgiria a Ituana, etc.

[126] Na primeira metade do século, uma província relativamente próspera como Pernambuco, contratava engenheiros diretamente dos centros europeus. É o caso do célebre engenheiro Vauthier, que, recém formado na prestigiosa École Politechnique de Paris, muda-se para o Recife e é encarregado das obras provinciais.

Politécnica do Rio de Janeiro (1874), instituição inspirada na École Politechnique de Paris. Dois anos depois surgiria a Escola de Minas de Ouro Preto e, nos primeiros anos da república, a Escola Politécnica de São Paulo (1894) e a Escola de Engenharia do Mackenzie College (1896).

A substituição do trabalho escravo pelo assalariado e a transformação da terra em mercadoria, significaram para os centros urbanos em expansão, a entrada de fluxos crescentes de investimentos e seres humanos. A formação de uma indústria de construções para o "mercado", a partir das duas primeiras décadas do século XX, exigia a aplicação de padrões construtivos e de administração do trabalho que demandavam o recurso a profissionais especializados[128], abrindo oportunidades de trabalho até então inéditas para engenheiros[129]. Isso começa a ocorrer não tanto tendo em vista as técnicas construtivas em si, mas, principalmente, em virtude das exigências legais e regulamentos que passam a normatizar as atividades construtivas.

Pari passu, o crescimento da cidade era acompanhado pela construção de obras de infra-estrutura, expansão das redes de serviços urbanos, embelezamento, etc - obras que tornam habitáveis e economicamente possíveis as aglomerações em crescimento explosivo, ou servem para a institucionalização de espaços distintivos para as novas elites políticas e econômicas. Já nos primeiros anos do século XX, engenheiros exibem trajetórias sociais ascendentes, das mais notáveis, nos grandes centros urbanos brasileiros. No Rio de Janeiro, é incontrastável o prestígio, conseguido a partir do êxito de seus negócios urbanos ou participação no Estado, de engenheiros como Paulo de Frontin ou Pereira Passos, particularmente célebres no contexto das reformas urbanas da capital federal (1904-1907).

---

[127] AZEVEDO, Fernando de. ***A cultura brasileira***. São Paulo. Melhoramentos. 1958 (vol. 2). p. 56.

[128] cf: PEREIRA, Paulo César Xavier. ***Espaço, técnica e construção***. 1988.

[129] No Rio de Janeiro, mais do que em São Paulo, as obras urbanas foram motivo de disputa entre engenheiros e arquitetos. Ainda em 1929, um crítico ligado ao Instituto Central de Arquitetos e à Escola Nacional de Belas Artes - centro formador de arquitetos - reclamava da preponderância de engenheiros sobre arquitetos, nos ramos de projeto e construção de edifícios. Ele explicava por esse fato, as insuficiências estéticas da cidade (MARIANO, 1929). Em São Paulo, devido ao fato da escola de engenharia oficial, inspirada na Politécnica de Zurich, encarregar-se não apenas da formação básica de engenheiro (como ocorria na politécnica de Paris e de sua filha brasileira, a do Rio de Janeiro), mas também das específicas, engenheiros eram formados na "especialidade" de arquitetura, decorrendo que, em São Paulo, a arquitetura era um "ramo" da engenharia. Faz-se uso aqui da noção de uma "esfera técnica" em São Paulo, justamente por esse fato, muito embora autores como Christiano Stockler da Neves, utilizem-se de uma argumentação análoga à de José Mariano. Ora, Stockler das Neves era professor no Mackenzie College, cujo curso, até 1947, também formava engenheiros-arquitetos. Ver sobre o curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo, FISCHER, 1986.

Os setores das elites que compunham a categoria dos engenheiros, tomariam para si a tarefa de criar uma imagem de modernidade no Brasil, em uma época em que os países que não se adequavam ao modelo de civilização européia costumavam ser bombardeados, em nome da difusão das luzes e da civilização. Nesse caso, se a elite de bacharéis havia tentado convencer as nações civilizadas de que se tratava o Brasil de um estado de direito, com leis, instituições formais e elites, que poderiam servir de interlocutores no comércio e na política internacionais, a engenharia deveria mostrar ao mundo, através de suas realizações, o "estado de nosso adiantamento", tornando o país contemporâneo às "civilizadas", em um mundo no qual prevalecia cada vez mais os dados do militar, do econômico e do comercial sobre os princípios da diplomacia[130], ou de algo como um direito internacional - se é que o contrário já aconteceu algum dia[131].

Na constituição da auto-imagem dos profissionais de engenharia, a essa valorização dos quadros técnicos - em virtude das transformações tecnológicas pelas quais passa o país a partir de finais do XIX -, somar-se-iam as teorias cientificistas cuja recepção ocorre, já na primeira metade do século, com as leituras de Auguste Comte, realizadas no espaço da Academia Militar do Rio de Janeiro, e, um pouco mais tarde, pelo intermédio da chamada "Escola de Recife" ou "geração de 70"[132]. Para os discípulos do politécnico Auguste Comte, a contrapartida para a crítica à elite política monárquica, os bacharéis, foi a valorização da engenharia como agente do progresso. Tal constelação, incute na formação da identidade de grupo dos engenheiros, a idéia de uma vocação para elite dirigente, na qual se misturam a consciência tanto da importância da profissão no processo de modernização do país quanto a de seus próprios interesses[133], com um projeto difuso de gestão científica do Estado.

---

[130] Isso ficará evidente no período posterior à Primeira Guerra, como atestam escritos de diplomatas brasileiros colhidos por Stanley Hilton em ***O Brasil e as grandes potências...***. 1987.

[131] O que parecia haver, no entanto, era a desarticulação progressiva do que ficou conhecido como *Pax Britannica*, a atmosfera de estabilidade econômica baseada na centralidade da *City* londrina. Tal *Pax Britannica* significava na prática que os países deveriam seguir a cartilha econômica liberal para serem aceitos como parceiros econômicos respeitáveis ou dignos de crédito.

[132] Para um de seus mais célebres representantes, Luís Pereira Barreto, "Os engenheiros sabem, portanto prevêem. Saber para prever a fim de prover é a fórmula do pensamento que deve preponderar na educação do homem moderno" (citado por Roberto Romano em "A fantasmagoria orgânica" In: ROMANO, 1985.

[133] No caso de engenheiros civis e engenheiros-arquitetos, o interesse mais imediato era o de demarcar uma faixa de atuação e reservá-la contra as pretenções de agentes donos de um *savoir-faire* constituído pela tradição e pela prática (os mestres de obras e empreiteiros). Não à toa, uma das prioridades do I. E. de São Paulo ao longo das décadas de 20 e 30 foi a luta por uma legislação específica de regulamentação da profissão de engenheiro em todos os níveis do Estado (ver. Marisa

Para os engenheiros, o surgimento de organizações como as Ligas Nacionalistas ou aquelas ligadas à Associação Brasileira de Educação, mas também eventos como as "revoluções" de 1930 e 1932[134], significariam oportunidades, momentos privilegiados de ascensão no espaço social. Eles atendem a esses apelos para o engajamento e pretendem sair deles com autoridade e auto-imagem fortalecidas. Esse engajamento da "ciência e da técnica" - para a solução dos problemas e dilemas nacionais -, significava a possibilidade de transferir a autoridade, a virtude, as disposições típicas do *métier* técnico (como as formas de organização racional do trabalho) - isto é, de modo geral, os valores técnicos e as noções de "honra" vigentes entre os profissionais de engenharia -, para a esfera do convívio normal e cotidiano entre as pessoas. Colocam-se em "teste" os valores da engenharia, para reforçar sua autoridade e legitimar pretensões de organizar o cotidiano "normal" sob esses princípios.

Sobre esse aspecto, há um registro interessante. Poucos meses após o término das hostilidades que envolveram o "movimento constitucionalista" de 1932, o engenheiro e "ex-major" Nelson de Rezende faz publicar o artigo "Prefeito Técnico ou Prefeito Político" nas páginas da Revista Politécnica (nº 107, jan./ fev. 1933), no qual propõe a continuidade de uma certa experiência de gestão municipal, praticada durante o conflito, a partir da chamada *Comissão Inspetora de Delegacias Técnicas*[135]. Em poucas palavras, tal comissão formada por engenheiros, fora encarregada de administrar certos municípios, - notadamente os próximos aos "fronts" de combate -, oferecendo soluções tanto para problemas de logística quanto de manutenção da ordem em cidades que acolhiam contingentes militares.

A proposta de prefeito técnico, em poucas palavras, equivalia a reservar aos engenheiros o cargo de prefeito municipal. Os principais argumentos utilizados por Rezende são quatro: (1) o elevado patriotismo dos engenheiros paulistas, que inspirados por Paula Souza (do túmulo), "demonstraram que 'a **tradição bandeirante** é de ação e sacrifício' e 'souberam honrá-la de armas nas mãos'"; (2) a suposta

---

Varanda Carpinteiro "O urbanismo no Instituto de Engenharia: São Paulo (1920-1940)" In: PECHMAN & REBEOUL, 1994.

[134] É provável que 1932 tenha fornecido o maior número de "heróis" engenheiros, entre todos os movimentos desse tipo. A guerra cria oportunidades de glória que nem a indústria, nem a construção civil poderiam proporcionar.

eficiência dos "prefeitos técnicos", "estranhos tanto à politicagem local e aos interesses de campanário, quanto às influências **individualistas** que campeiam nos ubérrimos burgos do interior"; e (3) ao contrário do "prefeito leigo" que não saberia nem **obedecer**, **orientar** ou **executar**, o "prefeito técnico" se mostraria "tanto **acostumado a obedecer** o **'capital' como orientar energicamente o 'trabalho**' [grifo do pesquisador]" (pág. 456); por fim (4) Rezende lista uma longa série de realizações de prefeitos técnicos que não vale a pena reproduzir.

Ressaltem-se a associação entre a "tradição bandeirante", o patriotismo insuflado de além túmulo pelo engenheiro Paula Souza; a contraposição entre as "influências individualistas", isto é, aquelas que afirmam a liberdade do detentor do poder em relação ao "meio", e as disposições encontradas nos engenheiros, os quais, obedecem ao capital, ou seja, supostamente levam em conta a objetividade de um real (as necessidades objetivas do capital), tanto quanto orientam energicamente o trabalho. "Engenheiros" significam desse modo uma mediação harmonizadora entre um e outro. Eles retiram sua legitimidade um pouco da técnica da qual são os portadores, um pouco do "patriotismo" insuflado pelo exemplo dos "pais fundadores" da engenharia nacional ou paulista. Mas era sempre um "patriotismo" que se queria afastado do voluntarismo ou da simples celebração ufanista. Era um patriotismo que se pretendia "objetivo", limitado pelas múltiplas coerções do real, todavia confiante nos saberes técnicos, como meios de conhecer os problemas e potencialidades nacionais, fornecendo soluções viáveis para eles. Como no lema positivista: "saber, prever, prover".

[135] Segundo Rezende, aos integrantes da comissão, engenheiros de "reconhecida competência" seriam conferidas honras de major, pelo Comando das Forças Constitucionalistas (Revista Politécnica, jan./ fev. 1933, p. 454).

V.2. A especificidade de São Paulo.

Na cidade de São Paulo, tal processo de constituição de uma identidade de grupo, tornar-se-á possivel a partir da interiorização da formação de quadros técnicos, com a organização da Escola Politécnica (1894) e do curso de engenharia do Mackenzie College (1896). Doravante, diplomas politécnicos convertem-se em trunfos utilizados para legitimar um exercício profissional, mas também como símbolo de distinção que indicaria o pertencimento de seu titular a uma nova elite. Escola oficial do Estado de São Paulo, a Politécnica desempenhará o papel tanto de assimilação dos filhos de imigrantes enriquecidos quanto de conversão dos herdeiros de uma elite agrária em decadência, em elite urbana[136], dotada de um novo "valor" (o saber técno-científico) que a legitimava, somando-se naturalmente ao "capital de sociabilidade" que favorecia a apropriação das melhores oportunidades de trabalho e ascensão. De todo modo, são as novas condições ocasionadas pela revolução tecnológica que, mudando os quadros das relações políticas e econômicas mundiais, condicionam seu surgimento.

Limitando-se ao que interessa diretamente a este trabalho, o surgimento do ensino de engenharia abriria a possibilidade não apenas para o surgimento de áreas de atuação e de saber especificas sobre a cidade, mas também de uma série de disputas que buscam a um só golpe, impor todo um leque de práticas legítimas de intervenção no espaço; excluir e ou rebaixar outras; e fazer conhecer e reconhecer um conjunto de novos símbolos de distinção (os títulos acadêmicos, diplomas, registros profissionais, etc.)[137]. Espécie de mediadores culturais, os engenheiros pretendem realizar e materializar no Brasil, os símbolos da modernidade européia. Um exemplo dessa disposição para o rebaixamento ou mesmo para a expulsão do espaço social, dos agentes desprovidos dos capitais simbólicos que passam a ser exigidos, é dado por um artigo do estudante politécnico Augusto de Toledo sobre a "Vila Flávio Uchôa",

[136] A esse respeito, Lili Kawamura fala das dificuldades de ingresso na escola oficial, regido por concurso aberto na forma de exame de admissão, ao qual se somava o fato de ser o curso politécnico integral, impedindo o ingresso de assalariados; e, principalmente, a dureza dos estudos cujo corolário eram os exames de altíssimo grau de dificuldade. Tudo isso, conjuntamente, levava a um grande número de desistências (KAWAMURA, 1976). Ora, é comum e de ocorrência geral em todas as civilizações, a enorme carga de auto-controle, disciplina e exigências a que são submetidos os que terão como destino, integrar a casta aristocrática, em seu processo de aquisições culturais, como que, implantando no corpo as marcas distintivas de sua classe e a superioridade suposta através delas.

desenhada por Victor Dubugras. Após elogiar o projeto do arquiteto, Toledo lamenta que

> "Infelizmente a par de verdadeiros artistas, à sombra de leis tolerantes e mercê da ausência de uma censura artística oficial, como existe na Europa mesmo nas cidades de importância secundária e de população relativamente pequena, medra uma multidão de mestres de obras ignorantes, de construtores improvisados que, não contentes em construir mal, metem-se a projetar coisas horrorosas, (...)". (Revista Politécnica, jan. de 1905, n. 2, p.75).

Toledo continuaria enumerando adjetivos para o trabalho dos mestres de obras, indo desde o "pretensioso e grotesco" até o "feio e estragado", terminando por declarar seu espanto e indignação por tais desastres ocorrerem mesmo nas "ruas mais centrais". De tom semelhante é o Editorial datado de setembro de 1905 da Revista Politécnica, no qual se demanda amparo e proteção legal para os títulos que livre os engenheiros civis (leia-se politécnicos) da

> "(...) concorrência desleal e assustadora de uma legião de exploradores: uma lei que arranque essa digna classe à situação tristíssima em que se debate, em que se vê **nivelado ao arquiteto, ao artista, ao mestre de obras boçal e grosseiro**, em que o **engenheiro civil**, formado em **longo e penoso curso de escola oficial**, deve ainda lutar com a concorrência absurda dos **engenheiros de arribação**, portadores de títulos incompreensíveis,caçados em rápida viagem de recreio aos Estados Unidos, ou dos **bacharéis de engenharia, imitação destes últimos falsificados bem perto de nós** [grifos do pesquisador]" (cit. por FISCHER, 1989, p. 15-6).

Conforme tais pretensões ganham reconhecimento social, os agentes esforçam-se por consolidar as regras através das quais novos participantes são aceitos, tomam parte dos jogos sociais com seus trabalhos e situam-se em relação aos outros participantes. Ao longo da década de 20, sucedem-se os ataques de arquitetos e engenheiros aos "mestres de obra", agentes desprovidos dos "capitais" e "disposições" exigidos pelas "regras" que tentam impor. Mesmo entre diplomados, há freqüentes querelas envolvendo os portadores de diplomas melhores - de uma École des Ponts et Chaussées, ou Politénica de Zurich, no mínimo de uma Politécnica do Rio ou de São

[137] É preciso lembrar que a Constituição "liberal" republicana de 1891, liberava o exercício das profissões liberais. Em seu parágrafo 24, artigo 72, lê-se: "É livre o exercício de qualquer profissão

Paulo, etc -, contra os de diplomas supostamente menos prestigiosos - originados de alguma escola norte-americana desconhecida ou então, do Mackenzie College[138]. Sobretudo, parece esboçar-se os princípios de uma classificação hierárquica, baseada no prestígio das instituições de ensino, trajetória e demonstração da qualidade das aquisições técnicas ou artísticas que formam o "pecúlio" de cada engenheiro, mas também, de modo crescente, nas posições alcançadas por cada um, em relação às instâncias de consagração dos saberes técno-científicos. Eventualmente, agentes em situação de grande poder e prestígio tentavam, por meio do Estado, dar substância objetiva a tais "regras" e "hierarquias". Todavia, muito pouco da legislação produzida nesses termos teve qualquer eficácia, o que indicava a sua precariedade.

A difusão das teorias cientificistas, as transformações econômicas de finais de XIX, as demandas pela criação de "cenários de modernidade" nas cidades brasileiras com a dupla intenção de gerar atitudes de confiança no país da parte dos financistas estrangeiros, e, ao mesmo tempo, dotar de espaços distintivos as elites agrárias e plutocráticas que dirigem a República - tal encontro de processos históricos trazia condições extremamente favoráveis para de um lado, acarretar o surgimento de uma identidade profissional no interior dos quadros técnicos, que projetava a formação em engenharia como uma espécie de "pecúlio" internalizado suficiente para legitimar a ascensão de seus titulares a postos no interior dos quadros políticos dirigentes; e, por outro lado, possibilitar a estruturação de uma esfera de técnicos de engenharia em São Paulo, como um mundo à parte, com valores próprios e pretensão a um monopólio sobre os saberes legítimos que concernem ao urbano.

Se é bem verdade que, na "prática", diversos engenheiros e arquitetos deviam parte maior ou menor de seus triunfos profissionais, durante todo o período em estudo, a seus êxitos no círculos sociais de elite[139], não é menos verdade que cada vez mais

---

moral, intelectual e industrial" (cit. por FISCHER, 1989, p. 288).

[138] A esse respeito, Sylvia Fischer escreveria: "apesar de responderem a demandas técnicas e ideológicas semelhantes, essas escolas nunca tiveram stauts semelhante. Do ponto de vista do prestígio social, os graduados da Escola Politécnica, a escola oficial, iriam desfrutar de preeminência em relação aos do Mackenzie." (FSCHER, 1989, p. 14).

[139] Isso é evidente por si mesmo, não apenas pela origem social dos engenheiros, em geral filhos e parentes de fazendeiros (como o engenheiro João Florence de Ulhôa Cintra) ou de profissionais liberais estrangeiros ou imigrantes enriquecidos (como o engenheiro-arquiteto Heribaldo Siciliano, sobrindo do capo de indústria Alexandre Siciliano), seres em geral já integrados nos meios sociais de elite, mas também pela trajetória social que os acaba levando a proveitosas alianças com membros poderosos da oligarquia. Os casos mais interessantes parecem ser os de Francisco Ramos de Azevedo e do arquiteto russo Gregori Warchavchik. O primeiro seria casado com Eugênia Lacaze (1880),

agentes se distinguiam por seus "méritos", isto é, pelo reconhecimento de seus pares fundado em pareceres técnicos ou artísticos, e atribuído através de concursos, das instituições de ensino, das revistas de engenharia ou arquitetura, pela simples palestra informal entre engenheiros que comentam os trabalhos de colegas, ou pelo aval concedido pelas instâncias de consagração, etc.

Essa "esfera técnica" que surge nas primeiras décadas desse século, estruturava-se em torno de quatro eixos fundamentais: (1) instituições de ensino (Escola Politécnica, Engenharia do Mackenzie College, Belas Artes, Liceu de Artes e Ofícios); (2) setores de obras públicas (municipal e estadual); (3) órgãos de classe (especialmente o Instituto de Engenharia e Instituto Paulista de Arquitetos); e (4) os diversos ramos do mercado (empresas concessionárias de serviços de utilidade pública, construtoras, financiadoras, escritórios de projetos arquitetônicos, indústria de materiais de construção, imobiliárias, e, no limite, os simples proprietários).

Essa nova elite surgia assim com regras bastante estritas de acesso (diplomas de engenheiro), bem como, com instâncias de consagração bem definidas (Escolas Politécnicas ou equivalentes, setores de obras dos diversos níveis do Estado, congressos internacionais de engenharia ou arquitetura, etc.). Seriam essas "instâncias" as encarregadas de "distribuir" legitimidade e reconhecimento aos atos e posicionamentos tomados pelos técnicos. Elas funcionariam como uma espécie de tribunal avalizador das "opiniões", pareceres e projetos emitidos pelos agentes. Ocorria, entretanto, tais "instâncias" não sendo equivalentes entre si, possuiriam uma possibilidade maior ou menor de distribuir legitimidade aos agentes a elas filiados. À hierarquia entre de instituições de ensino, por exemplo, deveria corresponder uma hierarquia homóloga entre os técnicos de São Paulo. Com isso, a luta por legitimidade, pela afirmação do saber legítimo, passava rapidamente do conflito "engenheiro/ arquiteto" contra "mestres-de-obras", para conflitos no interior da esfera dos técnicos.

---

sobrinha de Francisco Glicério de Cerqueira Leite (1846-1916), um dos chefes do PRP de Campinas, o que certamente facilitou seu posterior e virtual monopólio sobre as encomendas de construções institucionais para os organismos estatais, além de lhe proporcionar contatos com as fontes de financiamento (Ramos de Azevedo teria ligações por exermplo com o Banco União) (FICHER, op. cit. 1988). O segundo se casaria em 1927 com Mina Klabin, após o que construiria sua primeira casa em estilo modernista, literalmente "sua" própria casa. Nos anos seguintes receberia várias encomentas, desenhando e construindo entre 1928 e 1930 mais oito residências e dois conjuntos de moradias econômicas (SEGAWA *Arquitetura no Brasil*, 1998, p. 44-5)

O exemplo mais transparente, nesse sentido, é o conflito aberto que se extende até meados da década de 30, envolvendo as posições ocupadas pela Escola Politécnica e pela Escola de Engenharia do Mackenzie College. Ocupando posições objetivamente inferiores, agentes como Christiano Stockler das Neves, fundador do curso de engenheiro-arquiteto do Mackenzie (1917), tiravam proveito de disposições adquiridas (no caso, a formação de arquiteto na Universidade da Pensilvania, concluída em 1911) para afirmar a proeminência dos ideais estéticos sobre os técnicos, da arquitetura sobre a engenharia, do artista sobre o cientista na construção das cidades. Apegado ao estilo neoclássico, padrão Beaux-Arts[140], Christiano Stockler das Neves combate a tendência de industrialização e estandartização dos processos construtivos que transformaria o arquiteto antes em negociante ou administrador do que em um artista, tanto quanto a difusão da arquitetura moderna no Brasil[141].

Tal linha de conduta parece querer reservar para si um mercado de construções altamente elitizado e valorizado, aquele dos monumentos e edifícios públicos[142], dos grandes palacetes ou prédios. Ao mesmo tempo, faz pouco dos projetos de casas populares, vilas operárias, edifícios fabris e, mesmo, daquelas construções dirigidas a um mercado de renda média e, mesmo da busca pela industrialização no cerne das

---

[140] Muito mais uma série de padrões de harmonia, equilíbrio, caráter e disposição de massas, que, segundo Stockler das Neves, deveriam ser aprendidos em estudos da arquitura "clássica". Seriam esses princípios quase imutáveis, devendo eles serem aplicados de acordo com as necessidades do presente. Não recusava com isso o uso dos novos materiais, como o concreto armado. Pretendia trabalhá-los com "arte".

[141] cf: SAMPAIO, Maria Ruth Amaral. "Christiano Stockler das Neves: o opositor do futurismo em São Paulo" In: PECHMAN & REBEOUL, 1994. Uma amostra mais contundente da rejeição ao modernismo empreendida por Christiano das Neve encontra-se em sua crítica ao projeto de 1936 elaborado pela Secção Técnica da E. F. Central, para a estação Central do Brasil. Trata-se de um edifício em concreto armado aparente, com alguns motivos Art-Déco (o chamado "stylo moderno") e predomínio de grandes vazios e claros por onde a luz solar penetra abundantemente, o que dá margem a especulações críticas de das Neves, ao falar do efeito nocivo da luz solar sobre o intelecto do homem branco. Contra o estilo moderno, o arquiteto contrapõe o Beaux-Arts predominante nos edifíccio públicos norte-americanos, estabelecendo a diferença entre um e outro escrevendo: "**A arquitetura é criadora. A técnica é executora.** (...) A arte intervem para tornar belos os produtos da ciência e da indústria. A ciência só por si, não nos dá prazer estético e nem conduz às criações da arte. Pelo contrário, por ser nitidamente utilitária é sua maior inimiga. **Entre qualquer cálculo e as obras primas da arte há um abismo**. Eis porque as construções **de um chamado 'estilo moderno'** exclusivamente utilitário, mesquinho, banal e vulgar, **não são consideradas obras de arquitetura** [todos os grifos do arquiteto]" (Revista de Engenharia do Mackenzie College, abril de 1937, p. 15.) O caso é paradigmático. Inicialmente, a estação Pedro II havia sido confiada aos arquitetos Samuel e Christiano das Neves (este último autor do projeto da estação inicial E. F. Sorocabana, premiada no III Congresso de Arquitetura) que desenharam efetivamente um projeto para ela, o qual acabou substituído pelo que mereceu crítica tão ácida. Uma disputa pura e simples por um mercado de projetos arquitetônicos.

[142] Os abertos a concursos.

atividades construtivas; isto é, tudo para o qual tendiam os ramos mais dinâmicos do mercado de construções, da década de 20 em diante, e os quais, em alguns casos, terão como principais animadores, Politécnica e politécnicos. A defesa da "Arte", relaciona-se a uma busca por um diferencial em relação às posições identificadas às instâncias de consagração dominantes, o que poderia proporcionar uma "virada de jogo". Se as repartições técnicas municipais são monopólio de politécnicos, Stockler das Neves encontrará na solicitação de realização de concursos de arquitetura para todas as obras públicas do Estado, um modo de equilibrar o jogo e aumentar as chances de sua "Arte":

> "O único meio honesto, leal, liberal e econômico é a instituição do concurso, desde o projeto, para toda a obra pública. É o concurso que põe em evidência os mais hábeis, revela a nulidade, compromete as reputações usurpadas e diminui os perigos do favoritismo"[143].

Oposição entre idéias sobre como deveria ser construída a cidade, mas também oposição entre instâncias de consagração e a quantidade de legitimaçãc a elas atribuído. Somente após a "Revolução Constitucionalista" de 1932 - durante a qual um grande número de engenheiros destacam-se engajando-se no esforço da guerra paulista, quer como soldados nas linhas de combate, quer como técnicos nos laboratórios ou na administração pública - um clima de congraçamento toma conta da engenharia paulista unificando mackenzistas e politécnicos. Estes haviam unido forças durante os combates e passam a se encontrar no Instituto de Engenharia de São Paulo, instituição que até então rejeitava o ingresso de mackenzistas. Até esse momento, a maioria das atitudes tomadas por representantes da escola oficial do Estado fora no sentido de desconsiderar a existência de sua rival.

Outro exemplo disso ocorre por ocasião do III°. Congresso Pan-Americano de Arquitetos, realizado em Buenos Aires em junho de 1927. A delegação paulista organizada pelo secção de arquitetura do Instituto de Engenharia de São Paulo veta a inscrição dos representantes do Mackenzie. Diante da perspectiva de uma inscrição direta no Congresso em Buenos Aires, o Comitê Permanente do Rio de Janeiro, que centralizava a organização dos representantes do Brasil, tenta remediar a atmosfera de

---

[143] Discurso proferido em 2 de janeiro de 1923 - colação de grau aos engenheiros de 1922 da Escola de Engenharia Mackenzie College (cit. por. SAMPAIO, Maria Ruth Amaral "Christiano Stockler das Neves: o opositor do "Futurismo" em São Paulo. In: PECHMAN & REBEOUL, 1994. p. 146.

dissensão que tomava conta da participação brasileira, concedendo credenciais para a Escola de Engenharia Mackenzie College. Ora, se a participação do Mackenzie já é atribulada de início, o final, narrado nas folhas da Revista de Engenharia do Mackenzie é apoteótico: "Dos máximos prêmios que o Congresso, em homenagem aos trabalhos individuais, conferia aos países representados, mereceu o prof°. Christiano das Neves, para o Brasil, o 'Prêmio de Honra e Diploma', outro sendo também concedido ao Dr. Ramos de Azevedo." (setembro de 1927, p. 9). A escola ainda conseguiria, segundo a revista, "alta distinção", conferida por uma medalha de ouro pelo conjunto de trabalhos apresentados. De retorno a São Paulo, em discurso a 10 de agosto no centro acadêmico da escola, Christiano das Neves não deixaria de tripudiar um pouco sobre os que tentaram impedir sua participação:

> "Quis a ironia da sorte que os trabalhos que apresentei, individualmente, merecessem também da benevolência do juri de Profissionais a maior recompensa que o Congresso conferia aos representantes do paises representados, tendo esse júri, por uma exceção estranha, conferido ao Brasil duas dessas recompensas, quando cada país só tinha direito a uma única.
>
> (...)
>
> "Ainda para São Paulo trouxe o mérito dos alunos de arquitetura do nosso Mackenzie uma medalha de ouro, que foi pela primeira vez obtida, em São Paulo, por uma escola de arquitetura" (setembro de 1927, p. 11).

Sintomaticamente, os primeiros jornais a publicar os resultados do congresso não mencionam o nome de Christiano Stockler da Neves, tal como acontece evidentemente, nas páginas das publicações vinculadas de uma forma ou outra com a Politécnica[144]. Mesquinharias desse tipo parecem indicar os contornos de uma economia simbólica na esfera técnica, na qual toda manifestação de reconhecimento por parte de alguma instância legítima faz o alvo desse reconhecimento melhorar sua condição de disputar mercados, ao converter disposições adquiridas em valores e propiciar chances para retirar valor das disposições dos adversários, tal como acontece na luta empreendida por Christiano das Neves contra o predomínio da técnica e da

[144] "Completando as notícias que já temos publicado acerca do Congresso Pan-Americano de Arquitetos (...) podemos hoje comunicar que (...) o Instituto de Engenharia obteve o Grande Prêmio de Honra, único para cada país, que coube aos trabalhos apresentados pelo nosso ilustre consócio Dr. F.

economia sobre a arte (no caso "Beaux-arts"), predomínio que ele identifica nas correntes da arquitetura moderna ou racionalista, nas tendências construtivistas e funcionalistas (que o arquiteto chamava de "futuristas"), mas também no próprio ensino politécnico e na engenharia[145].

P. Ramos de Azevedo." (B.I.E., setembro de 1927). Quem quer que esteja falseando a verdade da decisão do juri do Congresso apenas sublinha o valor de tais veleidades.

[145] Desse teor é uma de suas mais interessantes polêmicas. "Central do Brasil" X "Júlio Prestes".

V.4. O que se espera de um engenheiro paulista?

Certas disposições "morais" e o domínio sobre as soluções técnicas, parecem ter sido os dois principais valores, utilizados pelos quadros técnicos em sua reivindicação de autoridade sobre o social. Nota-se também uma espécie de correspondência entre a auto-imagem criada no interior da esfera técnica e algumas manifestações encontradas no meios intelectuais da época: a exacerbação nacionalista e a valorização da ciência positiva. Em boa medida, tais discursos tendem a agregar atrativos simbólicos a uma formação profissional já posta em evidência, dado todo o processo de expansão das atividades urbanas, que caracteriza os finais do oitocentos e inícios do novecentos.

Entretanto, no interior da esfera técnica, quais os principais meios de se criar linhas de conduta e de disposições esperadas?

Em primeiro lugar encontra-se o ensino, depois as formas de ascensão na esfera técnica, as reputações que são criadas pelo trabalho continuado, as oportunidades obtidas pelas relações familiares. Não é nada desprezível, também, o peso dos concursos, que servem tanto para dar finalidade a símbolos de distinção como os diplomas, requeridos na inscrição, quanto para conduzir e orientar as formações, indicando as disposições que deveriam ser introjetadas e aquelas que devem desaparecer. Com isso, pode-se compreender o teor de ameaça que se deveria revestir, o projeto "futurista" da estação Central do Brasil, para um agente particularmente amigo dos concursos de projetos arquitetônicos, como Christiano Stockler das Neves. Se os padrões estéticos, funcionais e econòmicos consagrados nessa estação ganhassem reconhecimento, poderiam ser utilizados como "valores" em concursos futuros, significando por um lado, um duro golpe para a posição ocupada por Stockler das Neves, no mercado de trabalhos arquitetônicos, por outro, uma abertura para que as aquisições técnicas e artísticas dos jovens arquitetos fossem atraídas para esses conceitos. De qualquer modo, controlar os critérios de julgamento em concursos, parece um recurso fundamental para a manutenção de certas posições na esfera técnica.

Outro exemplo, os concursos para preenchimento de vagas abertas nos corpos docentes estruturam os esquemas de reprodução das posições dominantes nos quadros

técnicos. As vagas abertas no corpo docente da Escola Politécnica, paulatinamente, passam a ser preenchidas por ex-alunos[146], algo também notável no caso da própria Engenharia do Mackenzie[147]. Esses rituais de ascensão no interior do grupo deixam claro quais são as aquisições de saber, as disposições e a titulação necessárias a um candidato[148]. Os professores catedráticos indicam desse modo, o que se espera de um engenheiro que pretende uma vaga no corpo docente da politécnica. Mesmo se na prática esses "rituais" não estiveram imunes ao peso das relações familiares e ou colaterais, de amizade, etc., a expectativa de que isso não ocorresse fazia com que intromissões desse tipo, na lógica de admissão, fossem vistas como injustiças.

Anhaia Mello, aliás, poderia exemplificar esse processo de sucessão. Quando Maximiliano Emílio Hehl morre, em 1916, abre-se um concurso para o preenchimento da vaga aberta na 4.ª secção de Artes da Escola Politécnica. Candidatam-se para o cargo de professor substituto e classificam-se nessa ordem os engenheiros-arquitetos (formados na própria Politécnica) Alexandre Albuquerque (empossado em 1917), Luiz de Anhaia Mello (empossado em 1918), Bruno Simões Magro e Francisco Tito de Souza Reis (que não compareceu). Anhaia Mello, apesar de ser o candidato favorito do então diretor da Politécnica, Francisco Ramos de Azevedo, perde para o engenheiro-arquiteto Alexandre Albuquerque (1880-194). Este notabilizou-se por acumular êxitos acadêmicos ao longo de sua vida. Egresso do Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde se formara agrimensor (classificado aliás, em primeiro lugar), ingressa na Escola Politécnica, lá permanecendo entre 1899 e 1905, quando se forma engenheiro arquiteto e civil com distinção, sendo escolhido orador da turma e premiado com viagem de estudos para a Europa. Não é possível ou necessário, recuperar aqui as causas da preferência da banca examinadora por Albuquerque, mas

[146] ver FISCHER, 1989.

[147] Já em 1915, o Mackenzie promoveria um ex-aluno, o engenheiro civil Alexandre Orecchia de professor de matemática no Mackenzi College para professor de engenharia. Posteriormente a lista é bastante extensa, passando pelos engenheiros Henrique Pegado e Irineu Carvalho Braga, como exemplo. Cf: Revista de Engenharia do Mackenzie a partir de abril de 1933, na qual se encontra a biografia de todos os professores da Escola.

[148] Essa apreciação aparentemente "subjetiva" acerca das chances de cada um, funda-se, entrementes, na percepção que cada um possui de uma hierarquia objetiva e objetivada entre posições. Da mesma forma como não convém considerar a "timidez" exibida por um agente colocado em situação de inferioridade, como justificativa da situação de inferioridade, qualificar de ilusória a apreciação que um engenheiro-arquiteto tem de suas próprias chances, em um concurso politécnico, é desconsiderar a objetividade das hierárquias sociais.

com certeza, suas habilidades de desenhista e um apuro no domínio dos estilos arquitetônicos terão significado trunfos nada desprezíveis.

Contudo, um dos principais instrumentos utilizados para essa operação, que era antes de tudo pedagógica (era preciso ensinar os engenheiros como se portar como um engenheiro, mostrar o que se espera deles, bem como, fazer com que os resultados de suas atitudes sejam previsíveis), encontram-se nos órgãos de classe de engenheiros e arquitetos: ***Boletim do Instituto de Engenharia***[149], ***Architectura e Construcções***, ***Revista Politécnica*** e ***Revista de Engenharia Makenzie***.

Através de suas páginas, identidades e oposições são estabelecidas. Como exemplo, nos boletins é comum encontrar listas de engenheiros (de sócios ou de ingressantes no Instituto, de licenciados para exercer a profissão pela prefeitura, de contratados pelo Estado, de engenheiros das repartições técnicas, etc.), obtuários e necrológicos de engenheiros venerandos, além de artigos sobre questões técnicas e realizações ou obras em andamento de engenheiros sócios. É claro que informações sobre soluções técnicas formuladas para solucionar um problema específico, interessavam ao conjunto dos profissionais envolvidos com a mesma matéria. Entretanto, elas servem igualmente para que se contabilize aumentos ou diminuições da quantidade de capital simbólico para os autores dos artigos, dependendo do tipo de recepção que eles merecessem. De qualquer forma, o conjunto desses textos acaba possibilitando que os profissionais de engenharia engendrem sua auto-imagem em relação aos outros e às instâncias de consagração.

O "exemplo" como instrumento pedagógico, tem nos necrológios e nas homenagens póstumas um espaço privilegiado. Eles podem servir a múltiplas funções: estabilizar regras de acesso à esfera técnica, estabelecer posições, constituir categorias

[149] O Instituto de Engenharia de São Paulo foi fundado em 1917 e se tornaria uma das principais instâncias de consagração do campo dos técnicos não apenas por reunir em suas fileiras os principais nomes da engenharia do Estado, mas principalmente, por propiciar um espaço no qual o capital simbólico de cada agente poderia ser averiguado. Isso acontecia pelo fato do INSTITUTO DE ENGENHARIA reunir numa única instituição engenheiros que ocupavam posições bem diferenciadas (professores da politécnica, técnicos dos setores de obras públicas, arquitetos de escritórios de arquitetura, engenheiros de outras instituições de ensino, etc.) e constituir um ponto de encontro, exposições de idéias e debates. Dessa forma, a partir do INSTITUTO DE ENGENHARIA podia ser estabelecida uma hierarquia baseada estritamente nos valores do campo, supostamente sem coerções de nenhum poder exterior a ele. O INSTITUTO DE ENGENHARIA realiza em seu espaço aquele ideal supremo do campo, que é constituir um mundo à parte, com regras, valores e habitus particulares.

de percepção e apreciação, educar os agentes ajustando disposições a posições, criar a expectativa de sanções ou recompensas para tipos determinados de ações, etc. Homenagens póstumas costumam revelar menos sobre quem morreu e mais sobre o que se espera da conduta dos agentes que compõe o grupo. Sobretudo, a formação de um panteon parece congelar posições que são retiradas da disputa. Paula Souza - a voz que do túmulo exorta os engenheiros paulistas para se engajarem na luta de São Paulo -, Saturnino de Brito, Ramos de Azevedo, convertem-se depois de mortos em valores ideais intangíveis e inatingíveis. Engenheiros venerandos proporcionam, pelo exemplo de suas vidas (na verdade pelas suas biografias), referenciais supostamente estáveis, pouco sujeitos às mudanças de conjuntura, em relação aos quais os agentes localizam-se[150].

Demais, o "exemplo" como motivo pedagógico não era, bem entendido, uma invenção recente. Basta lembrar que duas das maiores tradições religiosas do presente, a cristã e a islâmica, têm no "exemplo" de seus fundadores as principais referências de comportamento desejado. A última aliás, possui em seu texto sagrado pequenas narrativas das ações de Maomé e seus companheiros, os "hadiç". Estas provinham de tradições orais que dependiam, para seu reconhecimento da legitimidade de sua cadeia de transmissão ou "isnad": constituindo-se na forma "X que ouviu de Y, que soube de Z que presenciou pessoalmente o fato". Cada "tradição" somente seria reconhecida se as testemunhas pudessem dispor da autoridade conferida pela posse de disposições tais como as de probidade, piedade e precisão, bem como, mais importante, que isso fosse neles reconhecido pelos fiéis. Não é preciso dizer que, agrupando-se em torno da valorização de tais disposições, os "fiéis" que tivessem suas imagens aproximadas aos "exemplos" ganhariam reconhecimento e autoridade. O mesmo se pode dizer de cristãos. Desse modo, o "exemplo" parece constituir em um bom e contumaz instrumento de agregação e formação de grupo. Algo semelhante parece ocorrer no interior da esfera técnica em São Paulo.

Dois meses após o falecimento de Saturnino de Brito, publica-se no BIE (maio de 1929, n.º 48) uma homenagem póstuma de autoria do eng.º civil França Meirelles, na qual o autor traça uma pequena biografia do engenheiro sanitário. Na vida de Saturnino de Brito, são enfatizados "todos os títulos ilustres" (a começar pelo título de engenheiro civil pela escola Polytechnica do Rio de Janeiro, obtido em 1886), mas,

[150] Aparentemente, cada geração de técnicos costuma eleger seu próprio "panteão".

sobretudo, a "retidão e inflexibilidade do seu caráter", "seu notável talento e grande valor científico, postos ao serviço dos seus deveres cívicos e profissionais". (p. 203). Ciência e civismo encontram-se para constituir uma noção de heroicidade.

> "A austeridade com que o dr. Saturnino de Brito exercia os princípios da moral mais sã, o verdadeiro culto que votava à probidade, na completa acepção desse vocábulo, a íntima convicção de empregar os máximos esforços na conquista de nobres ideais ou na defesa do bem público, fizeram-no, paladino destemido, enfrentar as metralhas da revolução como as fragorosas discussões no campo raso da ciência" (p. 204).

> "Quando em 1893 campeava a revolta, ameaçando num frêmito de idéias mal definidas, destruir a, ainda mal aprumada estrutura republicana, o engenheiro interrompe a sua carreira fazendo-se soldado para servir a causa da ordem. Alista-se como voluntário no batalhão que tomou o nome de Benjamin Constant, esse grande patriota e cientista que sem dúvida contribuiu para inspirar ao jovem engenheiro como à mais culta mocidade sua contemporânea, os princípio positivos da existência universal, idéias então dominantes" (p. 204).

> "Em São Paulo o governo incumbe a nobres servidores da Pátria, valorosos pela sua dedicação cívica e pela sua cultura, tais como Emílio Ribas, Adolpho Lutz,Vital Brasil e tantos outros de organizarem na linha de frente, essa memorável defesa profilática, enquanto um outro pequeno exército de técnicos, igualmente ilustre, iria completar a obra de defesa permanente - : o saneamento das cidades.
> "A batalha foi renhida e prolongada. Entrara mais tarde na peleja o sábio Oswaldo Cruz, conquistando para nós os louros de uma vitória completa, cujos benefícios usufruímos nestes últimos 20 anos- até os infelizes dias atuais em que a nossa civilização parece empreender uma marcha para trás.
> "Despindo a farda reaparece o dr. Saturnino de Brito, agora: - o engenheiro sanitário." (p. 205).

Percebe-se pela leitura da homenagem a Saturnino de Brito, sutilmente o sema correspondente a "luta" passa da função conotativa para denotativa. A experiência de Brito nos campos de batalha e seu engajamento profissional, nos "campos da ciência" tornam-se face da mesma moeda, engendrando uma superposição dos conceitos de engenharia e civismo. Dessa forma, o exercício profissional ganha uma dimensão cívica que legitima a conversão do reconhecimento de Saturnino de Brito nos círculos técnicos, em reconhecimento social.

Um mês após a homenagem a Saturnino de Brito, o Boletim traria a transcrição de um discurso proferido pelo eng.° Carlos William Stevenson, em 13 de junho de 1929 no Instituto de Engenharia, discurso no qual o autor, ex-funcionário da Mogyana, livre-docente da E. P. do Rio de Janeiro e professor honorário da E. P. de S. Paulo, traça um perfil biográfico e presta homenagens à memória do eng.° Ramos de Azevedo (1893-1928), por ocasião do aniversário de sua morte. Nesse dia seria inaugurado ainda um retrato do engenheiro-arquiteto[151].

Logo de saída, o autor menciona uma "(...) estranha sensação do vazio (...)" (p. 255) experimentada pelos que conheciam o engenheiro-arquiteto fundador e presidente do Instituto. A sensação de vazio é compreensível: Ramos de Azevedo ocupava uma posição ímpar no campo e certamente era querido em vários círculos. Ora, essa posição será reafirmada e potencializada postumamente. A leitura do texto de Stevenson parece indicar uma tentativa de projetar essa sensação de vazio, sentida pelos próximos, como posição perpétua no grupo de técnicos, posição essa definida paradoxalmente pela ausência de seu ocupante.

Tal como ocorre com Saturnino de Brito notam-se deslizamentos de sentido que fazem a imagem de Ramos de Azevedo, em rápidas transições, passar de soldado para engenheiro, ou de bandeirante para arquiteto/ engenheiro. O que possibilita essa última transição, que vincula Ramos de Azevedo a um mito regional, o dos "bandeirantes", era a própria idéia de pioneirismo. Como um herói redentor da sociedade, Ramos de Azevedo, o gênio criador, era o "bandeirante das nossas construções". A razão para a intangibilidade da posição de Ramos de Azevedo, explica-se pelos atributos com os quais ele é investido, no interior de uma representação particular da História.

> "Há homens que surgem e flutuam acima do nível normal dos contemporâneos, como que impelidos por essas forças inexplicadas do passado. São órgãos de que há mister a sociedade, para integrar-se nos seus altos destinos. São as fortes individualidades, os 'condutores de homens', de onde saem os conquistadores invencíveis e os reformadores irredutíveis, quer enverguem a farda de um general, quer um simples burel ou a blusa de um operário..
>
> "Poderosas são essas forças inexplicadas do passado, na terra dos bandeirantes. O dinamismo das bandeiras d'outrora surge, todos os dias, nos fatores históricos da grandeza de São Paulo.

[151] cf: oração fúnebre recitada por Anhaia Mello, in: ***Revista Politécnica***, maio/ julho de 1928.

"Tinha a capital paulista, na marcha retardada para o progresso, largo espaço perdido em longos anos de modorrento avançar. Havia faltado o Homem. E esse Homem surgiu por fim, na inconfundível figura do jovem arquiteto campineiro - Foi o Dr. Ramos de Azevedo esse predestinado.

"(...) Criou um mundo novo, uma vida inteiramente nova. Forjou o meio e os homens, fez o artesão e o mestre, a oficina e o artista. Reformou o gosto, despertou o anseio, hoje comum entre nós, do conforto, do bem estar e do luxo, característicos das sociedades adiantadas." (p. 256)

"Foi deste ninho de arte e de artistas [o Liceu de Artes e Ofícios], entretanto, e que somente uma alma imaginosa e um temperamento finamente artista como o seu seriam capazes de tirar do nada, que ele fez a alavanca com a qual moveu o mundo de inércia das massas passivas que teve de arrostar e arrastar para seguir a linha pré-traçada, na realização da grande obra do progresso de São Paulo." (p. 262).

A narrativa é claramente vazada no modo romanesco. É a história do herói Ramos de Azevedo que enfrenta um meio hostil e no final triunfa contra todos os obstáculos[152]. Esse mito de herói criador e redentor do meio, explica a colocação de Ramos de Azevedo no panteão dos engenheiros, pelo simples fato de que, nessa leitura da história, ter sido ele o responsável pela criação do meio no qual as gerações posteriores de técnicos iriam militar. Um segundo tema que apareceria, um pouco para aumentar a carga de distinção produzida pelo relato, referir-se-ia a uma suposta disposição de Ramos de Azevedo para a abnegação ou para a recusa de recompensas materiais, substituídas pelo reconhecimento da sociedade (reconhecimento pelo civismo), mas, principalmente pelo reconhecimento dos pares (critérios artísticos ou técnicos).

"(...) uma vida toda de trabalho infatigável, de despreendimento e de patriotismo. (...) E foi naquela magna tarefa [de construção da Matriz Nova de Campinas] que de par com o técnico, se mostrou o Homem.

[terminada a obra (1880)]

[152] Anhaia Mello seria aluno dileto de Francisco Ramos de Azevedo, o qual era fortemene ligado ao pai de Anhaia. Ao terminar o curso de engenheiro-arquiteto na politécnica, Anhaia ocuparia cargos em empresas fundadas por Ramos de Azevedo e o acompanharia em seu interesse pelo Liceu de Artes e Ofícios, que dirigiria. Note-se tanto a enorme confluência entre a figura do gênio nos textos de Anhaia Mello, e o modo como Stevenson descreve a figura de Ramos de Azevedo, quanto a recorrência de valores como o de "abnegação" ou de "proteção" e comando sobre os operários, presentes igualmente na "árvore do urbanismo" de Anhaia Mello..

"(...) quis a Câmara Municipal manifestar o reconhecimento do povo, oferecendo-lhe valiosa quantia. Mas, no mesmo gesto de Bolívar, um dos mais vivos exemplos da abnegação humana, rejeitando, após arruinado pela Revolução, o prêmio que oferecia o Congresso do seu país, recusou o Dr. Ramos de Azevedo tão expressiva demonstração de apreço." (p. 257).

Abnegação, recusa de recompensas materiais (ou consideração secundária), tais disposições seriam acompanhadas por toda uma ética do trabalho[153]. E, o conjunto desses valores, predisporiam os engenheiros para uma vocação para elite dirigente, lhes legando uma capacidade de liderança inata. "Era voz acatada, opinião seguida, quando, principalmente, falava" (p. 257)[154].

[cita o Dr. Francisco Vicente de Azevedo.]
"Nas modernas democracias, em que o trabalho é o soberano, os engenheiros culminam preponderantes. Pelas suas funções de comando e de coordenação, atuam como estabilizadores sociais" (p. 258).

A construção da imagem de Ramos de Azevedo, na qual se aproximam valores como os de liderança, rejeição da política, defesa de uma hierarquia social e aproximação entre exército e engenharia, mediada pelo espírito de civismo; desemboca em uma pré-figuração das possibilidades da engenharia, em um momento de busca de novas sínteses, de novos arranjos de poder que organizassem a sociedade em bases diferentes das tradicionais, mais condizentes com as transformações que se processavam.

"Lembrava-se ele de, um dia, ter sido militar, dizia. E que, se no exército estivesse, seria general, como os companheiros de então. Teria exercido comandos, teria alcançado vitórias, nenhuma porém lhe seria tão cara, como a parada do Jabaquara, em 1921.
"Ali, contemplava outro exército - o exército do trabalho - que o tinha ido saudar naquela memorável reunião de amizade e concórdia.
"E foi, movendo as falanges operárias (...)" (p. 258).

[153] Provavelmente, a ênfase na abnegação e na ética do trabalho estejam ligada ao modo como a crítica à elite dirigente bacharelesca vinha sendo enunciada, a partir das posições cientificistas. Muitas vezes, à crítica aos bacharéis, se juntava uma crítica ao catolicismo, posto em relação de desvantagem frente às correntes protestantes.

Stevenson dedica-se, com isso, menos a descrever que a fazer ver e a fazer crer. Tal valor, presente na totalidade das homenagens póstumas encontradas nos Boletins do Instituto, procura fundar, definir e introduzir disposições, para inscrever nos corpos dos agentes, as marcas de uma ideologia profissional. A pretensão dos profissionais de engenharia aos quadros das elites dirigentes, só poderia transformar-se em ação com efeitos práticos, na medida em que se conseguisse converter um "capital de reconhecimento" produzido no interior dos quadros técnicos, em grande prestígio social[155], ou seja, gerando um efeito de crença tal que fizesse com que uma competência específica se projetasse como saber fundamental para a gestão do Estado e liderança da nação[156]. Era preciso que, aos ocupantes das posições dominantes no interior dos quadros técnicos, fosse reconhecido o direito a posições hegemônicas entre os "leigos".

Mistura de disposições de domínio técnico com "imagens" de condutas morais pautadas em valores como trabalho, abnegação, ideais ascéticos, quase militares; os profissionais de engenharia, em São Paulo, constróem para si, algo como um mundo à parte, um modo de vida diferenciado. Este tentava distinguir-se dos valores que, supostamente, norteavam o sucesso social na primeira república, tentando substituir a literatura pelos valores da engenharia, a retórica pelo pragmatismo. Seria com base nesses valores que se buscará construir espaços nos quais, a esfera técnica poderia projetar uma imagem de autonomia e autoridade. Particularmente quando o domínio da técnica reforçava um valor moral.

De certo modo, era porque o ensino de engenharia pressupunha a aquisição de uma série de disposições que supostamente habilitariam os engenheiros a posições de

---

[154] Compare-se com a seguinte passagem da homenagem a Saturnino de Brito: "Por todos ele era ouvido como um oráculo, os seus conselhos eram seguidos sem restrições (...)" (BIE, maio de 1929, n. 48, p. 204).

[155] Para se ter uma idéia da trajetória ascendente das posições vinculadas às profissões técnicas, compare-se os psotos que engenheiros vão ocupando na administração pública, ao longo da três primeiras décadas do século, com um juízo formulado pelo presidente de São Paulo, o bacharéu da Faculdade de Direito de Olinda, José Thomás Nabuco de Araújo: "(...) 'os engenheiros administram mal, não são mais próprios para administrar' pois bem, separais a parte administrativa da parte científica e fiscalizadora, e ficará o mal remediado (...)" (Relatório apresentado pelo Presidente da Província à Assembléia Legislativa provincial em 01.05.1852, São Paulo typ. Governo, 1853, p. 43 (citado por SIMÕES Jr., 1990, p. 35).

[156] De certo modo, os projetos educacionais propagandeados por engenheiros tendiam sempre à defesa de um ensino técnico, fundado mais sobre a observação e a experiência que sobre o domínio de textos. Ensino prático e pragmático, voltado para tornar moral e fisicamente sadios os estudantes, mas também, para difundir valores de trabalho disciplinado, conduta racional e crença na ciência e na técnica.

mando (na indústria supervisão e comando de operários, organização dos fatores de produção, etc.), vinculadas a saberes técno-científicos, que se encontram tantas projeções das qualidades dos engenheiros para as dos líderes políticos. Por exemplo, em "O ensino superior de Engenharia" (1943), o engenheiro Dulcídio Pereira descreve o engenheiro como "criador e grande inspirador das realizações industriais" e que por isso deve conduzir os homens, tendo que "desde cedo habituar-se a dirigí-los, orientá-los e (...) comandá-los"[157].

[157] citado por KAWAMURA. 1976. p. 79.

V.4. O Setor de Obras Municipais contra a "árvore do urbanismo": o surgimento de uma posição divergente no pensamento urbanístico paulistano.

Para as questões relativas aos problemas urbanísticos, nenhuma instância teve poder comparável ao acumulado pelo setor de obras municipais, ao menos ao longo das três primeiras décadas. A autonomia dos municípios, determinada pela Carta republicana de 1891, propiciou as condições necessárias para a montagem de um setor de obras públicas no nível dos poderes municipais, já que a municipalidade recuperava parte de sua autonomia financeira e atribuições. Desse modo, o primeiro prefeito da cidade, o conselheiro Antônio Prado, ao tomar posse do cargo (1899), convida Victor da Silva Freire - engenheiro pela Politécnica de Lisboa e pela École des Ponts et Chaussées de Paris -, para chefiar a recém fundada Diretoria de Obras Municipais. Esse engenheiro ocuparia ainda um posto como professor da Politécnica de São Paulo e, posteriormente, teria seu nome envolvido no grupo diretor da Companhia City (1941). Em tal contexto, a Escola Politécnica disponho do status de escola oficial do Estado de São Paulo, era natural que seus professores e ex-alunos tivessem precedência para a ocupação de cargos na burocracia técnica dos aparelhos de estado.

Com efeito, os postos dominantes do setor de obras municipais nas três primeiras décadas do século, revelar-se-iam um virtual monopólio do corpo docente da Escola Politécnica. Ora, se Victor da Silva Freire, João Florence de Ulhoa Cintra, Arthur Sabóia, Prestes Maia (este por pouco tempo) tinham todos em comum, por um lado, o pertencimento aos quadros da Politécnica, por outro, os engenheiros ou engenheiros-arquitetos do setor de obras elegerão, como eixo central para seus trabalhos, a resolução técnica dos problemas de tráfego e saneamento do centro da cidade, formando desse modo, uma espécie de linha evolutiva sem solução de continuidade por todo o período em questão: cada sucessor no posto de chefe de secção técnica ou da diretoria de obras, retomava a contribuição de seu predecessor. Estão fincadas assim as bases da história do urbanismo que será escrita posteriormente. Nela, mesmo que se afirme a presença de Anhaia Mello, este permanece como algo exterior e secundário diante da tradição principal desse "pensamento urbanístico paulistano" enraizada no setor de obras municipal.

Ao longo desse período, a importância das grandes obras viárias, de saneamento ou infra-estrutura, é incontrastável e decisiva para os rumos que a cidade tomaria. A autoridade conferida pela Escola Politécnica permitiu a cristalização de uma série de práticas de intervenção urbana, no nível dos poderes municipais, baseadas em dois princípios: um normativo, dizendo respeito a regulamentações de atividades construtivas, de uso do solo, etc; e outro, de intervenção direta no espaço urbano. Este tinha como instrumento privilegiado, o plano, entendido como um conjunto de projetos de obras públicas encadeadas e ajustadas entre si, abrangendo e afetando a cidade direta ou indiretamente como um todo[158]. Em geral, diz-se que um momento chave para a trajetória do setor de obras municipais, teria sido os choques entre os poderes estadual e municipal, para a determinação do plano de urbanização e saneamento do vale do Anhangabaú em 1911.

Como se sabe, tal polêmica envolvendo o engenheiro da prefeitura Victor Freire e o engenheiro Samuel da Neves, que havia sido contratado pelo poder público estadual, terminou com a mediação do arquiteto Bouvard, que se decidiu por um terceiro projeto, mais ou menos, uma mistura dos dois primeiros, porém consagrando as principais soluções de Freire. Uma divisão quase tácita observa-se após tais fatos. O Estado limitava suas atribuições, na cidade, quase às suas comissões técnicas de saneamento de várzeas e retificação dos leitos dos rios, bem como à construção de prédios públicos de sua alçada. Quanto ao município, tomava para si as grandes obras de embelezamento e outras referentes aos problemas viários (abertura e calçamento de novas ruas, alargamento do leito carroçável, etc).

As atribuições de que se revestia o setor de obras municipais, faziam dele o principal centro de elaboração do "pensamento urbanístico paulistano". Afinal, consistia ele, logicamente, na única posição de onde se podia formular um projeto e contar com autoridade e poder de disposição suficientes (não com muita freqüencia, é certo) para colocá-los em prática, materializando os desenhos no espaço urbano ou fazendo com que as idéias ganhassem objetividade, transformando-as em legislação,

[158] Um dos instrumentos utilizados para aumentar "os capitais" acumulados pelos setores de obras estatais, constituiu-se na criação de legislação profissional relativa à construção [projeto n.o 2 de 1926, apresentado pelo engenheiro-arquiteto Alexandre Albuquerque], a qual, "(...) praticamente reservava o mercado de obras bublicas aos engenheiros". Esse fato tem importância decisiva na medida que "(...) a expansão dessas obras não só havia fortalecido a categoria dos engenheiros que militavam na administração pública, como também favorecia na sua transformação em empresários nas construtoras que se formavam" (PEREIRA, 1988, p. 128).

caso por exemplo da consolidação das leis que regiam as atividades construtivas no município, estabelecida pelo engenheiro Arthur Sabóia em 1929.

Se até a década de 20, um bacharel como Milciades de Luné Porchat ainda podia propor o que ele via como um "plano de conjunto" para a cidade[159], quando chegamos à década de 30, o monopólio das soluções urbanísticas já se encontrava nas mãos da Diretoria de Obras e, secundariamente, das instituições que ocupavam as posições dominantes na esfera dos técnicos, como o Instituto de Engenharia, o Instituto Paulista de Arquitetos, a Escola Politécnica, etc. Certamente, já nessa época, uma brochura como ***De que precisa São Paulo*** (1921) não encontraria as condições de felicidade que a salvariam de ser mero papel jogado ao vento (de resto, mesmo em 1921, com a autoridade de Victor da Silva Freire à testa da Diretoria de Obras sua repercussão tinha que ser muito limitada).

Há uma razoável continuidade no modo como os técnicos que se sucedem no setor de obras municipais, representam a cidade e formulam soluções. Se se toma os "Melhoramentos de São Paulo" (1911), a proposta do "périmètre de rayonnement" de Ulhôa Cintra (1926) e o "plano de avenidas" (1930), nota-se imediatamente a reiteração da mesmas disposições: todos esses estudos percebem uma linha de desenvolvimento "natural" da cidade, com um centro pitoresco na colina (ou colinas) central de onde partem as vias de comunicação "naturais" com os bairros periféricos, formando "raios" (as radiais). Baseando-se em Stübben, Munford Robinson ou Eugène Hénard, os técnicos propunham a construção de um anel de captação do trânsito de passagem, ao redor do centro, cuja função seria protegê-lo; uma série de melhoramentos nas vias já existentes, que partem do centro para os bairros; a expansão e alargamento de certas vias existentes, transformando-as em grandes "radiais"; e de uma série de vias de comunicação entre os bairros, cortando perpendicularmente as vias radiais, e formando novos "anéis" viários.

É evidente, a solução "radial-perimetral". Esta, em aparência tão lógica, consagra como "natural", uma tendência de crescimento urbano criada "naturalmente"

---

[159] Na verdade, seu livro ***De que precisa São Paulo***, parecia muito mais uma série de sugestões de alargamentos, extensões, embelezamentos de vias; construção de monumentos cívicos e outras obras, sustentadas por argumentos tirados do "bom senso" ou "senso comum". Tais "sugestões" (no mais das vezes, na forma de projetos isolados de novas ruas, calçamento, etc) apareciam com freqüencia como projetos na Câmara de Vereadores, tal como acontece ainda hoje. Uma das lutas do setor de obras parece ter sido justamente, neutralizar com argumentos técnicos, essas intervenções que dizem respeito mais ao imediatismo da pura lógica da política.

pelo concurso dos agentes interessados em produzir valorizações imobiliárias nas áreas periféricas da cidade[160]. Todos estes fatos são por demais conhecidos. De qualquer modo, o que se quer ressaltar é que, no contexto do setor de obras municipais, cria-se uma visão particular da cidade. Esta objetiva-se no espaço urbano através de planos de intervenção e legislação, os quais indicam a sintonia entre as práticas dos engenheiros municipais e as tendências de expansão urbana. É claro que tal sintonia não era o reflexo "espontâneo" das transformações materiais na super-estrutura, mas o produto de toda uma acomodação de interesses sedimentados na estrutura administrativa municipal. O setor de obras pôde afirmar sua autonomia porque ele já havia sido moldado a imagem e semelhança das tendências de crescimento da cidade, contribuindo tanto para reproduzí-las quanto para "naturalizá-las".

Para a trajetória do setor de obras municipais, a nomeação de F.P. Maia para o cargo de Prefeito de São Paulo e de João Florence de Ulhôa Cintra para Vice-prefeito, em 1938, na interventoria de Adhemar de Barros, significaria um dos seus ápices. Era como se o próprio Departamento de Obras, portanto, ascendesse ao poder executivo. Doravante seria o próprio prefeito (mesmo porque a Câmara fora fechada com o golpe de 1937), o vértice da estrutura de poder do D.O.P. municipal. Este último, em contrapartida, confundia-se cada vez mais com a própria prefeitura. A promoção de Francisco Prestes Maia ao cargo de prefeito coroava assim a trajetória do Departamento de Obras municipais, ao mesmo tempo, multiplicando seus poderes de disposição e autonomia, consagrando, de uma vez por todas e simultaneamente, a visão da cidade preferida pelos seus técnicos e concentrando nas mãos do prefeito tanto a direção política quanto a competência técnica, exibindo a imagem de um poder eqüidistante das classes sociais, através da transposição dos valores e práticas concentradas nas repartições técnicas do município para a máquina administrativa como um todo.

Nesses anos de afirmação da autoridade do setor de obras municipais, momento no qual se procura convertê-lo no espaço por excelência da busca de autonomia do "pensamento urbanístico paulistano" - autonomia suposta e relativa -

[160] Esses procedimentos arraigaram-se tão fortemente nas ações do poder público que, posteriormente, seriam reiteradas dezenas de vezes, funcionando como uma "camisa de força", para os planejadores (embora nenhum deles fosse particularmente ingênuo). Prova disso é o próprio formato que tomou as duas linhas principais do metrô paulistano. Duas linhas extensas, acompanhando as principais radiais de Prestes Maia.

alguns autores notam um movimento contínuo de institucionalização das práticas desenvolvidas pelos engenheiros municipais, no interior das repartições técnicas. Isso parecia contribuir para moldar tais repartições à imagem e semelhança dos técnicos que nelas atuavam. Haveria então uma "linearidade no processo de constituição do pensamento urbanístico nas três primeiras décadas, que é gestado no interior do setor de obras e que é, gradativamente, incorporado na estrutura organizacional da administração municipal"[161].

Tudo ocorreria como se a cada reforma na administração pública, a estrutura das repartições técnicas se adequasse às práticas dos engenheiros municipais. Não obstante, tal fato teria como contrapartida, a gestação secreta de sua própria negação: as idéias e práticas dos engenheiros municipais, que formam a corrente principal do "pensamento urbanístico" paulistano, ao se institucionalizarem, autonomizam-se e afastam-se das atividades rotineiras - "práticas" - do setor de obras, especializando-se na confecção de planos para a cidade cada vez mais abstratos e genéricos. Tal tendência prepararia o terreno para a ocorrência daquilo que Villaça chama de a passagem do urbanismo que "era praticado", para um outro, "apenas discurso".

Sarah Feldman destaca três marcos para sustentar tal ponto de vista. Em 1931, a Seção de Cadastro e Urbanismo da Diretoria de Viação e Obras Municipais, cinge-se em duas seções especializadas, ficando a de "Urbanismo", que é a que interessa, responsável pelo "(...) estudo geral de viação remodelação, embelezamento, extensão e sistematização da cidade, estudos de canalização e retificação do rio Tietê e de outros rios do município; todas as questões referentes aos problemas de urbanização"[162]. Tais obrigações ao não divergirem do programa de ação traçado por exemplo pelo *Plano de Avenidas* de 1930, consagravam de certo modo, uma esfera de ação já reivindicada pelos técnicos.

O segundo marco seria 1935, ano das reformas administrativas do prefeito Fábio Prado. No curso dessas reformas que pretendiam modernizar a administração municipal, o setor de obras transforma-se em Departamento de Obras Públicas, que passava a comportar uma Divisão de Urbanismo dividido em duas subdivisões: a de Topografia e Cadastro e a do "Plano da Cidade", que institucionalizava este último. Tal "plano da cidade", ao ser qualificado como de "expansão e remodelação",

[161] FELDMAN, 1996. p. 21.
[162] Ato nº. 50 de 9/01/1931, citado por FELDMAN, 1996. p. 20.

novamente apresenta o *Plano de Avenidas* como sua expressão prática, consagrando as práticas existentes no setor de obras.

Já 1947 marcaria aquela passagem do "urbanismo que era praticado" para o "urbanismo só discurso", incidentalmente ou não, momento situado entre duas gestões de Prestes Maia no executivo municipal. Neste ano através do decreto lei 431 de 7/7, o Departamento de Obras é reorganizado e rebatizado com o nome de Secretaria de Obras e Serviços Municipais. As "questões de urbanismo" autonomizam-se do setor de obras, constituindo um departamento à parte, o de Urbanismo e institucionaliza-se uma "Comissão Orientadora do Plano da Cidade", mais ou menos nos moldes propostos por Anhaia Mello. Feldman percebe na estrutura do departamento de Urbanismo uma perspicua identificação com as idéias do "planning", desenvolvidas nas primeiras décadas do século nos Estados Unidos, e recepcionadas e difundidas no Brasil por Anhaia Mello, através de sua cátedra na Escola Politécnica, em artigos e conferências.

Conclui-se então que, se entre 1925 e 1936 a institucionalização viria a reboque da prática, consagrando os procedimentos e a visão dos engenheiros municipais, em 1947 ocorreria o inverso: "a estrutura adotada pelo departamento de urbanismo se antecipa à prática e tem caráter exógeno", demandando aos técnicos procedimentos para os quais não tinham preparo.[163] Responsabilizado pela mudança de rumos, critica-se Anhaia Mello na medida em que transporia acriticamente modelos de planejamento norte-americanos, sem levar em consideração as especificidades locais, tanto da origem, quanto do destinatário. Enquanto nos Estados Unidos o "planning" dos anos 20 desenvolveu-se fora do aparelho de Estado, em São Paulo, "os engenheiros municipais eram figuras centrais no debate urbanístico e sua competência profissional era altamente considerada".[164]

Anhaia Mello.

Que o "urbanismo" de Anhaia Mello contrariava a "mentalidade vigente no setor de urbanismo e desqualifica(va) os engenheiros municipais", parece fora de dúvida. No entanto, talvez seja mais promissora uma perspectiva que, ao invés de enfatizar uma suposta desconsideração das especificidades locais, presente nas

[163] FELDMAN, 1996, p. 21.

propostas de Anhaia Mello - que pode escorregar para o problemático conceito de adequação das instituições à realidade, próximo ao das décadas de 20 e 30 -, prefira sublinhar os sentidos de um conflito, que apontava de lado à lado, para a busca de um rearranjo na correlação de forças envolvidas com os problemas urbanos da cidade. Pois era disto que se tratava, de uma luta entre forças que reivindicavam o direito de determinar quais e como seriam as intervenções que pesariam sobre o espaço urbano. É claro que, com uma posição firmemente enraizada na estrutura administrativa municipal, os engenheiros do setor de obras podiam mobilizar todos as legitimações provindas tanto do peso de sua "tradição", quanto dos consensos gerados pelo processo de acomodação do setor de obras às injunções do mercado imobiliário e do campo da política.

Quanto à questão da montagem de toda uma estrutura comprometida com o ideário de planejamento, na administração pública nos anos de 1940 aos de 1970, tal questão foge ao escopo deste trabalho. É possível ao menos sugerir, como hipótese, que Anhaia Mello se aproveitava de uma correlação de forças aparentemente favorável, no momento, para mobilizar seu prestígio e fazer valer sua visão particular do problema. Todavia, a sintonia momentânea entre as posturas de Anhaia Mello e a dos homens de Estado, não implica necessariamente que o sentido das reformas administrativas de 1947, apontasse na direção de seus desejos. Aparentemente, é muito mais o caso de uma burocracia com novos procedimentos que procurava um discurso que lhe conferisse legitimidade.

O sentido da trajetória de Anhaia Mello parece residir na construção do urbanismo, como uma espécie de instituição com poder - maior ou menor - sobre os atos humanos que tinham rebatimento no espaço urbano. Através de certas práticas e estratégias, a "árvore do urbanismo", objetiva-se em relação aos agentes, deles demandando a consideração de sua presença. Isso queria dizer, fundamentalmente, que a "árvore do urbanismo" deveria em primeiro lugar, afirmar sua "verdade" no interior da esfera técnica e contra todas as posições concorrentes, para depois, transferir o reconhecimento dessa "verdade" para o espaço social como um todo. Criação exterior à burocracia técnica do Estado, a "árvore do urbanismo" de Anhaia Mello visava transformar uma correlação de forças, inteiramente favorável à posição dos engenheiros municipais, através da organização e do domínio sobre um sujeito coletivo

[164] FELDMAN, 1996, p. 34.

produzido pelas práticas do urbanismo: a "opinião pública". Esta, longe de gratuita e quimérica, tinha um papel decisivo na estratégia de institucionalização do urbanismo de Anhaia Mello. A opinião pública surgia como um necessidade na luta contra a posição dos engenheiros municipais.

Essa construção social de uma verdade - aquela figurada pela "árvore do urbanismo" -, cuja modalidade prática particular em grande medida era o proselitismo - foi uma obra realizada com os "tijolos discursivos" que se encontravam disponíveis, em um terreno histórico - que de favorável, revelou-se extremamente movediço - por um engenheiro-arquiteto com um grande "capital de reconhecimento" quer entre os técnicos, quer entre leigos. O terreno histórico onde se plantou a "árvore do urbanismo", foi a conjuntura de transformações institucionais dos anos de 1930. Quanto aos tijolos, estes aparecem como marcas em seus textos e dividem-se em quatro tipos principais: as disposições que compunham a ideologia profissional particular da esfera técnica; algumas imagens consensuais utilizadas para descrever e solucionar os "problemas brasileiros"; o uso dogmático de citações de autoridades técnicas estrangeiras; e, por fim, o apelo difuso a um "bom senso", mistura de enunciados tomados à doxa e tendência a um messianismo emanado pelo uso continuado de imagens religiosas.

Trata-se de fato, de uma estratégia de acumulação de poderes que articulava um determinado discurso, com lugares certos de onde proferi-lo - as posições alcançadas por Anhaia Mello na Escola Politécnica, no Instituto de Engenharia - e de uma ocasião privilegiada. Desse modo, tal articulação parece ser menos o fruto mais ou menos automático de um "espírito da época", que a utilização quase deliberada de consensos intelectuais, ocasiões e "capitais de consagração", para fazer reconhecer os princípios do urbanismo como "verdades" e demandar os poderes de dispor sobre o espaço urbano, condizentes com essas "verdades".

Sócio fundador do Instituto de Engenharia de São Paulo (15 de fevereiro de 1917), Anhaia Mello proferiria nessa instituição e no Rotary Club de São Paulo, a partir de 1928, as três séries de conferências com as quais pretendia divulgar os princípios básicos de sua disciplina, o Urbanismo. Tais conferências geraram um profundo interesse no interior da esfera de técnicos, o que a um só tempo contribuiu

para tornar corrente o uso da palavra "urbanismo" [165], bem como de alguns conceitos correlatos, e rendeu, provavelmente, um bom aumento de reconhecimento ao conferencista. Fato é que, em fevereiro de 1929, Anhaia Mello seria eleito presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo com uma expressiva margem de votos.[166] Professor e vice-diretor da E.P., presidente do Instituto de Engenharia, diretor do Liceu de Artes e Ofícios[167], Anhaia Mello ocupará a maioria das posições dominantes nas instâncias de consagração da esfera técnica na cidade das décadas de 20 e 30[168], o que de certo modo, atesta o seu alto reconhecimento.

As duas experiências de Anhaia Mello no posto de prefeito do município de São Paulo (em 1930 e 1931), ilustram bem a eficácia da posse de certas disposições valorizadas no interior da esfera técnica e suas conexões com a atmosfera mental dos anos de 1930. Tais experiências na chefia do executivo municipal devem-se, um pouco,

---

[165] Anhaia Mello participaria inclusive da criação da Divisão de Urbanismo do Instituto de Engenharia. Sobre isso, o Boletim de junho de 1929 (nº. 49) informa que, atendendo a uma solicitação de sócios: "Em sessão do Conselho Diretor de 31 de maio último foi autorizada a criação da Divisão de Urbanismo do Instituto de Engenharia (...)". Segue-se a solicitação, acompanhada da lista de nomes dos sócios responsáveis pela proposta, o que mostra um pouco do interesse sucitado pela nova disciplina ou, talvez, a ação dos agentes, no sentido de ocuparem a nova posição que surgia:
"Exmo. sr. Presidente e Demais membros do Conselho Diretor do Instituto de Engenharia de São Paulo.
"Os abaixo Assinados, sócios do Instituto, de acordo com o deliberado pelo Conselho Diretor vem solicitar a fundação da Divisão de Urbanismo do Instituto de Engenharia de São Paulo.
"S. Paulo, 30 de maio de 1929.
"a) João Florence de Ulhôa Cintra; João Baptista de Almeida Prado; Silvio Cabral Noronha; Arthur Saboya; Benjamin Egas; Ruy Valadão; C. Gomes Cardim filho; P. França Pinto; José Amadei; Adhemar de Azevedo Marques; Nilo Fajardo; Arthur de Lima Pereira; J. A. Vicente de Azevedo; Ruy Vergueiro; Theodoro A. Ramos; Alberto de Oliveira Coutinho; Rodolpho Valadão; Paulo de Morais Barros; Oscar Machado; Henrique C. da Rocha; José M. Silva Neves; Alexandre M. Rodrigues; Alexandre Albuquerque; Luiz de Anhaia Mello; Antônio C. Cardoso; José de Vargas Cavalheiro; Argemiro de Couto Barros; Alvaro de Souza Lima; Armando de Arruda Pereira." (BIE, Junho de 29, nº. 49, p. 310).

[166] Em 8 de março de 1929, terminava oficialmente a gestão do eng.º Alberto de Oliveira Coutinho no posto de presidente do INSTITUTO DE ENGENHARIA Em seu lugar seria eleito o engenheiro-arquiteto Luiz de Anhaia Mello com 108 votos (para 114 votantes). Para vice-presidente, Antônio Carlos Cardoso (82 votos); para Conselho Diretor, Ary Torres (109 votos) e Rodolpho G. Valadão (63 votos). Além destes seriam eleitos para o mesmo Conselho em segundo escrutínio (para desempate): Álvaro Lima (50 votos) e Argemiro Barros (35 votos). Sobre o resultado do evento, a nota comentaria: "Poucas vezes verificamos um tão grande comparecimento de sócios, fato este que vem claramente evidenciar, a vista da maioria obtida pelos eleitos, o valor e o apreço em que suas senhorias são tidos, entre os seus colegas." (BIE, fevereiro de 29, nº 45).

[167] Seria ainda fundador e presidente da Sociedade "Amigos da Cidade" em 1936.

[168] Além da carreira acadêmica, após formar-se, vincular-se-á a vários empreendimentos de propriedade de Francisco de Paula Ramos de Azevedo, amigo pessoal do velho Luiz de Anhaia Mello e professor do jovem: a F. P. Ramos de Azevedo e cia, a Companhia Iniciadora Predial (financiadora e construtora) e a Companhia Cerâmica Vila Prudente. Ocupou ainda posições na política, sendo eleito vereador à câmara municipal de São Paulo, em 1920; nomeado prefeito do Município de São Paulo, em 1930 (6/12/1930 a 25/07/1931) e em 1931 (14/11/1931 a 4/12/1931).

ao cientificismo apregoado pelo grupo político que governa o Estado, no período imediatamente posterior à revolução de 30 e, um pouco, às aparentes excentricidades da política brasileira dos anos 20 e 30. Anhaia Mello era um homem do PRP. Visto a distância, pode causar estranheza que o primeiro interventor de São Paulo, nomeado pelas forças políticas que fizeram a revolução, empossе como prefeito da capital, justamente um representante do partido da oligarquia anteriormente hegemônica, contra a qual supostamente o movimento havia sido desfechado.

Deposto o presidente do Estado em 1930, assume o executivo por quatro dias o general-de-divisão Hastinfilo de Moura. Segue-se a ele uma junta liderada por José Maria Whitaker e Plínio Barreto, redator do jornal OESP que permanece no governo por 40 dias. Ora, durante esse período, Miguel Costa, delegado do governo provisório federal e líder tenentista, juntamente com João Alberto Lins de Barros e Mendonça Lima, lança (a 12 de novembro) um manifesto através do qual fundam a Liga Revolucionária de São Paulo, com a intenção de desalojar das posições centrais no aparelho de estado, os agentes ligados ao Partido Democrático. Tal "liga" tenentista caracterizava-se tanto pela profunda desconfiança em relação aos "democratas" (os "cartolas") quanto pela crença numa gestão científica do Estado, produto da formação positivista de seus líderes.

Dessa forma, entre "democráticos" paulistas e tenentistas surgiam disputas acirradas pelo controle do Estado. Essa cisão dos que, às vésperas da revolução, se reconheciam adversários de um mesmo inimigo, o PRP, expressava uma profunda divergência acerca dos projetos de nação defendidos por cada grupo. Maria Helena Capellato vê nesse processo a luta entre ideários liberais ("dos democráticos") e anti-liberais (afinados com o grupo dos tenentes) ou descentralização política e centralização. Tal luta entre os grupos supostamente vencedores, explica em parte a nomeação de um perrepista para prefeito da capital[169].

De qualquer forma, cai Plínio Barreto, ascende ao posto de interventor o coronel João Alberto a 24 de novembro. Sobre esse último, sabe-se que participou da marcha da Coluna Prestes e que governou durante oito meses sob acirrada oposição. Será durante seu governo que Anhaia Mello ocupará o posto de prefeito pela primeira vez, de 6 de dezembro de 1930 a 25 de julho de 1931 (dois dias antes do afastamento de João Alberto da interventoria). Para o lugar de Anhaia, seria escolhido Francisco

Machado de Campos, prefeito durante a interventoria de Laudo Ferreira, mas nomeado ainda sob a interventoria de João Alberto. Prefeito e Interventor renunciariam no mesmo dia: 13 de novembro de 1931. É nomeado então o coronel Manuel Rabelo, que exercerá a interventoria de 13 de novembro de 1931 a 7 de março de 1932. Engenheiro militar, positivista de formação, Rabelo será responsável pela segunda experiência de Anhaia Mello na prefeitura, desta vez apenas por 20 dias. Para o posto novamente vago, será nomeado Henrique Jorge Guedes. Tal sucessão de prefeitos nomeados apenas se encerraria com a nomeação em 1934 de Fábio Prado, no início da interventoria de Armando Salles de Oliveria.

Entretanto, qual o sentido de tal seqüência de nomes? Observa-se nesse período, marcado por intensa instabilidade política, que a contrapartida para a sucessão de tenentistas na interventoria, foi a sucessão de sócios do Instituto de Engenharia, na prefeitura da capital. Empossado interventor, João Alberto, é compreensível - se forem levadas em conta tanto a luta entre "democráticos" e "tenentes" quanto a crença de verve cientificista desses últimos - buscará conduzir ao posto de prefeito, aquele que, na esfera dos técnicos fosse dono do maior reconhecimento. Professor catedrático e vice-diretor da Escola Politécnica, presidente do Instituto de Engenharia, Anhaia Mello mostrava possuir um conjunto de disposições ajustadas à auto-imagem dos engenheiros, constituída em meio à vigência das teorias realistas do século XIX, das quais o positivismo comteano foi a mais célebre. Como se sabe, tais teorias de cunho marcadamente autoritário, atribuíam à ciência, a tarefa de organizar a sociedade e construir a nação, construindo estruturas materiais e homens. Momento e disposições interiorizadas por Anhaia Mello, unem-se para lhe fornecer uma ponte para o reconhecimento social.

Partindo de uma situação de relativa despreocupação com as necessidades materiais, dono um alto capital de reconhecimento - fruto tanto da posição que Anhaia pai ocupava no corpo docente da Politécnica, quanto das fortes relações dos Anhaia Mello com Francisco de Paula Ramos de Azevedo[170] (capital de sociabilidade); e

---

[169] CAPELLATO. 1989. p. 171-175.

[170] É bastante provável que a proximidade com Ramos de Azevedo infundiria no jovem Anhaia disposições duráveis as quais explicariam vários traços de sua personalidade. Categorias de percepção e apreciação bastante similares podem ser encontradas por exemplo nas atitudes de um e outro em relação aos operários. Frente a eles, ambos exibiam atitudes senhorias e paternalistas o que certamente influiu decisivamente na vinculação de ambos à instituição responsável pela formação de mão-de-obra especializada na capital, o Liceu de Artes e Ofícios.

acumulando ainda mais trunfos durante seu período escolar, coroado de notável êxito acadêmico, Anhaia pôde dar-se ao luxo de, ocupando a maioria das posições dominantes no interior das instâncias de consagração na esfera técnica, na passagem dos anos 20 e início dos 30, constituir para si uma posição nova na esfera técnica, produto da acumulação de capitais simbólicos de todas as instâncias de consagração[171]: o Urbanismo.

Entretanto, uma ausência salta aos olhos: a do setor de obras públicas municipais. Posição relativamente "protegida" e de longe a que possuía os maiores poderes de disposição sobre o espaço urbano, proporcionava aos seus quadros técnicos boa dose de autonomia e chances de consagração - ao se materializarem os projetos no espaço urbano. A exceção indica na verdade uma oposição, uma situação de embate direto. O urbanismo constitui-se como posição em oposição frontal à da Diretoria de Viação e Obras Municipais, e em decorrência, contra a posição dos engenheiros municipais.

Não se tratava apenas de um debate de idéias, no qual se buscaria uma melhor solução para os problemas urbanos da cidade. Mais do que isso, a luta em torno do estabelecimento da ciência do urbanismo, trazia em si, a perspectiva de mudar a correlação de forças que determinara até então, os rumos da evolução urbana da cidade. Fazer valer os pontos de vista da "árvore do urbanismo" entre os técnicos, para Anhaia Mello, era poder contar com um trunfo nada desprezível, na hora de tentar arregimentar em torno de si aqueles que, possuindo algum poder de intervir no espaço, não estavam habituados às sutilezas do discurso técnico.

É o caso dos bacharéis e outros "cidadãos respeitáveis" com os quais Anhaia esperava poder contar, na tarefa de criação de sua "opinião pública educada". Desse modo, assiste-se aparentemente ao fenômeno nada comum em toda história

[171] É muito provável que esse fato tenha sido favorecido por disposições de Anhaia Mello, as quais o conduziam para a busca de novas sínteses do orgânico com o mecânico. Essas disposições de síntese manifestam-se em sua própria trajetória. Anhaia seria presidente do Instituto de Engenharia (curiosamente, durante a gestão de Anhaia no IE, Prestes Maia tornava-se o primeiro presidente do IPA, em 1930) e, logo depois, do Instituto Paulista de Arquitetos. Ora, desde sua fundação, malgrado os juramentos de amizade e fraternidade, através de seu veículo de expressão, *Architectura e Construcções*, os choques do IPA contra o IE foram frequentes. Christiano Stockler das Neves e seu círculo de próximos, criticavam a proeminência que economia, ciência e técnica vinham adquirindo sobre a arte, nas construções, o que significava uma crítica à formação politécnica. O que tornava possível a Anhaia ocupar em tão curto espaço de tempo, uma posição dominante nessas duas instâncias antagônicas? A hipótese é de que seja a vocação do Urbanismo como ponto de vista

republicana, da tentativa de conversão de uma "verdade" que se quer aceita, em capital político, quando o que se tem de mais comum é o contrário: o poder - político ou econômico bem entendido - tornando verdadeira a "verdade", caso por exemplo, da imposição a ferro e fogo, da "verdade" da microbiologia sobre as populações das grandes cidades brasileiras - Rio de Janeiro especialmente -, no curso das lutas contra as epidemias de varíola e febre amarela nas primeiras décadas do século.

Não é a toa, portanto, que a estrutura de poder montada a partir do setor de obras municipais, chocar-se-ia fatalmente com essa proposta de uma instituição de poder, superior tanto ao executivo quanto ao legislativo, munida das razões da ciência e sustentada pela opinião pública. Tal instituição implicaria num só ato, a perda de posições dos engenheiros municipais, e, principalmente, um golpe ameaçador contra as prerrogativas dos proprietários na determinação das linhas de crescimento da cidade. O discurso do desinteresse professado por Anhaia Mello surgia, desse modo, como uma necessidade nada negligenciável: assim como a Comissão do Plano é formada por cidadãos "desinteressados" mas interessados no desenvolvimento da cidade, os princípios da árvore urbanismo deveriam ser postos em prática "não para que a sombra nos aproveite mas por amor dos pósteros e [citando Bilac] ...Por amor da Pátria, não movido/ De prêmio vil, mas alto e quase eterno" (PUBRPT, p. 106). Ausente a idéia da representação dos diversos interesses econômicos da proposta de Anhaia, a alternativa para legitimar suas pretensões era professar a negação de todos os interesses e de todas as posições. Mais que isso, a "Comissão...", ao supostamente negar seus próprios interesses egoístas, pretendia colocar-se diante da sociedade em um patamar ético superior, que legitimasse seu poder de disposição sobre o urbano.

Subordinar o Estado e, a partir dele, as tendências de crescimento urbano em São Paulo. Tal ambição, reivindicada pela "árvore do urbanismo" de Anhaia Mello, revelava-se na busca de uma ponte entre os domínios técnicos e um conjunto mais ou menos amorfo de habitantes da cidade, que era preciso organizar e controlar segundo os princípios do urbanismo. Instituição construída fora do Estado, a "árvore do urbanismo" precisava modificar uma correlação de forças que lhe era bastante desfavorável, reunindo em torno de preceitos abstratos um sujeito coletivo, que

---

universal que faz com que Anhaia possa somar os capitais de consagração legados pelas duas instituições e utilizá-los na sustentação de seu próprio projeto.

professasse e demandasse a negação dos interesses individuais: a "opinião pública" "educada". Esta seria o esteio da "comissão do plano da cidade".

Anhaia pretendia dotar a cidade (e por extensão lógica, o Estado e a Federação) de *entelechia*, por meio da proposta de uma "Comissão do Plano da Cidade" (ver figura II). Já foi dito - perdoem a insistência - que o modo como essa comissão se constituiria, abria a possibilidade para que uma personagem de "fora" do aparelho de Estado conquistasse uma posição de proeminência sobre a cidade[172]. São cinco membros da administração pública contra seis de fora. Se um desses cidadãos respeitados for o dono do maior capital simbólico entre os técnicos, ele terá todas as possibilidades de mobilizar seu capital acumulado para exercer uma hegemonia sobre os não técnicos. O ponto de chegada do enraizamento da "Árvore do Urbanismo", deveria ser o rebaixamento de repartições técnicas municipais e legislação a um estado de heteronomia.

Para essa posição de urbanismo, a nomeação de Prestes Maia para prefeito em 1938 seria um duro golpe, por representar um reforço da posição dos engenheiros municipais. Aqui, a oposição entre Anhaia Mello e Prestes Maia tende a se tornar aberta e frontal. Esta será a tônica dos vinte anos subsequentes no debate urbanístico de São Paulo.

O engajamento de Anhaia Mello, desse modo, aparece como um momento privilegiado da luta pela autonomia da esfera técnica, que, por tocar em uma dimensão fundamental de qualquer atividade econômica (espaço), não poderia deixar de ser fortemente vinculada às injunções do campo do poder, aos interesses econômicos. Ora, na mesma medida em que as elites políticas e econômicas auriam sua legitimidade da adoção de modelos tomados aos centros culturais europeus e, crescentemente - no correr dos anos de 1920 - norte-americanos, comprometem-se em validar idéias e doutrinas aplicadas e aceitas nos centros hegemônicos ocidentais, mesmo que intimamente as rejeitassem.

Tais idéias, cuja validade aceita-se a contragosto, abrem todo um espaço de lutas. Foi em um espaço como esse que se infiltrou o urbanismo de Anhaia Mello. A

[172] A composição da Comissão do Plano da cidade contaria com cinco membros da administração pública contra seis representantes da sociedade. Num ambiente social propício para a conversão dos capitais específicos do campo dos engenheiros em capital simbólico reconhecido pelo conjunto da sociedade, abria-se a possibilidade para que um personagem dotado dos maiores capitais simbólicos acumulados e de disposições supostamente cívicas, exercesse um domínio sobre a Comissão.

aceitação da autonomia ou neutralidade da técnica e da ciência, posição ideológica que visava encobrir interesses, abriu espaço para o surgimento de uma posição no interior da esfera técnica, que pretendia negar todos os interesses menos um. Negar todos os principais interesses econômicos envolvidos com as questões urbanas em São Paulo, menos aquele idealmente representado pela "comunidade".

Aliás, de que modo compreender a "árvore do urbanismo" de Anhaia Mello senão considerando a posição que ele constitui ao ser constituído por ela? Ora, o plano "Alexandre Albuquerque" que reunia uma elite de construtores e capitalistas ao seu redor, - passando por gente como Francisco Ramos de Azevedo -, era compreensível pelos imensos lucros financeiros prometidos pela valorização imobiliária que ensejava e, se retirava sua credibilidade um pouco das irrecusáveis credenciais técnicas de seus promotores, um outro tanto das potências econômicas envolvidas; os planos rivais, Guilhem/ Freire e Samuel das Neves ambos de 1911, eram propostos a partir de posições específicas situadas respectivamente nas repartições técnicas de município e Estado, e delas retiravam poder e autoridade, o mesmo acontecendo com o Plano de Avenidas, confeccionado entre 1926 e 1930 no interior da Diretoria de Viação e Obras Públicas do município, pelos técnicos do órgão comandados por João Florence de Ulhoa Cintra e Francisco Prestes Maia.

Constituindo uma posição contra todas as outras, destinada a submetê-las a sua lógica, não dispondo nem de alianças com capitalistas, nem com os chefes de repartições técnicas, nem mesmo com os políticos portadores do projeto hegemônico da primeira república ou do Estado pós-30, restava a Anhaia Mello apenas a tentativa de converter seu reconhecimento específico, ganho *inter pares*, em reconhecimento social, alimentando-se aqui e ali dos pontos consensuais que se afirmassem no debate intelectual do momento, e da legitimidade conferida por uma imagem de abnegação.

Em geral, o que vai determinar que o que é dito por alguém será compreensível para os agentes ou não, são as bases sociais do que é dito, quem diz, em que momento e sustentado por quem. O que Anhaia Mello dizia era aceito senão como verdade, ao menos como algo de valor entre os técnicos[173] e mesmo entre leigos. Há alguns

[173] E não apenas nos quadros técnicos de São Paulo. Um registro do prestígio e da reputação alcançados por Anhaia Mello, com a repercução de suas conferências, oferece a justificativa para a realização de um plano de urbanismo para Belo Horizonte, de autoria do engenheiro Lincoln Continentino, apresentada à Comissão Técnica Consultiva de Belo Horizonte em 1935 e publicada em uma brochura de 1937. Defendendo que se consultassem técnicos experimentados para a confecção do

indícios que mostram a consagração na esfera técnica produzia um efeito de verdade sobre os agentes externos. A "Árvore do Urbanismo" de Luiz de Anhaia Mello só poderia ser compreensível em uma sociedade em que houvesse um esfera de técnicos (de engenheiros. no caso) relativamente constituído e autônomo, que reivindicasse para si uma autoridade sobre toda uma área de conhecimento/ prática (a cidade), e tivesse suas credenciais revestidas de reconhecimento social. Desse modo, uma opinião reconhecida e autorizada "tecnicamente", podia encontrar suas condições de felicidade e aparecer como verdade para a "sociedade em geral" e, eventualmente, confrontar os interesses econômicos transmutados em discursos técnicos. O problema, para Anhaia Mello, revelou-se no momento em que se verificou que a verdade reconhecida não significava uma quantidade de poder suficiente para controlar as transformações no espaço da cidade. Mas não há demérito nenhum nisso: a solução para tal problema, se existe, resta desconhecida ainda nos dias de hoje.

Entretanto, a posição do Urbanismo, não deve ser confundida totalmente com as experiências e as disposições imanentes a Anhaia Mello que explicam seu arranjo discursivo. A posição do Urbanismo tendeu a agregar uma série de demandas e interesses, cristalizada em uma multiplicidade de agentes, a qual tendia a enfatizar, no contexto das disputas contra as demais posições possíveis, algumas proposições mais técnicas ou instrumentais em detrimento das disposições mobilizadoras e pedagógicas. A partir dos anos de 1950, o aparecimento do chamado "urbanismo de idéias", com instrumentais tais como os "planos diretores" (um descendente direto do "master plan"), aparentemente significou o momento no qual os discursos de Anhaia Mello são colonizados pela burocracia do Estado, a partir, muito sintomaticamente, de seu Departamento de Urbanismo.

Extingui-se a "árvore". Preservam-se alguns de seus instrumentos e o "urbanismo" descola-se definitivamente da figura de Anhaia Mello. Em 1962, ele é aposentado compulsoriamente. Assim, proposições como aquelas vinculadas à incorporação no *corpus* legal da "taxa de melhoria", de limites de aproveitamento do solo (através de coeficientes máximos de aproveitamento), de controle do adensamento, do *zooning* de altura e de função, entre outras, ganharam no curso das

---

plano. Continentino argumenta: "(...) eu lembraria que no Brasil já podemos contar com urbanistas tais como Anhaia Mello. Armando de Godoi. Washington de Azevedo. Prestes Maia e outros cujo conselho é digno de ser acatado" (CONTINENTINO. 1937, p.337).

décadas de 40, 50 e 60, clara proeminência sobre as disposições de ordenamento, controle social e organização que marcam as décadas de 1920 e 1930.

VI. Fontes Básicas.

VI.1. Revistas e Periódicos:

Revista Polytechnica, São Paulo (1920-1950).

Boletins do Instituto de Engenharia, São Paulo (1920-1937).

Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro (1920-1929).

Engenharia, São Paulo (1943-1960).

Anuários da Escola Politécnica, São Paulo (1920-1950).

Habitat, São Paulo (1953-1957).

Acrópole, São Paulo (1950-1960).

Architectura e Construções, São Paulo (1920-1930)

VI.2. Escritos de Anhaia Melo.

livros:

MELO, Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia. ***Problemas de Urbanismo: bases para a resolução do problema técnico***. São Paulo, Instituto de Engenharia, 1929.

Problemas de Urbanismo: o recreio ativo e organizado nas cidades modernas. São Paulo, Instituto de Engenharia, 1929.

O problema econômico dos serviços de utilidade pública. São Paulo, Prefeitura Municipal, 1940.

Novos subsídios para a regulamentação dos serviços de utilidade pública, São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1933.

O Urbanismo esse nosso Desconhecido, São Paulo, Sociedade Amigos da Cidade de São Paulo, 1952.

Elementos básicos para o planejamento regional de São Paulo, São Paulo, Comissão Orientadora do Plano Diretor do Município, 1954.

A Hipertrofia das cidades, fator de aniquilamento da família: uma tese de sociologia urbana, São Paulo, FAUUSP. mimeo, 1954.

Curso de Urbanismo: elementos de composição regional, São Paulo, Grêmio Politécnico, 1961, 3a. ed.

Elementos para o planejamento territorial dos municípios, São Paulo, Centro de Pesquisas e Estudos Urbanísticos, 1963, 2a. ed.

Artigos:

"Introdução ao estudo da estética" In: ***Revista Polytechnica***, São Paulo, nº 81, págs. 127-39, jun. 1926.

"Ensaio de estética sociológica (crítica e produção da obra de arte": In:***Revista Polytechnica***. São Paulo, nº 82, págs. 205 a 220, set.1926.

"Problemas de urbanismo: mais uma contribuição para o calçamento" In: ***Revista Polytechnica***, São Paulo, nº 83, págs. 343-65, 1927.

"A cidade, problema de governo" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 43, págs. 278-87, dez. 1928.

"Um grande urbanista francês: Donat-Alfred Agache" In: ***Revista Polytechnica***, São Paulo, nº 85/86, págs. 70-8, maio/jul.1928.

"Methodos de Avaliação dos Terrenos Urbanos" In: Revista Polytechnica, São Paulo, nos 91-96, págs. 46-56, jan. 1929.

"Urbanismo" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 42, pags. 235-40, nov. 1929.

"A cidade, problema de governo" In: ***Ilustração Brasileira***, Rio de Janeiro, nº 109, set. 1929.

"O Governo das cidades" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 44, pags. 3-10, jan. 1929.

"Os parques estaduais americanos" In: ***Ilustração Brasileira***, Rio de Janeiro, nº 109, set. 1929.

"Urbanismo: regulamentação e expropriação" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 45, págs.55-64, fev. 1929.

"Urbanismo: problemas financeiros" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 46, págs.102-21-61, mar. 1929.

"Urbanismo: o recreio ativo e organizado das cidades modernas" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 47, págs.145-61, abr. 1929.

"A verdadeira finalidade do urbanismo" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 51, págs.106-12, ago. 1929.

"Aerovias e Aeroportos" In: ***Revista Polytechnica***, São Paulo, nº 100, págs. 191-217, ago/set. 1930.

"Natureza, classificação, características econômicas dos serviços de utilidade pública" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 58. págs.117-27, mar. 1930.

"Regulamentação dos serviços de utilidade pública" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 59. págs.183-209, abr.; nº 60, págs. 235-45, maio, 1930.

"Cadeira nº 18: Estética, composição geral e urbanismo" In: ***Anuário da Escola Politécnica***, São Paulo, págs. 354-60, 1932.

"Urbanismo e suas normas para a organização de planos" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 89, págs.117-27, mar. 1933.

"Os arautos da tecnocracia: Frederick Ackerman, Walter Rautenstrauch, Bassett Jones, Howard Scott" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 90, págs.279-82, mai. 1933.

"A cidade celular, quadras, super-quadras e células residenciais" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 94, págs.131-42, set. 1933.

"Traffic planning e traffic control" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 95, págs.191-200, out. 1933.

"Clineo Braga Magalhães: panegírico de estudante morto" In: ***Revista Polytechnica***, São Paulo, nº 108, págs. 511-2, mar./abr. 1933.

"A economia da terra urbana" In: ***Revista Polytechnica***, São Paulo, nº 105, págs. 235-41, maio/jun 1932; nº 106, págs. 357-63, nov/dez. 1932; nº 107, págs. 419-33, jan./fev. 1933; nº 108, págs. 535-42, mar/abr. 1933.

"Novos subsídios para a regulantação dos serviços de utilidade pública" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 109, págs.3-12, dez. 1934.

"A Sociedade Amigos da Cidade e sua fundação no quadro urbano" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 115, págs.263, jun. 1935.

"Um Programa de Habitação para os Estados Unidos" In: ***Revista Polytechnica***, São Paulo, nº 122, págs. 119-24, abr/dez. 1936.

"A National Planning Board e o Plano Nacional dos Estados Unidos" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 127, págs.3-9, jan./abr.. 1937.

"Pierre Charles l'Enfant e o plano da cidade federal" In: ***Boletim do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº 130, págs.3-15, jul. 1937.

"Discurso do Professor Luis de Anhaia Mello" In: ***Engenharia***, São Paulo, nº 7, p.269-77, mar. 1943.

"A Cidade, base material de relações sociais. Sociologia urbana. Ecologia Urbana, plano de Londres" In:***Engenharia***, São Paulo, nº 31 págs. 269-77, mar. 1945.

"Urbanismo e democracia" In:***Engenharia***, São Paulo, nº 36, págs. 488-9, ago. 1945.

"Habitação e Urbanismo" In: ***Engenharia***, São Paulo, nº 37, págs. 2-3, set. 1945.

"Urbanismo e política financeira" In: ***Engenharia***, São Paulo, nº 37, págs. 25-6, set. 1945.

"Urbanismo e organização administrativa" In: ***Engenharia***, São Paulo, nº 38, págs. 67-8, out. 1945

"Um Plano regulador para o município: orientação planológica e organização administrativa" In: ***Engenharia***, São Paulo, nº 39, págs. 87-93, nov. 1945.

"Sem plano e sem leis" In: ***Engenharia***, São Paulo, nº 54, págs. 264-5, fev. 1945.

"A Evolução do curso de engenheiros-arquitetos na Escola Politécnica de São Paulo" In: ***Anuário da Escola Politécnica***, São Paulo, págs. 147-58, 1946.

"Um plano regulador para o município: elementos constitutivos do plano" In: ***Engenharia***, São Paulo, nº 41, págs. 169-75 e 180, jan. 1946.

"O transporte individual e coletivo na cidade moderna" In: ***Digesto Econômico***, São Paulo, nº 30, maio. 1947.

"Planejamento e governo urbano" In: ***Digesto Econômico***, São Paulo, nº 35, out. 1947.

"A cidade jardim" In: ***Digesto Econômico***, São Paulo, nº 36, nov. 1947.

"Morfogenia da arquitetura contemporânea" In: ***Digesto Econômico***, São Paulo, nº 37, dez. 1947.

"O serviço de transportes coletivos da cidade de São Paulo" In: Engenharia, São Paulo, nº 106, págs. 385-8, jun. 1951.

"Urbanismo esse nosso desconhecido". In: ***Acrópole***, São Paulo, nº 163, págs. 243-8, nov. 1951.

"Os novos moldes da composição urbana: town design" In: ***Digesto Econômico***, São Paulo, nº 107, págs. 95-104, 1953.

"O plano regional de São Paulo: uma contribuição da Universidade para um estudo de um código de ocupação lícita do solo", São Paulo, FAU-USP, mimeo, 1954.

"Urbanismo positivo e urbanismo negativo: as modernas cidades inglesas", São Paulo, FAU-USP, mimeo, 1955.

"Visão do Futuro e realidade do presente" In: ***Habitat***, São Paulo, nº 21, págs. 1 e 2, mar./abr. 1955.

"Planejamento, arquitetura, engenharia: contrastes e confrontos" In: Habitat, São Paulo, nº 38, págs. 2-8, jan. 1957.

"Parecer do professor Anhaia Mello sobre o projeto de lei regulando a profissão dos arquitetos" In: Revista Polytechnica, São Paulo, nº 174, pag. 24, maio/jun. 1959.

"Cidades tentaculares e cidades orgânicas" In: Diário de São Paulo, nº especial, pag. 135, 21 abr. 1960.

"O que é Plano Diretor" In: **Boletim nº 1 do Centro de Pesquisas Urbanísticas**, *São Paulo, FAU-USP, 1963.*

"Considerações a respeito do planejamento regional de São Paulo, nº 62, págs.6-10, jan. mar. 1974.

VI.3. Escritos de época:

AZEVEDO, Washington. ***Urbanismo no Brasil***, Rio de Janeiro, H. Velho, 1934.

BRANCO, Catulo. "As Holding Companies venceram o Governo", In: ***Boletin do Instituto de Engenharia***, São Paulo, nº. 115, pp. 292-3, jun. de 1935.

CONTINENTINO, Lincoln. ***Saneamento e Urbanismo***, Belo Horizonte, 1937.

FREIRE, Victor da Silva. "Melhoramentos de São Paulo" In: ***Revista Polytechnica (nº. 33)***, São Paulo, Casa Varnorden, 1911.

MAIA, Francisco Prestes. ***Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo***, São Paulo, Melhoramentos, 1930.

MARIANO, José. ***Urbanite Aguda***. Rio de Janeiro, Pongetti, 1929.

PORCHAT, Milciades. ***Do que precisa S. Paulo: um punhado de idéias sobre a cidade***. São Paulo, Casa Duprat, 1920.

PRADO, Carlos da Silva Prado. "A Architectura do Futuro em face da Sociedade Capitalista", In: ***Boletin do Instituto de Engenharia***, São Paulo. nº. 106, pp. 351-363, nov./ dez. de 1932.

SÃO PAULO/ CIDADÃOS. ***As novas avenidas de São Paulo, projeto de Alexandre Albuquerque***, São Paulo, Casa Varnorden, 1910.

SILVA TELLES, Augusto Carlos da. ***Melhoramentos de São Paulo***. 1907.

VII. Bibliografia - Livros e artigos consultados.

VII.1. Bibliografia Geral:

ALVES, Odair Rodrigues. ***Os homens que governaram São Paulo***, São Paulo, Nobel/Edusp, 1986.

ANDERSON, Benedict. ***Nação e Consciência nacional***. São Paulo, Ática, 1989.

ANDERSON, Perry. ***O fim da História: de Hegel a Fukuyama***, São Paulo, Jorge Zahar Editor, 1992.

AZEVEDO, Fernando de. ***A cultura brasileira***, São Paulo, Melhoramentos, 1958.

AUSTIN, John Langshaw. ***Quando dizer é fazer***, Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.

BACHELARD, Gaston. ***A Dialética da Duração***, São Paulo, Ática, 1988.

BANN, Stephen. ***As Invenções da História: ensaios sobre a representação do Passado***, São Paulo, UNESP, 1994.

BEIRED, José Luis Bendicho. "Autoritarismo e Nacionalismo: o campo intelectual da nova direita no Brasil e na Argentina (1914-1945)", São Paulo, tese de doutoramento, dep. de História da FFLCH-USP, 1996.

BENJAMIN, Walter. ***Obras Escolhidas***, São Paulo, Brasiliense, 1991 (vols. 1, 2 e 3).

BOSI, Alfredo. ***Dialética da Colonização***, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

BOURDIEU, Pierre. ***Homo academicvs,*** Paris, Les Éditions de Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre. ***Choses dites,*** Paris, Les Éditions de Minuit, 1987.

BOURDIEU, Pierre. ***As regras da arte***, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. ***Réponse***, Paris, Les Éditions de Minuit, 1991.

BOURDIEU, Pierre. ***A economia da trocas simbólicas***, São Paulo, Edusp, 1996.

BRESCIANI, Stela. ***Imagens da cidade - séculos XIX e XX***, São Paulo, ANPUH- SP/ Marco Zero/ FAPESP, 1994.

CAPELATO. Maria Helena Rolim. ***Os Arautos do Liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)***, São Paulo, Brasiliense, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. ***A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil***, São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. ***Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi***, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

CASALECCHI, José Ênio. ***O Partido Republicano Paulista***, São Paulo, Brasiliense, 1987.

CHARLE, Christophe. ***Naissance des intellectuels (1880-1900)***, Paris, Les Éditions de Minuit, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia, São Paulo, Cortês, 1989 (4ª. ed.)

DEAN, Warren. ***A Industrialização de São Paulo***, São Paulo, Bertrand, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. ***Quotidiano e poder em S. Paulo no século XIX***, Brasiliense, 1984.

DUARTE, Paulo ***Memórias vol:4*** , São Paulo, HUCITEC, 1976.

EAGLETON, Terry. ***Ideologia***, São Paulo, UNESP/Boitempo, 1997.

FAORO, Raimundo. ***Os donos do poder, Formação do patronato político brasileiro***, São Paulo, Globo, 1995 (10ª. ed.). 2v. vol. 2.

FARIAS, Damião Duque de. ***Em defesa da Ordem: aspectos da práxis conservadora católica no meio operário em São Paulo (1930-1945)***, São Paulo, Hucitec, Hitória Social-USP, 1997.

FAUSTO, Boris. ***História Geral da Civilização Brasileira***, São Paulo, Bertrand, 1990, T. III, vol. 1,2 e 3.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "As idéias estão no lugar", In: Cadernos de Debate, no. 1. , São Paulo, Brasiliense, 1976.

FRANCO, Maria Sylvia. ***Homens lives na ordem escravocrata***, São Paulo, Kairós, 1983 (3a.ed.)

GELLNER, Ernest. ***Nações e nacionalismo***, Lisboa, Gradiva, 1993.

HARVEY, David. ***Condição Pós-Moderna***, São Paulo, Edições Loyola, 1993.

HERF, Jeffrey. ***O Modernismo Reacionário: Tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no 3º. Reich***, Campinas, UNICAMP/Ensaio, 1993.

HOBSBAWN, Eric. ***A Era dos Extremos***, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. ***A Era dos Impérios (1875/1914)***, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, 2a. ed.

HOBSBAWN, Eric. ***Nações e Nacionalismos desde 1870***, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1975.

IGLÉSIAS, Francisco. ***Trajetória Política do Brasil (1500/1964)***, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

JORGE, Janes. "O crime de Cravinhos. Oligarquia e Sociedade em São Paulo (1920-24)", São Paulo, dissertação de mestrado apresentada no dept. de História da FFLCH-USP, 1998.

LEITE, Dante Moreira. ***O Caráter Nacional Brasileiro: A história de uma ideologia***, São Paulo, Ática, 1986 (5a. ed.).

LIMA, Ruy Cirne de. ***Pequena História Territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas***, São Paulo, Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

LOVE, Joseph. ***A locomotiva, São Paulo na federação brasileira (1889-1937)***, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

MARTINS, Wilson. ***História da Inteligência Brasileira - vol. IV (1915-1933)***,São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.

MELO, Luis Correa de. ***Dicionário de Autores Paulistas***, São Paulo, Comissão do Quarto Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

MICELLI, Sérgio. ***Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)***, São Paulo, Difel, 1979.

MORAES, Eduardo Jardim de. ***A Brasilidade Modernista: sua dimensão filosófica***, Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MORAES, José Geraldo Vinci de. Sonoridades Paulistanas, Rio de Janeiro/ São Paulo, Funarte/ Bienal, 1999.

MOREIRA, Sílvia Lévi. ***A Liga Nacionalista de São Paulo***, Tese de Mestrado/dep.História da USP, 1986.

NEEDELL, Jeffrey D. ***Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século***, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

ORTIZ, Renato(org.). ***Pierre Bourdieu***, São Paulo, Ática, 1994 (2a. ed.).

ORTIZ, Renato. ***Cultura brasileira e identidade nacional***, São Paulo, Brasiliense, 1994, 4a. ed.

PÉCAUT, Daniel. ***Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação***, São Paulo, ed. Ática, 1990.

PINTO, Maria Inês Borges. "Quotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo (1890-1910)", Tese de doutoramento, FFLCH-USP, 1984.

PRADO, Maria Lígia Coelho. ***A Democracia Ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926/1934)***, São Paulo, Ática, 1986.

PRADO JR., Caio. ***Evolução Política do Brasil e outros estudos***, São Paulo, Brasiliense, 1963 (19a. ed.).

PRADO JR., Caio. ***História Econômica do Brasil***, São Paulo, Brasiliense, 1971 (14a. ed.).

PRADO Jr., Caio. ***História e Desenvolvimento***, São Paulo, Brasiliense, 1978 (2a.ed.)

REIS FILHO, Nestor Goulard. ***São Paulo e Outras Cidades***: Produção Social e Degradação dos Espaços Urbanos, São Paulo, Hucitec, 1994.

ROMANO, Roberto. ***Corpo e Cristal: Marx romântico***, Rio de Janeiro, Guanabara, 1985.

SALIBA, Elias Thomé. "Ideologia liberal e oligarquia paulista; a atuação e as idéias de Cincinato Braga (1891-1930)", São Paulo, tese de doutoramento, dep. de História da FFLCH-USP, 1981.

SALIBA, Elias Thomé. ***As utopias românticas***. São Paulo, Brasiliense, 1991.

SARTRE, Jean-Paul. ***Em defesa dos intelectuais***, São Paulo, Ática, 1994.

SCHLANGER, Judith. ***Les métaphores de l'organisme***, Paris, L'Harmattan, 1995 (2a. ed.)

SCHWARTCZ, Lilia Moritz. ***o Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e Questão racial no Brasil (1870-1930)***, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. ***Literatura como missão***. São Paulo, Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. "Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe", In: ***Revista Brasileira de História***, São Paulo, v. 5, no 8/9, Setembro 1984/abril 1985.

SEVCENKO, Nicolau. ***Orfeu Extático na Metrópole***, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Regina Helena Alves da. "São Paulo, a invenção da metrópole", tese de doutoramento apresentada na FFLCH/USP (dep. História), 1996.

VENTURA, Roberto. ***O Estilo Tropical***, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

TOLEDO, Benedito Lima de. ***Três cidades em um século***, São Paulo, Duas Cidades, 1980.

VII.2. Urbanismo/ geral .

BACON, Edmond. ***Une histoire de l'urbanisme***, Paris, Lausanne/ La bibliotheque des Arts, 1967.

BARDET, Gaston. ***O urbanismo***, Campinas, Papirus, 1990.

CHOAY, Françoise. ***O Urbanismo***, São Paulo, Perspectiva, 1992.

FRAMPTON, Kenneth. ***História Crítica da arquitetura moderna***, São Paulo, Martins Fontes, 1997.

HALL, Peter. ***Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX***, São Paulo, Perspectiva, 1995.

SHORSKE, Carl. ***Viena fin-de-siècle: política e cultura***, São Paulo, Unicamp/Companhia das Letras, 1990.

TOPALOV, Christian "L'Urbanisme comme Mouvement Social: militants et professionnels du city planning aux États-Unis (1909-1917)" In: Les Annales de la Recherche Urbaine, nº. 44-45, 1992.

VII.3. Urbanismo e engenharia/ Brasil.

BACELLI, Roney. "A presença da Cia City em São Paulo e a implantação do primeiro bairro jardim (1915-40)", São Paulo, dissertação de mestrado apresentada no dep. de História da FFLCH-USP, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. ***A (re)produção do espaço urbana***, São Paulo, Edusp, 1994

CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. ***A construção de um sonho***, Campinas, UNICAMP, 1997.

FELDMAN, Sarah. "Planejamento e Zoneamento: São Paulo (1947-72)", tese de doutoramento, São Paulo, FAU-USP, 1996.

FICHER, Sylvia. ***Ensino e Profissão: o curso de Engenheiro-Arquiteto da Escola Politécnica de São Paulo***, Tese de doutoramento, São Paulo, FFLCH-USP, 1989.

GONSALVES, Maria Flora (org.) ***O Novo Brasil Urbano: Impasses, Dilemas e Perspectivas***, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1995.

HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder, orgs. ***A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30***, Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

LEME, Maria Cristina. "(Re)Visão do Plano de Avenidas: um estudo do pensamento urbanístico em São Paulo, 1930", Tese de Doutoramento, FAU-USP, 1990.

KAWAMURA, Lili Katsuco. ***Engenheiro: Trabalho e ideologia***, São Paulo, Ática, 1979.

MARX, Murilo. ***Cidade brasileira***, São Paulo, Melhoramentos, 1980.

MARX, Murilo. ***Cidade no Brasil: terra de quem?***, São Paulo, Edusp/ Nobel, 1991.

MARX, Murilo. ***Nosso chão: do sagrado ao profano***, São Paulo, Edusp, 1989.

NOGUEIRA, Oracy. "Contribuição ao estudo das profissões de nível universitário no Estado de São Paulo", Tese de Livre-Docência, Osasco, FMCEAO, 1967.

OSELLO, Marcos Antônio. "Planejamento urbano em São Paulo (1899-1961): introdução ao estudo dos planos e realizações", São Paulo, EAESP/FGV (Dissertação de mestrado), 1983.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. ***Espaço, técnica e construção***, São Paulo, Nobel, 1988.

PECHMAN, Robert & REBEOUL, Luis César de Queiroz. ***Cidade, Povo e nação: gênese do Urbanismo Moderno***, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1994.

PÉCAUT, Daniel. ***Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação***, São Paulo, Ática, 1990.

REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL, São Paulo, DPH, n. 199, 1991.

RIBEIRO, Luiz César de Queirós & SANTOS JR., Orlando Alves dos. ***Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise***, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997 (2.ª ed.).

ROLNIK, Raquel. ***A cidade e a lei: legislação, política urbana e Territórios na cidade de São Paulo***, São Paulo, Nobel/Edusp, 1997.

SEGAWA, Hugo. ***Arquiteturas no Brasil (1900-1990)***, São Paulo, Edusp, 1998.

SIMÕES Fo, José Geraldo. "O setor de obras públicas e a origem do urbanismo na cidade de São Paulo". Dissertação de Mestrado, EAESP FGV, 1990.

SOUZA, Maria Adélia de Souza. ***A Identidade da Metrópole*** , São Paulo, EDUSP/HUCITEC, 1994.

TOLEDO, Benedito Lima de. ***Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo***, São Paulo, Empresa das Artes, 1996.